

**VIA DIRECTA  
COMPANHIA DE  
SEGUROS, S.A.**

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
2022**

**20  
22**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	P.03
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	P.45
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	P.52
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO .....	P.153
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	P.172

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

O Conselho de Administração da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., em cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022.

## VIA DIRECTA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

---

### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente**

Maria Isabel Toucedo Lage

**Secretário**

Carla Cristina Curto Coelho

### Conselho de Administração

**Presidente**

António Manuel Marques de Sousa Noronha

**Vogais**

Gonçalo José Graça Santos

Paulo Francisco Baião Figueiredo

Rui Alexandre Silva Esteves

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Miguel Barroso Abecasis

### Comissão Executiva

**Presidente**

Gonçalo José Graça Santos

**Vogal**

Rui Alexandre Silva Esteves

### Conselho Fiscal

**Presidente**

José António da Costa Figueiredo

**Vogais**

António José Pereira Cardoso Mota

José Cardoso Lameiras

**Suplente**

Anabela de Jesus Nunes Prates

### Sociedade de Revisores

**Oficiais de Contas**

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.

representada por

Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC

**2.**

**A VIA DIRECTA**

## A. PRINCIPAIS INDICADORES

---

**€ 61.067.452**

Total Prémios Emitidos  
Não Vida

**1,0%**

Quota de Mercado  
Seguradoras Não Vida (PT)

**81**

Colaboradores

**2,6%**

Quota Mercado do  
Ramo Automóvel (PT)

**€ 98.689.716**

Ativo Líquido

**€ 2.580.603**

Resultado Líquido

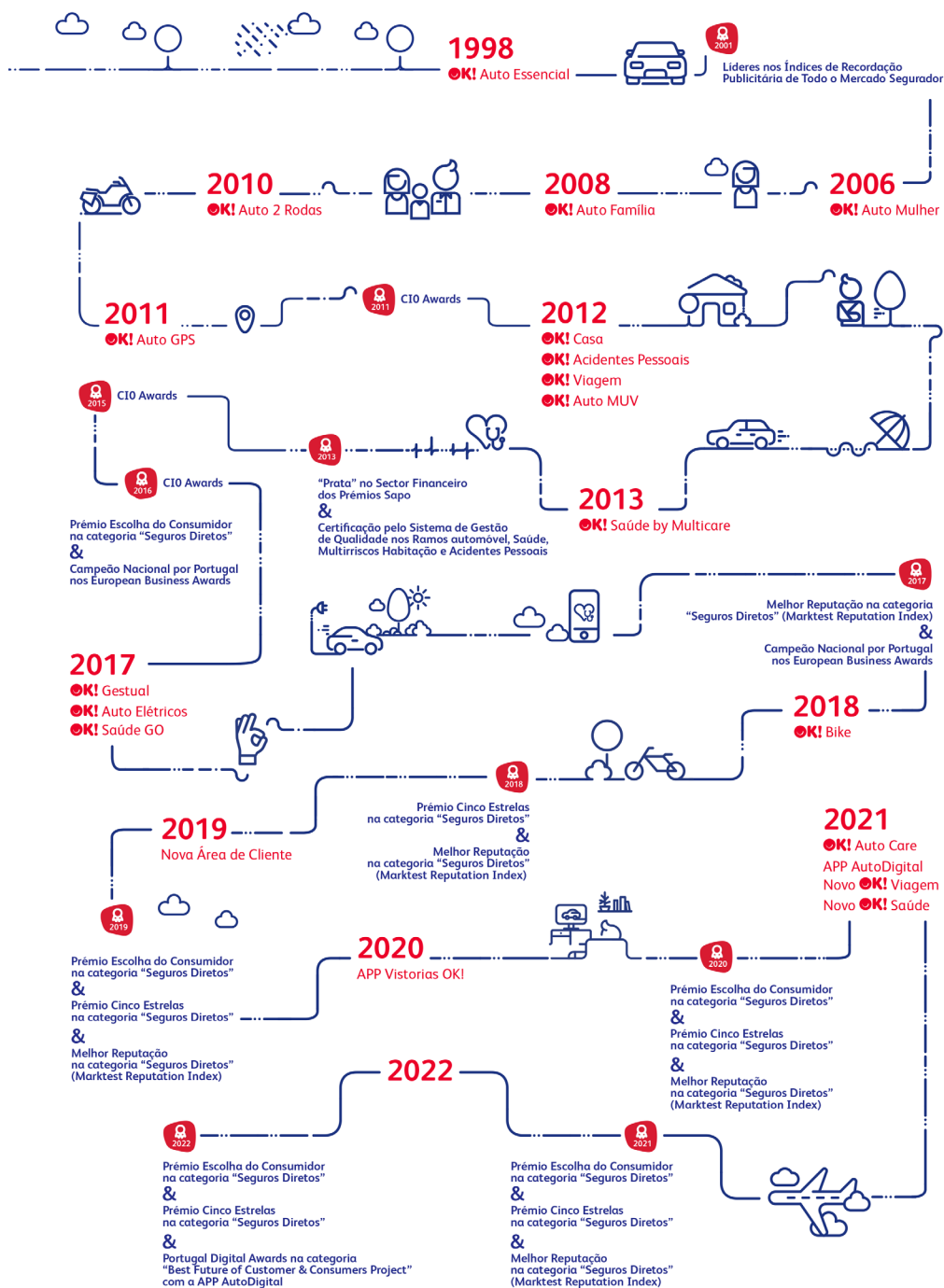
**96,3%**

Rácio Combinado Não Vida

**165,7%**

Rácio de Solvência  
(não auditado)

## B. A NOSSA HISTÓRIA





A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 1998, detém a marca "OK! teleseguros" e foi, desde sempre, uma seguradora vocacionada para a comercialização de seguros através dos canais remotos, internet e telefone, dispondo ainda de dois balcões de atendimento presencial, em Lisboa e Porto.

O foco na inovação e na tecnologia deram origem, ainda em 1998, à primeira disponibilização da simulação on line e em 2000 à possibilidade da contratação on line do seguro automóvel.

Fruto da sua irreverência e inovação ao serviço dos seus clientes, mas também da sociedade, a Via Directa tem sido reconhecida com diversos prémios ao longo da sua vida.

Em 2011 a marca OK! teleseguros foi reconhecida como uma marca sustentável pelos "Green Projects Awards" com o produto OK! GPS que integrou a lista de produtos e serviços que promovem um desenvolvimento sustentável.

A notoriedade da marca OK! teleseguros foi a alavanca para o alargamento da gama de produtos a partir de 2012. Desde esse ano a Companhia passou a integrar na sua oferta, para além do seguro automóvel, os seguros de saúde, multirriscos habitação e acidentes pessoais.

A sustentabilidade, a mobilidade mais amiga do ambiente e a responsabilidade social têm sido também preocupações da Via Directa e por esse motivo mantem a parceria com a UVE - Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos e tem disponível para este segmento o OK! Auto Elétricos e, no âmbito da política de responsabilidade social, continua a apoiar a atleta de Paradressage, Rita Lagartinho.

Para além da diversidade da gama de produtos, a Via Directa continua a apostar na qualidade dos seus serviços colocando as novas tecnologias ao serviço dos seus clientes, apostando na simplicidade, comodidade e autonomia tanto no acesso à simulação e à contratação, como na gestão dos sinistros.

Sob o lema da transformação mas simultaneamente fiel aos valores que determinaram a sua constituição, durante o ano de 2022, a Via Directa encetou um programa de transformação cujo objetivo é aumentar o envolvimento com os clientes atuais mas também chegar a outros mais digitais e que procuram mais autonomia. Assim a Companhia responde aos seus desafios com uma oferta abrangente em torno de três pilares - Mobilidade, Casa e Família - apostando em novas ferramentas digitais que permitam ao cliente uma nova e melhor experiência de simulação, contratação e gestão do seu contrato.

O reconhecimento deste trabalho tem sido uma constante ao longo destes 25 anos de história com diversos prémios e distinções.

No final do ano de 2022 a APP Auto Digital foi a grande vencedora do Portugal Digital Awards 2022, na categoria "Best Future Customer & Consumers Project", premiando assim a inovação e excelência em contribuir para a transformação digital do processo de vistorias, impactando fortemente a experiência do cliente.

Já no início de 2023 ficámos a saber que a marca OK! teleseguros foi reconhecida como "Escolha do Consumidor 2023" e como uma marca "Cinco Estrelas 2023" na categoria "Seguros Directos".

## C. SOBRE A VIA DIRECTA

---

### i. Estrutura Acionista

A Via Directa é detida a 100% pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., sendo a Fosun International Limited a principal detentora do capital da Fidelidade.

### ii. Visão e Valores

A Via Directa é a seguradora do grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através dos canais diretos e tem como valores a simplicidade, a proximidade e a inovação, promovendo desta forma a autonomia e a personalização das soluções que oferece.

A Via Directa visa prestar um serviço de excelência aos clientes, apostando por um lado na proximidade e segurança e por outro lado na autonomia através da utilização de ferramentas digitais inovadoras que facilitem a experiência dos seus clientes.

A orientação para a satisfação dos clientes, a motivação dos colaboradores bem como a criação de valor para o acionista fazem parte da nossa essência e propósito.

### iii. Organização Interna

No final de 2022 a Via Directa tinha 81 colaboradores, o que representou um acréscimo de 16% face a 2021.

---

Recursos Humanos em 31/12	2022	2021
Nº Colaboradores Total	81	70
Var %	16%	-5%

---

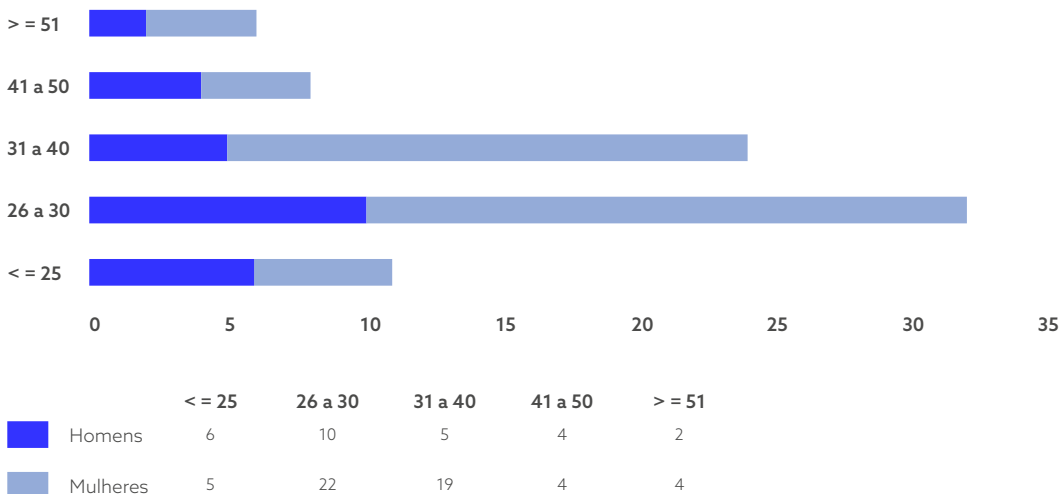
A idade e antiguidade média dos colaboradores da Companhia é de 38 e 10 anos, respetivamente, tendo em 2022 diminuído um ano em ambos os indicadores.

O aumento do número de colaboradores e o decréscimo da idade e antiguidade na Via Directa, deveram-se sobretudo ao projeto Academia OK! que visou a integração de jovens recém-licenciados na Companhia, que contribuiu também para aumentar o nível de escolaridade, como adiante ficará demonstrado.

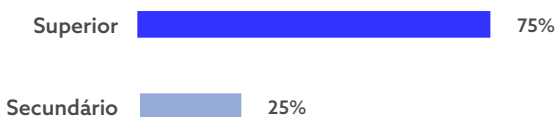
A Academia OK! integrou na Via Directa, a partir de junho de 2022, oito jovens licenciados, depois de um programa de seleção que contou com aproximadamente 200 alunos de diversas faculdades, das mais variadas áreas do conhecimento: da Matemática, da Gestão e Economia, passando pelo Marketing, pela Engenharia e Gestão e Análise de Dados até ao Business Intelligence e à Tecnologia.

O programa Academia OK! pretende contar com a expertise e a qualificação destes jovens, para fazer face aos desafios da transformação que está em curso na Via Directa e simultaneamente desafiar-los a terem um papel disruptivo e inovador na própria organização.

Dos 81 colaboradores que trabalhavam em 31 de dezembro de 2022 na Via Directa, 27 eram homens (33,3%) e 54 eram mulheres (66,7%), com a seguinte distribuição por grupos etários:

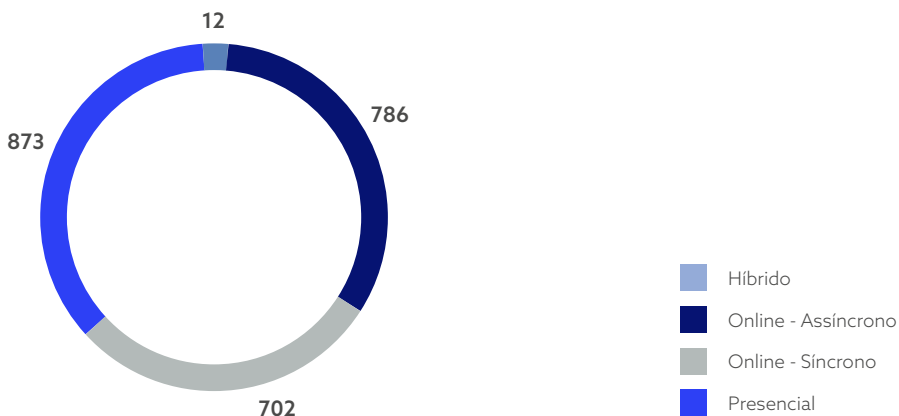


Em 2022 o peso dos colaboradores com formação académica de nível superior era de 75% (70% em 2021) demonstrando assim a importância e o esforço na qualificação e no desenvolvimento dos colaboradores, tal como a aposta na captação de talentos que promovam o desenvolvimento da Via Directa e simultaneamente permitam o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, como foi o projeto Academia OK!

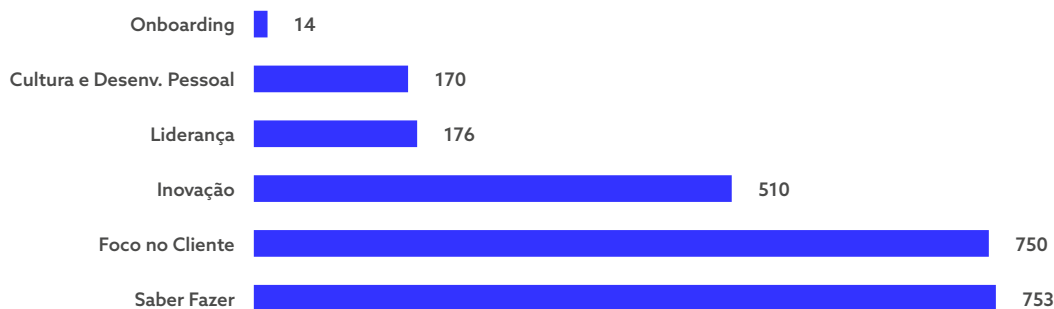


A qualificação e formação dos colaboradores da Via Directa faz parte da estratégia da empresa, na medida em que é relevante para os colaboradores, mas também porque garante que a empresa dispõe de colaboradores preparados para enfrentar desafios e encontrar soluções num mercado em constante transformação, onde é necessário buscar soluções rápidas e que de uma forma eficiente e eficaz visem melhorar resultados e acrescentar valor ao negócio. Neste sentido, a Via Directa promoveu a formação externa sempre que as necessidades o exigiram e dispôs de formadores internos, com competências de formação, para a qualificação dos seus colaboradores, através de ações de formação adaptadas às necessidades específicas de cada equipa.

Em 2022, a Companhia implementou o trabalho híbrido, com foco de dois dias em trabalho presencial e os restantes três dias em teletrabalho. Desta forma, e para colmatar todas as necessidades do novo modelo de trabalho, a Companhia continuou a adotar as plataformas remotas e o E-learning como os canais preferenciais de formação, onde foram ministradas 63,7% do total de horas de formação. A formação presencial representou 26,8% do total de horas de formação ministradas em 2022 (873 horas) e é sinónimo também do esforço que a empresa fez ao longo deste ano para restabelecer um equilíbrio entre o lado presencial e de relacionamento humano e o lado digital e mais distante.



Em 2022 foram ministradas 2.372 horas de formação, com destaque para as formações de saber fazer (idiomas e informática), foco no cliente (seguros) e inovação, conforme se pode ver no gráfico abaixo:



Na sequência do plano de transformação em curso e da aposta na digitalização, a par com o rejuvenescimento e reorganização interna da empresa, a Via Directa promoveu as seguintes formações:

- Fintech Innovation in Financial Service, ministrada na Universidade Nova de Lisboa – esta formação teve como principal objetivo dar a conhecer a aplicabilidade das mais recentes tecnologias “FinTech”, como blockchain ou machine learning, em áreas de negócio como a banca ou os seguros, dando também informação sobre o que se passa em empresas financeiras emergentes e start-ups que utilizam estas tecnologias;
- Programa de Desenvolvimento de Líderes, ministrado pela InsightOut – o objetivo desta formação foi construir uma jornada de desenvolvimento de liderança, humana, inovadora e transformadora, que consiga inspirar e promover o envolvimento de todos os colaboradores nos desafios do futuro.

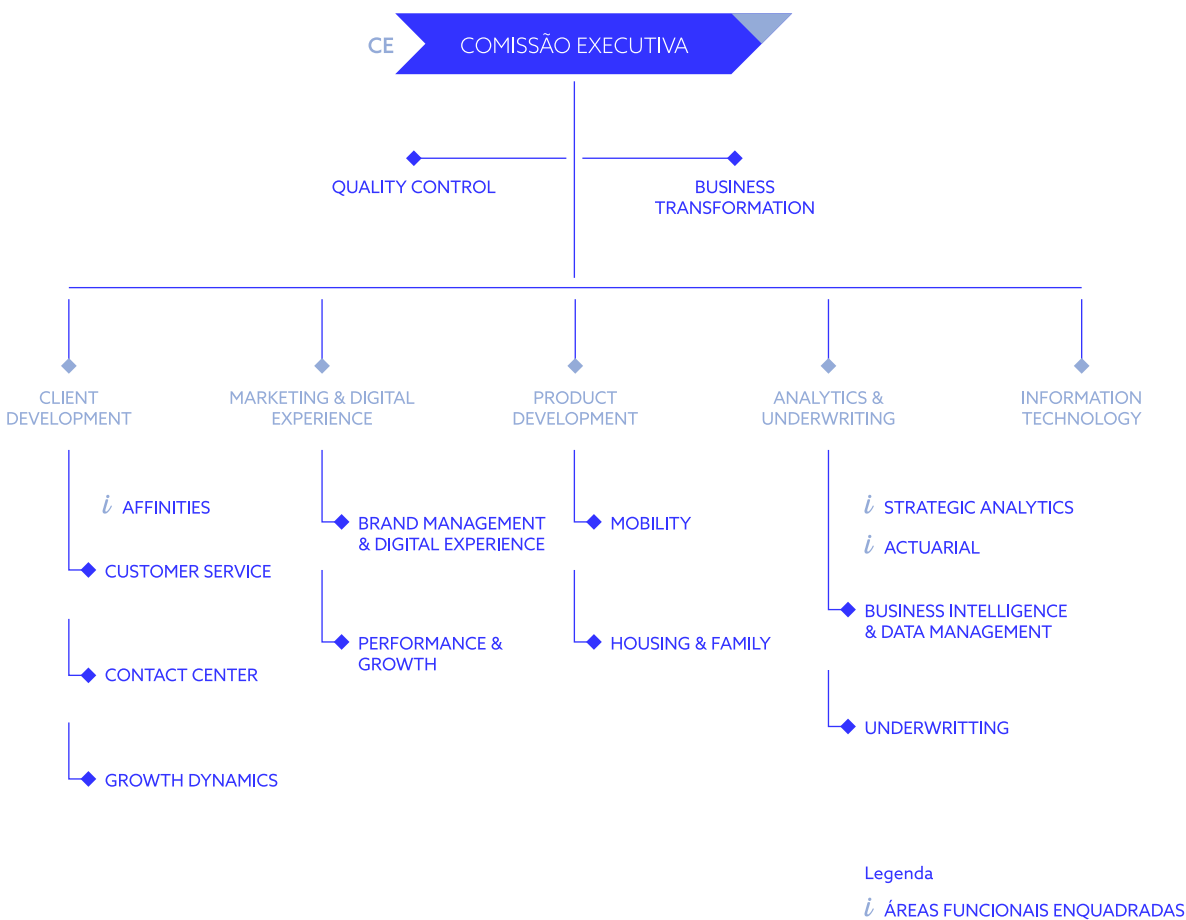
A Companhia e o Grupo Fidelidade disponibilizaram, ainda, várias iniciativas de desenvolvimento que foram realizadas nas plataformas Wevolution microlearning e Wevolution mlearning, onde foram realizadas 30 horas durante o ano de 2022.

Mais uma vez em 2022, a Companhia utilizou o Fyouture como o programa de gestão de talento do Grupo Fidelidade. O Fyouture assenta nos pilares “Performance, Potencial e Desenvolvimento” e permite apoiar a gestão e o reconhecimento do desempenho dos colaboradores, que devem saber claramente o que se espera deles, de modo a adequar a sua atividade aos objetivos da Companhia.

A aposta da Via Directa na performance, potencial e desenvolvimento dos colaboradores reforçou a tendência de otimização de processos que tem sido uma aposta da Companhia, cujo objetivo é a melhoria e eficiência interna e o aumento da satisfação dos clientes.

A estrutura de governo societário da Via Directa é de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC).

Em 31.12.2022 a estrutura orgânica da Via Directa era a seguinte:



#### iv. Mercado e Clientes

Ao contrário do ano de 2021 que ainda decorreu em contexto pandémico, ansiava-se que 2022 fosse um ano de crescimento económico, tanto a nível nacional como internacional, virada que estava a página da pandemia. A esperança desvaneceu-se logo no início do ano com a eclosão da guerra na Europa, depois da Rússia invadir a Ucrânia, e este acontecimento condicionar a evolução da economia mundial até hoje.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia provocou o aumento da incerteza e da instabilidade do mercado energético internacional, com a escalada dos preços do gás natural, da eletricidade e do petróleo, e intensificou as pressões inflacionistas que atingiram níveis históricos e obrigaram as economias avançadas a tomar medidas restritivas de política monetária, como a subida das taxas de juro de referência. Esta conjuntura rapidamente condicionou a confiança dos agentes económicos e resultou numa elevada incerteza no panorama geopolítico internacional.

Estes acontecimentos também condicionaram a economia portuguesa, que apesar de tudo cresceu 6,8% em 2022, marcada essencialmente por:

- uma recuperação económica para níveis pré-pandémicos logo no primeiro trimestre do ano, seguida de uma desaceleração, trimestre após trimestre, influenciada pela deterioração do enquadramento externo e financeiro, quer por via da inflação, quer por via do aumento das taxas de juro que influenciam negativamente o rendimento disponível das famílias;
- um bom desempenho do mercado de trabalho, refletido no dinamismo do emprego e dos salários nominais e também num aumento da taxa de atividade para níveis históricos;
- um fraco investimento decorrente da maior incerteza, dos constrangimentos da oferta e do aumento dos custos de financiamento;
- alguma propensão para o consumo privado decorrente da utilização da poupança acumulada pelas famílias durante a crise pandémica;
- um abrandamento do consumo público, com menor oferta de emprego e menos despesa associada ao combate à pandemia, que é compensado pela implementação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e pelo aumento da despesa permanente, principalmente no setor da saúde;
- um elevado dinamismo das exportações impulsionadas pelas exportações de bens e serviços, com destaque para o setor do turismo cujo comportamento foi exemplar durante quase todo o ano, beneficiando do levantamento gradual das restrições associadas à pandemia e da realização de despesas que tinham ficado por realizar nos dois anos anteriores.

No que concerne ao setor segurador o contexto do ano de 2022 continuou a ser desafiante, devido às consequências dos efeitos da pandemia, mas também de grande incerteza, em consonância com a conjuntura económica inflacionista, que colocou pressão sobre os custos de exploração do setor e sobre o aumento dos prémios de seguros. A par destes fatores o sector segurador deparou-se também com o agravamento e a multiplicação dos riscos climáticos e dos riscos cibernéticos, da segurança da informação e dos dados, que são consequência da digitalização e do uso de ferramentas cada vez mais inovadoras.

O setor segurador é conhecido pela sua capacidade de adaptação e resiliência em situações adversas e também pela procura e investimento em soluções tecnologicamente inovadoras que permitem melhorar o desempenho das seguradoras, sem descurar o foco na manutenção dos níveis de serviço de satisfação e de fidelização dos clientes.

Neste contexto adverso e simultaneamente desafiante a Via Directa encarou o ano de 2022 como um ano de investimento e transformação, tendo sido necessário:

- investir em novos produtos e novas formas de gestão de risco;
- investir em tecnologia que permitirá maior acessibilidade, agilidade e autonomia nos processos com os clientes;
- investir em soluções mobile e nas aplicações em telemóveis que permitam, com agilidade, subscrever produtos, participar sinistros, realizar uma teleconsulta ou até entrar em contacto com a seguradora de uma forma simples, rápida e sem deslocações.

Na qualidade de gestora da marca OK! teleseguros, o ano de 2022 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- revisão das ofertas dos seguros auto e multirriscos habitação, com o objetivo de lançar soluções mais simples e diferenciadoras em 2023;
- inclusão da funcionalidade de consulta por videochamada no serviço de Medicina Online do seguro de saúde;
- lançamento de uma nova Área de Cliente. Integrado na iniciativa Reimagine Digital Front-end Platforms do Plano de Transformação que está em curso na Via Directa. Este projeto pretendeu tornar a Área de Cliente mais intuitiva e eficiente, com o objetivo de melhorar a experiência de self-service do cliente OK!;

- lançamento da Academia OK!, o primeiro Programa de Trainees, que, inserido também ele no plano de transformação da Via Directa, teve como objetivo captar jovens talentos com novas competências, para consolidar o atual posicionamento de inovação e liderança da seguradora no mercado dos seguros diretos;
- preparação do rebranding da OK! teleseguros com impacto em todos os canais, suportes, lojas físicas e plataformas digitais da marca.
- reconhecimento dos consumidores portugueses, através das seguintes distinções:
  - Escolha do Consumidor 2022, na categoria "Seguros Diretos";
  - Cinco Estrelas 2022, na categoria "Seguros Diretos";
  - Powerful Brand, na categoria Seguros Online;
  - Portugal Digital Awards 2022, na categoria "Best Future of Customer & Consumers Project", com a APP AutoDigital.

## v. Via Directa mais digital

Em 2022, a Via Directa continuou a apostar na oferta de soluções cada vez mais self-service, que permitem uma maior autonomia e comodidade aos seus clientes na gestão dos seus seguros.

Destacam-se, abaixo, os principais indicadores de acesso/adesão às plataformas digitais da marca:

- o site da OK! teleseguros recebeu um total de 1 398 832 visitas, o que se traduz num crescimento de 6 % face a 2021;
- em 2022, a APP OK! teleseguros registou 44 457 downloads únicos, o que corresponde a um crescimento de 18 % face a 2021. O número de clientes em carteira que fez, pelo menos, um acesso à aplicação foi de 65 581, o que representa cerca de 34% das entidades com apólices em vigor;
- na área de cliente, um total de 171 316 registos, o que significa um crescimento de 4% no número de adesões à plataforma relativamente a 2021;
- registámos 163 135 clientes aderentes à fatura eletrónica e um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.
- em 2022, entre os clientes que subscreveram um seguro auto de danos próprios, com necessidade de realizar uma vistoria ao seu veículo, 67% optaram pela vistoria digital em detrimento da deslocação a uma oficina.

## vi. Prémios e Distinções

A OK! teleseguros foi distinguida pelos consumidores portugueses com os Prémios "Escolha do Consumidor 2022" e "Cinco Estrelas 2022", na categoria "Seguros Diretos", pelo quarto e quinto anos consecutivos, respetivamente.

Reconhecida como a marca que, na sua categoria, apresenta os maiores níveis de satisfação e recomendação ou intenção de compra junto dos consumidores clientes e não clientes, a OK! teleseguros foi galardoada com o prémio "Escolha do Consumidor 2022", alcançando a nota geral de satisfação de 82,46%.

Promovida pelo Consumer Choice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor - a Escolha do Consumidor dá voz ao consumidor português, que avalia e distingue anualmente as melhores marcas em Portugal, selecionadas pelo grau de satisfação e recomendação que proporcionam aos consumidores.

A seguradora foi também galardoada com o Prémio Cinco Estrelas 2022, tendo por base os critérios de satisfação pela experimentação; a relação preço-qualidade; a intenção de recomendação; a confiança na marca e a inovação no serviço, obtendo uma satisfação global de 76,9%.

O Prémio Cinco Estrelas é um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação que os produtos, os serviços e as marcas conferem aos seus utilizadores, dentro da respetiva categoria de consumo, tendo como critérios de avaliação as principais variáveis que influenciam a decisão de compra dos consumidores.

Em 2022, a OK! teleseguros foi também distinguida com o Portugal Digital Awards, na categoria Best Future of Customer & Consumers Project, com a app AutoDigital.

Reconhecida como o melhor projeto relacionado com a criação de novos produtos/serviços e/ou melhoria da experiência do cliente, a app AutoDigital da OK! teleseguros é a primeira aplicação do mercado, que permite aos seus clientes efetuar uma vistoria à sua viatura (automóvel ou motociclo) remotamente, para aprovação de um seguro de danos próprios, através de realidade aumentada.

O Portugal Digital Awards é uma iniciativa promovida pelas Axians e IDC, que visa reconhecer e premiar a excelência de organizações, suas equipas e líderes empresariais que, com visão e audácia, conduzem à transformação digital dos seus negócios, processos, produtos ou serviços e, conseqüentemente, da sociedade como a conhecemos.

## vii. Gestão da Qualidade

A política da qualidade da Via Directa visa a satisfação dos clientes alicerçado num serviço de excelência baseado em boas práticas, espírito crítico e foco na melhoria contínua.

As boas práticas e o espírito crítico fazem parte do ADN da Via Directa, por isso, ao mesmo tempo que fornecemos produtos e serviços que satisfaçam os clientes, cumprindo leis e regulamentos em vigor e procedimentos internos, avaliamos a satisfação dos clientes através do feedback obtido junto dos mesmos, com recurso a inquéritos de satisfação, audição de chamadas, tratamento de reclamações e elogios.

A avaliação da satisfação dos clientes permite preventivamente evitar reclamações e acima de tudo “ouvir” o cliente, mas também permite conhecer antecipadamente o que o cliente espera da Companhia, identificando oportunidades de melhoria. O foco no cliente está associado à prestação de um serviço de excelência e o feedback da sua satisfação constitui uma importante ferramenta de marketing para a empresa.

O aumento da satisfação dos clientes tem sido uma constante ao longo dos anos, sendo em 2022 igual ou superior a 8,5 numa escala de 1 a 10, conforme se pode verificar abaixo:

	2022	2021
	8,6	8,5
	8,5	8,7

Para além da avaliação da satisfação dos clientes, a gestão das reclamações também faz parte do âmbito da política de qualidade, cujo objetivo é procurar tendências e eliminar causas de reclamações causando um impacto positivo no cliente e na organização. A gestão das reclamações é um processo reativo através do qual o cliente nos transmite a sua visão e ponto de vista sobre o que, na sua opinião, correu menos bem na sua relação com a Companhia.



Na Via Directa consideramos todas as reclamações como verdadeiras oportunidades de melhoria que nos ajudam no objetivo contínuo de melhorar os nossos produtos e o serviço que prestamos ao cliente.

## viii. Responsabilidade Social

A Via Directa deu continuidade à sua participação em projetos com impacto no desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social.

Foram desenvolvidas diversas ações com impacto na sociedade civil, tais como:

- a renovação do apoio à Associação Passo Positivo, através da oferta do seguro automóvel da carrinha que garante a prestação de serviços prestados pela associação;
- o apoio à atleta de Paradressage, Rita Lagartinho, atleta com paralisia cerebral, cuja prática desportiva contribui para a sua reabilitação;
- O apoio à Associação Semear, que trabalha com pessoas com deficiência e com as suas famílias, no sentido de estabelecer pontes entre estas, o Estado e as empresas, conduzindo à sua inclusão no mercado de trabalho.

Em 2022, mantivemos o nosso envolvimento com algumas questões sociais, através de sinergias e parcerias com as seguintes entidades:

- Grace - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial;
- APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial;
- Signatários da Carta Diversidade.

**3.**

**A NOSSA**

**PERFORMANCE**

## A. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA<sup>1</sup>

---

### i. Mercado Mundial

O ano de 2022 ficou marcado por um abrandamento acentuado da atividade económica mundial, tendo-se, simultaneamente, verificado um aumento substancial da inflação, que registou dos valores mais elevados nas últimas décadas. A persistente pandemia da COVID-19, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento dos preços de bens alimentares e energéticos e o aumento das taxas de juro potenciaram este abrandamento.

Neste sentido, prevê-se um crescimento global de 3,2% em 2022, traduzindo-se assim em cerca de metade do registado em 2021 e no menor crescimento desde 2001, com exceção dos anos impactados pela crise financeira global e pela fase mais crítica da pandemia da COVID-19.

Após o aumento inesperado da inflação em 2022, é expectável que a mesma possa vir a estabilizar nos próximos anos, refletindo uma política monetária orientada para a reposição da estabilidade dos preços, nomeadamente através do aumento das taxas de juro de referência, por parte dos principais bancos centrais.

### ii. Portugal

Em Portugal, o crescimento económico foi marcado, no primeiro trimestre de 2022, por uma recuperação da crise pandémica, mas foi perdendo dinamismo ao longo do ano, à medida que se fizeram sentir os efeitos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como da subida dos preços e das taxas de juro.

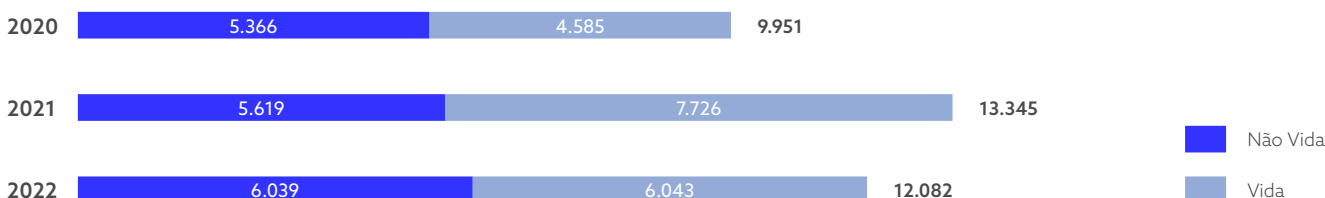
Apesar do contexto difícil, o PIB português registou um crescimento de 6,8% em 2022, acima dos 5,5% verificados em 2021. O aumento da inflação foi generalizado e impactado por pressões externas que fizeram subir o nível geral de preços, principalmente nos produtos energéticos e alimentares, elevando a inflação para 8,1% em 2022 (0,9% em 2021). A consequente redução do poder de compra das famílias conduziu a um arrefecimento da economia, devido a uma maior incerteza por parte dos agentes económicos. Por sua vez, a taxa de desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos (fixando-se nos 5,9% em 2022, o que representa um decréscimo de 0,7 p.p. face a 2021).

<sup>1</sup> Fonte: IMF Economic Outlook (Out-2022), Boletim Económico BdP (Dez-2022)

## B. ENQUADRAMENTO DO SETOR SEGURADOR

### i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2022, o setor segurador registou um decréscimo face ao ano anterior, com a produção total a ser afetada pelo contexto económico de inflação e taxas de juro elevadas. O mercado segurador encerrou o ano de 2022 com valor total de prémios brutos de 12,1 mil milhões de euros, um decréscimo de 9,5% face a 2021 refletindo a evolução do segmento Vida (-21,8% para 6,0 mil milhões de euros). Por outro lado, o segmento Não-Vida continuou a sua trajetória de crescimento tendo registado um montante de prémios de 6,0 mil milhões de euros, mais 7,4% que em 2021.



Unidade: Milhões de Euros  
Fonte: ASF

A diminuição da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, à componente de Vida Financeiro, em particular ao nível dos produtos Unit-Linked. Apesar do contexto económico de aumento de taxas de juro, que se começou a fazer sentir no segundo semestre de 2022, a perda de rendimento provocada pela inflação e a instabilidade nos mercados financeiros impactou negativamente esta tipologia de produtos financeiros. Esta evolução contrasta com o aumento de prémios verificado em 2021, que beneficiou de níveis elevados da taxa de poupança das famílias face aos anos pré-pandemia<sup>2</sup>, refletindo a incerteza face à evolução da situação económica ainda em contexto de pandemia.

Por sua vez, a produção do segmento Não-Vida manteve a tendência de crescimento, voltando a ganhar maior tração quando comparado com o crescimento verificado no ano anterior, maioritariamente fruto da recuperação da atividade económica.

Neste segmento, importa destacar, a evolução positiva registada no ramo Saúde (+11,8%), numa altura em que a população está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde consolidasse o seu posicionamento como segundo maior ramo do segmento Não-Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.156 milhões de euros.

<sup>2</sup> Fonte: INE in Grau de poupança do agregado familiar.

A evolução da produção dos ramos Não Vida entre 2021 e 2022 está patente no seguinte quadro:

### PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS NÃO VIDA

(milhões de euros)

	2022	2021	Var %
Automóvel	1.966	1.898	3,6%
Saúde	1.156	1.032	12,0%
Acidentes de Trabalho	1.027	965	6,4%
Incêndio e Outros Danos	1.074	1.000	7,4%
Outros	816	724	12,7%
<b>TOTAL</b>	<b>6.039</b>	<b>5.619</b>	<b>7,5%</b>

Fonte: ASF

## C. ATUAÇÃO DA VIA DIRECTA E PRINCIPAIS INDICADORES

### i. Enquadramento Económico

No ano de 2022, o volume de produção de seguro direto em Portugal foi superior a 12 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 9,5% face ao valor verificado em 2021. Efetuando uma análise por ramos, o ramo Vida, contrariamente ao verificado no ano anterior, registou um decréscimo de 21,8%. Os ramos Não Vida, corroborando a tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento de produção de 7,4%.

Os prémios do segmento Não Vida, onde se insere a Via Directa, cresceram 7,4%, com destaque para os ramos Acidentes e Doença com um aumento de 9,4%, Incêndio e Outros Danos que cresceram 7,4%, os ramos Diversos que cresceram 15,4% e também para o ramo Automóvel com um crescimento de 3,8%, que, à semelhança de anos anteriores, continua com uma grande representatividade no total dos ramos Não Vida (33%).

Em 2022, a produção total da Via Directa teve um crescimento de 4,7%, ficando assim acima do crescimento médio do ramo Automóvel, o seu principal ramo de produção.

À exceção dos ramos Diversos que cresceram na Via Directa 3,6% e na totalidade do mercado Não Vida 15,4%, o crescimento dos restantes ramos explorados na Companhia cresceram acima do crescimento verificado no mercado, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

### A VIA DIRECTA E O MERCADO (TAXAS DE VARIAÇÕES ANUAIS)

Ramos	Via Directa		Total Mercado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Vida</b>	-	-	<b>-21,8%</b>	<b>68,5%</b>
<b>Não Vida</b>	<b>4,7%</b>	<b>0,7%</b>	<b>7,5%</b>	<b>4,7%</b>
Acidentes e Doença	22,9%	-10,8%	9,4%	7,6%
Incêndio e Outros Danos	13,9%	7,7%	7,4%	5,7%
Automóvel	4,3%	0,5%	3,6%	1,3%
Diversos	3,6%	1,3%	15,4%	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>4,7%</b>	<b>0,7%</b>	<b>-9,5%</b>	<b>34,1%</b>

Fonte: ASF

O crescimento da produção total da Via Directa foi consequência da implementação de algumas medidas ao nível do serviço ao cliente, proporcionando uma maior autonomia, incentivando e promovendo o self-service através da utilização das plataformas digitais, como a APP OK!, a Área Privada e a APP Auto Digital.

Ao mesmo tempo que a Companhia melhorou as suas ferramentas digitais, promoveu a venda no site, aumentando assim as vendas do canal online, utilizou também a estratégia digital para melhorar as vendas do canal offline, através do contacto com os consumidores que procurando no site, não chegaram a contratar naquele canal e que através dos restantes canais da Via Directa – telefone e lojas – conseguiram fazê-lo.

Por outro lado, a Via Directa melhorou a oferta de produtos, tornando-a mais simples e adequada às necessidades dos clientes e implementou também modelos de pricing que visaram acrescentar valor à empresa e aproximar o valor da sua oferta às exatas expectativas do cliente e do mercado.

O crescimento da produção em 2022 foi também fruto de todas as campanhas comerciais que a Via Directa implementou, do esforço de cross e up selling utilizado na Via Directa, numa clara tentativa de reter clientes e torná-los mais fiéis à nossa marca. Em 2022 a Companhia adotou o modelo híbrido de trabalho, considerando que estavam reunidas as condições para voltar ao trabalho presencial, dada a evolução do contexto de pandemia, as regras de saúde pública em vigor, as medidas de segurança e proteção implementadas na Via Directa e no grupo Fidelidade e os benefícios para saúde e bem-estar do regresso ao convívio laboral. Este modelo é considerado um modelo equilibrado de trabalho no contexto pós-covid, que permite simultaneamente flexibilidade e capacidade de conciliar trabalho e vida familiar, reter e atrair talentos, maior desempenho e produtividade e digitalização e atualização das formas de trabalho.

A digitalização está patente não só na forma como trabalhamos ao utilizarmos ferramentas de teletrabalho, na forma como vendemos os nossos produtos, promovendo os canais on-line, mas também porque temos em curso um programa de desenvolvimento baseado na utilização e implementação de soluções tecnológicas e inovadoras que tornam as operações mais ágeis, acrescentando valor à companhia e ao cliente, melhorando a sua experiência, promovendo a autonomia através da utilização dos canais remotos e simples.

Os canais remotos e as aplicações mobile estão à disposição dos nossos clientes para simularem, contratarem e participarem sinistros, através do nosso site, de novos simuladores, da renovada área de cliente e também da APP Auto Digital que permitiu e permite melhorar serviço ao cliente, mas também mitigar o risco e reduzir a fraude e a frequência de sinistros de danos próprios, no ramo Automóvel.

Em termos de sinistralidade, o ano de 2022 ficou marcado pela diminuição da sinistralidade face a 2021 no ramo Automóvel e uma subida dessa mesma taxa nos ramos Multirriscos, Doença Individual e Acidentes Pessoais. Globalmente nos ramos explorados pela Via Directa a taxa foi de 62,8% ao invés dos 67,5% do ano anterior. Houve também uma diminuição dos custos com sinistros na generalidade dos ramos (-5,0%).

Nos anos de 2020 e 2021 registaram-se quebras significativas da circulação rodoviária comparativamente a 2019, e consequentemente, reduções naqueles dois anos nos principais indicadores de sinistralidade face a este ano, pelo que a Comissão Europeia, considerou 2019 como o ano base de referência para efeitos da avaliação da evolução da sinistralidade rodoviária durante a presente década. Assim relativamente a 2019 e nos primeiros nove meses de 2022, registaram-se menos 2.098 acidentes (-7,6%), menos 40 vítimas mortais (-10,0%), menos 56 feridos graves (-2,9%) e menos 3.517 feridos leves (-10,6%), de acordo com a ANSR (Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária).

Comparativamente com o período homólogo de 2021, ano em que ainda se verificaram quebras na circulação rodoviária devido à pandemia COVID-19 face a anos anteriores, observaram-se em 2022 aumentos em todos os principais indicadores no Continente: mais 3.640 acidentes (+17,6%), mais 67 vítimas mortais (+23,4%), mais 264 feridos graves (+17,6%) e mais 4.397 feridos leves (+18,2%). De referir que relativamente a 2021, em 2022 tem vindo a registar-se um aumento da circulação automóvel com o correspondente acréscimo no risco de acidente, como se pode concluir pelo aumento de 10,9% no consumo de combustível rodoviário até setembro, de acordo com fonte da Direção-Geral de Energia e Geologia, e do crescimento de 30% no tráfego das autoestradas registado no primeiro semestre, conforme dados da APCAP (Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens).

A Via Directa registou em 2022 uma taxa de sinistralidade automóvel de 62,2%, que foi 5,2 p.p. mais baixa do que a registada em 2021. Embora a frequência tenha aumentado face a 2021 (8,9% vs 8,3%), a boa gestão dos custos com sinistros e a prudência do provisionamento em anos anteriores, possibilitou o encerramento dos processos com custos mais reduzidos, que permitiram o equilíbrio do ramo, numa altura em que nos deparamos com o aumento significativo dos custos de reparação devido à espiral inflacionista do momento.

Nos restantes ramos explorados pela Via Directa verificou-se um agravamento da sinistralidade, tanto ao nível da frequência quanto dos custos, mas o peso relativo que estes ramos têm no total dos custos da Via Directa não tem impacto relevante nos custos totais. No entanto, há que assinalar a fraca performance do ramo Multiriscos Habitação, com um aumento de custos de 16,4% face a 2021, que teve impacto na provisão para riscos em curso que a Companhia teve de constituir em 2022 (101 mil euros ao invés dos 81 mil euros de 2021).

O comportamento da sinistralidade acima exposto, principalmente a diminuição da sinistralidade automóvel, por ser o segmento core da Via Directa, teve impacto na redução do loss ratio em 2022.

O plano de transformação orienta desde final de 2021 a estratégia de desenvolvimento de negócio da Via Directa com o objetivo de tornar a marca "ok!" mais apelativa, criar uma oferta de produtos mais simples e competitiva, mas também redesenhar e reorganizar processos operativos e de negócio. Esta orientação consubstanciou-se num investimento sob a forma de despesa corrente do ano de 2022 com um aumento significativo do expense ratio.

O rácio combinado atingiu assim os 96,3% em 2022, ou seja, mais 1,8 p.p. do que em 2021, influenciado pela diminuição dos rácios de sinistralidade (-3,8 p.p.) mas com um significativo aumento das despesas (+5,6 p.p.), conforme acima foi referido.

Em 2022 os resultados da atividade financeira na Via Directa cresceram 5,1% face a 2021 e atingiram os 1,2 milhões de euros. A atividade financeira (e os seus resultados) é muito importante para a atividade seguradora, que gere a todo o momento quantidades avultadas de investimentos, mas tem estado, nos últimos anos, sujeita a uma grande incerteza e à volatilidade dos mercados financeiros. Está ora sujeita a ambientes de baixas taxas de juros, como as que aconteceram no passado recente, ora sob tensões geopolíticas como a guerra na Ucrânia ou ainda a pressões inflacionistas, como as que existem atualmente e que condicionam as disponibilidades de investimento e geram incerteza nos investidores.

A política financeira praticada na Via Directa privilegia os investimentos com a capacidade de assegurar qualidade, segurança, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo, evitando a concentração excessiva de risco que poderá ter impacto negativo no rácio de solvência da Companhia. No portfólio de investimentos da Via Directa predominam os instrumentos de dívida (90%) que conferem um rendimento fixo e baixa volatilidade de preço.

O regime de solvência em vigor, aprovado pela Diretiva Comunitária de Solvência II e transposto para a lei nacional, é um regime exigente que permite fazer face a situações de stress, como foram os períodos de incerteza e mudança que vivemos com a pandemia ou os que agora vivemos, com a guerra, a inflação e a subida das taxas de juros. Os indicadores do regime de solvência transmitem segurança a todos os stakeholders que trabalham, colaboram e dependem do setor. Nos três últimos anos a Via Directa demonstrou a sua solidez financeira, com rácios de solvência crescentes que são o aval de confiança para os seus clientes e para o mercado em geral.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores relativos à atividade da Via Directa:

## PRINCIPAIS INDICADORES

(milhares de euros)

	2022	2021
<b>Prémios de Seguro Direto</b>	<b>61.067</b>	<b>58.330</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>2.581</b>	<b>3.694</b>
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	51.287	50.308
Custos Sinistros Líquidos Resseguro	36.473	37.680
Custos Exploração Líquidos Resseguro	12.901	9.834
<b>Claims Ratio</b>	<b>71,1%</b>	<b>74,9%</b>
<b>Expense Ratio</b>	<b>25,2%</b>	<b>19,5%</b>
<b>Combined Ratio</b>	<b>96,3%</b>	<b>94,4%</b>

Nota: Os rácios apresentados são calculados numa base de prémios adquiridos e líquidos de resseguro

## ii. Seguro Direto

Em 2022, o volume de prémios brutos emitidos foi de 61,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 4,7% face a 2021.

Todas as linhas de negócio da Via Directa registaram um crescimento relativamente ao ano transato.

O ramo Acidentes e Doença teve um aumento de 22,9%, invertendo assim o decréscimo de 10,8% de 2021.

O ramo Automóvel cresceu tanto nas suas coberturas principais (+4,3%), como também nas coberturas acessórias de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica (+3,2%), que na sua totalidade representam 95,1% do total da produção da Companhia.

O ramo Incêndio e Outros Danos cresceu 13,9%, face a 2021.

Em 2022 a Via Directa teve uma quota de mercado dos ramos Não Vida de 1,0% e manteve o 15º lugar no ranking das seguradoras Não Vida. No ramo Automóvel a quota de mercado foi maior 0,1 p.p. do que a obtida em 2021, ficando nos 2,6%, conservando a 9ª posição no ranking deste ramo.

O ramo Incêndio e Outros Danos e o ramo Diversos mantiveram as suas posições no ranking (18º e 13º respetivamente) com quotas de mercado de 0,2% e 2,1%, respetivamente. O ramo Doença manteve a sua quota de mercado em 0,5%, descendo uma posição no ranking de 2022, ficando na 22ª posição.



A evolução dos prémios do seguro direto encontra-se refletida no quadro seguinte:

## PRÉMIOS SEGURO DIRETO

(milhares de euros)

	2022	2021
<b>Total</b>	<b>61.067</b>	<b>58.330</b>
Taxa Crescimento	4,7%	0,7%
Quota Mercado (Vida e Não Vida)	0,5%	0,4%
Quota de Mercado (Não Vida)	1,0%	1,0%
<b>Ramo Acidentes e Doença</b>	<b>640</b>	<b>521</b>
Taxa Crescimento	22,9%	-10,8%
Quota de Mercado (Ramo AD)	0,0%	0,0%
<b>Ramo Incêndio e Outros Danos</b>	<b>2.298</b>	<b>2.017</b>
Taxa Crescimento	13,9%	7,7%
Quota de Mercado (Ramo IOD)	0,2%	0,2%
<b>Ramo Automóvel</b>	<b>50.389</b>	<b>48.323</b>
Taxa Crescimento	4,3%	0,5%
Quota de Mercado (Ramo Automóvel)	2,6%	2,5%
<b>Ramo Diversos</b>	<b>7.740</b>	<b>7.469</b>
Taxa Crescimento	3,6%	1,3%
Quota de Mercado (Ramo Diversos)	2,1%	2,4%

Fonte: ASF

O ano de 2022 caracterizou-se pelo retomar de alguma normalidade pré-pandémica, com o aumento da circulação rodoviária e a consequente frequência de sinistros automóvel que é um tema que nos preocupou no passado e nos continua a preocupar, uma vez que o ramo automóvel é o ramo core da Via Directa. Assim, os modelos de risco continuam a ser utilizados na subscrição e gestão dos riscos visando não só a gestão adequada do risco, mas também o aumento do prémio médio, que em períodos inflacionistas como o do ano 2022 é uma tarefa difícil, dado que os clientes são muito sensíveis a preços baixos e tornam-se menos fiéis e mais rotativos.

O negócio das seguradoras diretas é muito permeável à rotatividade e à anulação prematura de apólices, nomeadamente se na composição das carteiras existirem muitos contratos fracionados. A Via Directa naturalmente também sofreu deste problema em 2022 e viu a taxa de anulação no ramo Automóvel aumentar face a 2021, passando de 24,3% para 25,6%. Ainda assim a Companhia garantiu o equilíbrio técnico do ramo e conseguiu aumentar a carteira segura, com 256.733 unidades seguras (253.521 em 2021), impulsionando as vendas de contratos com fracionamento anual e semestral em detrimento dos fracionamentos trimestrais e mensais, e aumentando também o prémio médio do ramo automóvel (+1,2% que compara com +0,3% em 2021). Relativamente ao ramo Incêndio e Outros Danos, isto é, Multiriscos Habitação, registou-se em 2022 um crescimento de 13,9% no volume de prémios brutos emitidos, com origem no crescimento da carteira segura e do prémio médio do ramo, com mais 8,5% e 5,4%, respetivamente, face a 2021. A taxa de anulação do ramo cresceu ligeiramente face 2021 (+0,5 p.p.) atingindo os 12,3%.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os prémios cresceram 22,9% em 2022 face a 2021. O ramo Doença registou um crescimento de 16,7% face a 2021, relacionado com o esforço de venda de planos de saúde, com coberturas de teleconsulta, acompanhadas de uma campanha comercial de oferta das três primeiras mensalidades, que teve efeitos no aumento do número de pessoas seguras (+65,0% face a 2021). Em oposição o prémio médio registou uma queda de 21,1%, ficando nos 276 euros em comparação com os 350 euros de 2021, devido ao aumento das vendas focado nos cartões de acesso à rede convencionada e menos nos planos de saúde, que encarecem o custo do seguro e em tempos de inflação são menos procurados.

À semelhança do que já tinha acontecido em 2021, também em 2022 os prémios dos produtos de Acidentes Pessoais e Viagem cresceram (+132,1%), influenciado naturalmente pela evolução da pandemia e pela crescente procura de bens e serviços relacionados com o setor do turismo e das viagens. Todos os indicadores destes ramos foram reforçados em 2022, não só em número de pessoas seguras, como também em prémio médio, num total anual de 894 pessoas seguras (+14,3% que em 2021) e com um prémio médio por apólice de 46 euros, ou seja, mais 9,5% face a 2021.

### iii. Sinistralidade e Resseguro

A taxa de sinistralidade (seguro direto) foi em 2022 de 62,8%, ou seja, 4,8 p.p. abaixo da taxa de 2021, influenciada naturalmente pela diminuição da taxa de sinistralidade do ramo Automóvel, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

#### TAXA DE SINISTRALIDADE

Ramos	2022		2021	
	Valor	Var pp	Valor	Var pp
Acidentes Pessoais	7,1%	-1,4	8,5%	-23,6
Automóvel	62,2%	-5,2	67,4%	-4,4
Incêndio e Outros Danos	77,6%	3,8	73,8%	-1,3
Doença Individual	55,6%	8,0	47,6%	-9,4
<b>TOTAL</b>	<b>62,8%</b>	<b>-4,8</b>	<b>67,6%</b>	<b>-4,3</b>

Tal como já tinha acontecido em 2021, também em 2022 os custos do ramo Automóvel registaram um decréscimo, neste caso de 6,0%, que correspondeu a menos 2,3 milhões de euros. Embora em 2022 a frequência de sinistralidade automóvel tenha sido superior à de 2021 (8,7% vs 8,3%), a redução de custos foi consequência da prudência no momento da constituição das provisões nomeadamente em processos de anos anteriores, cujo encerramento ocorreu em 2022, dando origem a libertação de provisões e também da utilização de provisões genéricas constituídas em anos anteriores para fazer face a algum agravamento de sinistralidade. Apesar desta reversão a Companhia mantém níveis de provisionamento altos, garantindo assim as suas responsabilidades perante os seus clientes e sinistrados.

Tal como já foi referido a frequência de sinistralidade automóvel aumentou como um todo em 2022 e a observada nas principais coberturas do ramo também cresceram 0,6 p.p. em responsabilidade civil e 0,9 p.p. em choque colisão e capotamento. Os custos médios das referidas coberturas tiveram comportamentos distintos em 2022, tendo os custos médios dos danos corporais decrescido 22,0% e os danos materiais crescido 9,4%. Os movimentos de reversão de provisão acima referidos, que impactam essencialmente sinistros corporais, e a revisão de provisões iniciais que a Companhia implementou tiveram impacto no comportamento acima referido.

A gravidade da sinistralidade do ramo automóvel, acima referida, está patente nos dados publicados pela ANSR (Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária) que já a setembro de 2022 registava mais 17,6% de sinistros face a 2021, com crescimento de 18,2% em sinistros com feridos ligeiros e mais 17,6% em sinistros com feridos graves. Registava também, àquela data, um aumento do número de mortes em 23,4% face a 2021.

Os custos com sinistros dos restantes grupos de ramos registaram um agravamento em 2022 face a 2021. Os custos com sinistros do ramo Multiriscos Habitação (inserido no grupo de ramos Incêndio e Outros Danos) registaram um aumento de 16,4% face a 2021 devido sobretudo a fatores sociais e legais que estão estritamente relacionados com os períodos de teletrabalho muito superiores aos existentes nos períodos pré pandemia.

Em 2022 a frequência de sinistros do ramo Multirriscos Habitação diminuiu 0,2 p.p. relativamente a 2021, situando-se nos 6,7%, mas o custo médio de encerramento associado aos sinistros de Multirriscos habitação teve um crescimento de 9,7%, quando comparamos com o período homólogo, sendo em 2022 de 938 euros. O crescimento dos custos com sinistros deste ramo está diretamente ligado à subida dos preços das matérias-primas e do valor da mão de obra e também condicionado pela severidade dos sinistros com origem em danos da natureza.

Por fim, o crescimento dos custos com sinistros dos ramos Acidentes e Doença foi de mais 30,9% do que em 2021, com comportamentos distintos nos produtos de Acidentes Pessoais e Doença. Nos Acidentes Pessoais a frequência de sinistralidade baixou ligeiramente e foi em 2022 de 7,1%. Os custos com os sinistros destes produtos cresceram consideravelmente em 2022, face a 2021 e de certa forma também por 2022 ter sido um ano de maior mobilidade, onde de adquiriu este tipo de produtos e também de fez uso dos mesmos.

No ramo Doença os custos com sinistros aumentaram 29,9% face a 2021, salientando-se o crescimento que o produto Doença Grupo teve - 36,7% em 2022 em comparação com os 106,0% em 2021 - e também o Doença Individual, que cresceu 24,9%, ao invés dos 29,9% de 2021. De salientar que a Companhia gere o ramo Saúde, com um tratado de resseguro a 100%, com a passagem de prémios e sinistros naquela proporção, obtendo uma participação nos resultados, que este ano decresceu face a 2021. A participação nos resultados da componente Doença Individual e Doença Grupo tiveram comportamentos idênticos quando comparamos com 2021, isto é, -12,6% e -54,2% respetivamente.

O quadro abaixo é representativo dos custos com sinistros e sua evolução de 2021 para 2022:

#### CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

(milhares de euros)

Ramos	2022		2021	
	Valor	Var %	Valor	Var %
Acidentes e Doença	432	30,9%	330	4,9%
Automóvel	35.292	-6,0%	37.552	-4,5%
Incêndio e Outros Danos	1.678	16,4%	1.441	7,0%
Diversos	0	0,0%	0	0,0%
<b>Não Vida</b>	<b>37.403</b>	<b>-4,9%</b>	<b>39.324</b>	<b>-4,1%</b>
<b>Total</b>	<b>37.403</b>	<b>-4,9%</b>	<b>39.324</b>	<b>-4,1%</b>

O custo do resseguro cedido cresceu face ao ano anterior, passando a representar 11,2% dos prémios do seguro direto. Em 2022 a companhia pagou mais prémios de resseguro em todas as linhas de negócio.

O prémio do tratado de excesso de perdas do ramo Automóvel aumentou 15,0% face a 2021, devido ao agravamento da sinistralidade verificada nos últimos anos e o prémio associado ao tratado de fronting, para as coberturas de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica, também aumentou em 2022 em consequência do crescimento da carteira automóvel e do aumento da sinistralidade também nestas coberturas do lado do ressegurador. A participação dos resultados deste tratado também foi menor em 2022.

O ramo Multirrisco também contribuiu para o crescimento dos custos do resseguro, através do tratado de resseguro proporcional, que passa para os resseguradores prémios e sinistros proporcionalmente à evolução do seguro direto, quem em 2022 contou com o desequilíbrio técnico do ramo, como já foi referido.

O ramo Doença é gerido na Via Directa através de um tratado proporcional a 100%, que devolve uma participação nos resultados diretamente relacionada com a sinistralidade do ano. Em 2022 a sinistralidade do ramo Doença deteriorou-se dando origem a uma menor participação nos resultados, que no total ficou 16,1% abaixo da registada em 2021.

Em 2022, tal como já tinha ocorrido nos dois últimos anos, a Via Directa registou também nas contas de resseguro a comparticipação dos resseguradores na provisão de IBNR, conforme política no Grupo Fidelidade.

## RESULTADO DO RESSEGURO CEDIDO

(milhares de euros)

	2022	2021
Resultado RC	-6.862	-5.345
Resultado RC/Prémios SD	-11,2%	-9,2%

### iv. Comissões e Despesas de Aquisição de Seguro Direto

Em 2022 o rácio de comissões e custos de aquisição sobre prémios do seguro direto cresceu face ao período homólogo, sendo de 20,8% (16,5% em 2021).

O aumento dos custos de aquisição está diretamente relacionado com o crescimento dos custos de exploração afetos à função aquisição, como foram os custos suportados com o plano de transformação que são na sua maioria custos com soluções que nos vão permitir implementar soluções mais ágeis ao serviço do cliente.

Em 2022, a distribuição por ramos e reflete o peso de cada ramo no total da carteira, conforme se pode verificar no seguinte quadro:

### COMISSÕES E DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE SEGURO DIRECTO

(milhares de euros)

Ramos	2022		2021	
	Valor	% s/ PBE	Valor	% s/ PBE
Acidentes e Doença	147	23,0%	77	14,7%
Incêndio e Outros Danos	472	20,5%	282	14,0%
Automóvel	10.511	20,9%	8.050	16,7%
Diversos	1.585	20,5%	1.196	16,0%
<b>Não Vida</b>	<b>12.715</b>	<b>20,8%</b>	<b>9.605</b>	<b>16,5%</b>
<b>Total</b>	<b>12.715</b>	<b>20,8%</b>	<b>9.605</b>	<b>16,5%</b>

### v. Custos por Natureza a Imputar

O total de custos por natureza imputados atingiu, em 2022, o montante de 13,3 milhões de euros, tendo registado um aumento de 35,7% quando comparado com o período homólogo.

O reforço do número de colaboradores justifica o crescimento dos custos com pessoal em 12,2% face a 2021.

Os custos com fornecimentos e serviços externos (FSE) registaram um acréscimo de 50,1% em 2022 face a 2021, essencialmente devido aos custos com o plano de transformação.

A rubrica de impostos e taxas cresceu 1,0% relativamente a 2021, justificado pelo crescimento dos prémios brutos emitidos e consequentemente do valor da taxa para a ASF; ao mesmo tempo e contrariamente ao que havia acontecido em 2021, houve em 2022 uma diminuição dos custos com certificados de civil automóvel, pois a Via Directa fez um esforço de diminuição dos contratos fracionados no ramo Automóvel que justifica a emissão de menos "Cartas Verdes".

A rubrica das amortizações teve um aumento de 8,8% face a 2021, justificada pela aquisição de novos equipamentos.

O resumo dos valores acima referidos pode ver observado no quadro abaixo:

### CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

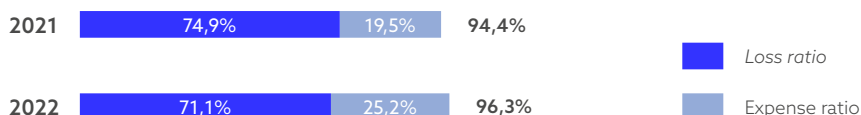
(milhares de euros)

Ramos	2022		2021	
	Valor	Var %	Valor	Var %
Custos c/ Pessoal	3.068	12,2%	2.733	7,0%
Forn. Serv. Externos	9.274	50,1%	6.180	7,8%
Impostos e Taxas	520	1,0%	515	1,4%
Amortizações	378	8,8%	348	-21,4%
Juros Suportados	47	2050,3%	2	-54,5%
Comissões Serv. Fin.	34	37,1%	25	10,3%
<b>Total s/ Outras Provisões</b>	<b>13.321</b>	<b>35,9%</b>	<b>9.803</b>	<b>5,8%</b>
Outras Provisões	-27	755,7%	-3	-36,6%
<b>Total</b>	<b>13.294</b>	<b>35,7%</b>	<b>9.800</b>	<b>5,9%</b>

### vi. Rácio Combinado Não Vida

O rácio combinado Não Vida registou em 2022 um aumento de 1,8 p.p., tendo-se situado nos 96,3%.

O decréscimo deste indicador deveu-se sobretudo ao comportamento do loss ratio que diminuiu 3,8 p.p.; o expense ratio teve um comportamento contrário e aumentou 5,7 p.p.



O rácio combinado é um indicador do equilíbrio técnico da Companhia. No entanto, a ASF estabelece ainda, por via normativa e para todas as linhas de negócio exploradas, que as companhias calculem a provisão para riscos em curso, que tem por objetivo fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos a contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para suportar os custos desses mesmos ramos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos do ano em curso e é demonstrativa também do equilíbrio técnico de cada ramo, que num contexto de solvência II é muito importante para todos os stakeholders.

O comportamento da provisão para riscos em curso é um exemplo da consequência de todas as medidas postas em prática pela Via Directa, principalmente no ramo Automóvel, que juntamente com as coberturas de Assistência em Viagem e Protecção Jurídica representa 95,1% da produção total da Companhia e que não regista provisão para riscos em curso desde janeiro de 2020. Em 2022 a Via Directa registou provisão para riscos em curso no ramo Multiriscos Habitação e também no ramo Doença pelas razões já mencionadas.

## vii. Atividade Financeira

### a) Cobranças

Em 2022, o rácio de prémios por cobrar sobre prémios brutos emitidos aumentou 0,1 p.p. face a 2021, passando de 0,7% para 0,8%.

#### INDICADOR DE COBRANÇAS (% SOBRE PBE)

Rácio	2022	2021
Recibos por Cobrar		
Prémios Seguro Direto	0,8%	0,7%

Embora em 2022 os prémios brutos emitidos tenham crescido, o ligeiro crescimento deste indicador deve-se por um lado ao esforço de cobrança que a Via Directa encetou ainda com mais veemência neste ano e também ao esforço de vender contratos de seguro com menor fracionamento.

No quadro abaixo, está espelhada a antiguidade dos recibos por cobrar em 2022 e 2021 bem como o valor dos recibos, podendo concluir-se que a maioria dos recibos por cobrar se encontra abaixo dos 30 dias, ou seja, dentro do grace period em vigor na Via Directa, que é de 25 dias. Os recibos que estão entre os 31 e os 90 dias de antiguidade diminuíram bastante em 2022. De referir que a quase totalidade dos recibos por cobrar acima dos 31 dias diz respeito a recibos de apólices já anuladas, mas ainda com valores em dívida.

#### ANTIGUIDADE DOS RECIBOS DE PRÉMIO EM DÍVIDA

(milhares de euros)

	2022		2021	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
< 30 dias	460.254	14.918	366.896	13.936
31 a 60 dias	12.739	65	12.330	135
91 a 180 dias	3.188	172	3.034	94
181 a 360 dias	11.238	295	13.671	207
1 a 2 anos	21.086	474	181	217
2 a 3 anos	1.763	199	0	0
> 3 anos	181	43	0	0
Futuro	633	6	632	7
<b>Total</b>	<b>511.082</b>	<b>16.123</b>	<b>396.746</b>	<b>14.589</b>

Para mitigar a falta de pagamento destes recibos a Via Directa constituiu uma provisão para recibos por cobrar em 2022 que foi de aproximadamente 62 mil euros, 19,5% abaixo da constituída em 2021.

## b) Resultado da Atividade Financeira

A gestão das carteiras de investimento e o desempenho financeiro, assim como a manutenção das condições de rentabilidade e a solvência das empresas de seguros, são componentes essenciais na exploração técnica e económica das seguradoras, estando sujeita a enquadramento legal e supervisão do regulador (ASF).

Tal como em anos anteriores, também em 2022 foi privilegiada a prudência, a segurança e a liquidez na gestão de ativos, garantindo sempre que possível a otimização do retorno e do risco, ainda que com menor rentabilidade.

De acordo com o atrás mencionado, a carteira média de investimentos da Via Directa cresceu 4,4% em 2022 face a 2021, com um contributo para o resultado de 1,2 milhões de euros, que representou um crescimento de 5,1% face ao período homólogo. A rentabilidade média da carteira manteve-se nos 1,4%, conforme quadro abaixo.

### RESULTADO ATIVIDADE FINANCEIRA

(milhares de euros)

	2022	2021
Carteira Média de Investimentos	85.106	81.484
Var. %	4,4%	11,4%
<b>Resultado dos Investimentos</b>	<b>1.175</b>	<b>1.118</b>
Var. %	5,1%	366,9%
<b>Rentabilidade da Carteira</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,4%</b>

### **viii. Resultado Líquido e Capital Próprio**

O resultado líquido da Via Directa foi 2,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 30,1% face a 2021.

O resultado foi afetado maioritariamente pelos custos de exploração inerentes ao plano de transformação.

O capital próprio da Via Directa atingiu os 30,2 milhões de euros o que significou um decréscimo de 6,8% relativamente ao ano anterior, muito influenciado pela rubrica das reservas de reavaliação que decresceram 6,2 milhões de euros, devido à conjuntura económica e financeira que teve bastante impacto na valorização da carteira de investimentos.



**4.**

# **GESTÃO DE RISCOS**

## A. SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

---

O sistema global de gestão de risco do Grupo Fidelidade é parte integrante das atividades diárias, contribuindo para a manutenção da solidez financeira e estabilidade do grupo.

O modelo de gestão de riscos está alinhado com requisitos previstos no regime de Solvência II, que entrou em vigor em janeiro de 2016.

O exercício de autoavaliação do risco e da solvência ("ORSA"), que permite relacionar numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco da Companhia, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação, a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, a Companhia estabeleceu um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos:

**Direção de Gestão de Riscos**

- Função de Gestão de Risco
- Função Atuarial

**Direção de Auditoria**

- Função de Auditoria

**Direção de Compliance**

- Função de Compliance

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes comités:

- **Comité de Risco**
- **Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição**
- **Comité de Produtos Vida e Não-Vida**
- **Comité de Gestão de Ativos e Passivos**

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Companhia preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o "Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira", com referência a 31 de dezembro de 2021, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades, desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação das demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no "Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira" relativo ao exercício de 2022, importa referir que a Companhia, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma adequada.

## B. GESTÃO DE CAPITAL

---

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares:

### • Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

### • Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

### • Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Via Directa obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Via Directa está obrigada;

- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Via Directa está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Via Directa definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão do Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do "Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira", que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia, relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira", importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, diversos órgãos da Fidelidade que desempenham funções chave transversais ao Grupo em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Gabinete de Capital Planning and Financial Optimization, Comité de Risco, Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos.

**5.**

# **PERSPECTIVAS DE FUTURO**

Em 2022, a Via Directa demonstrou uma notável flexibilidade e resiliência na superação de vários obstáculos, especialmente o impacto da pandemia e as consequências económicas do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia. Os sistemas, os processos e os recursos foram aprimorados e foram colocadas ao serviço do cliente com o objetivo de acrescentar valor.

Em 2023 a Via Directa continuará a colocar o cliente no centro da sua atuação, garantindo a sua proteção com produtos adequados às suas reais necessidades, oferecendo soluções simplificadas, assentes na agilidade e proximidade do serviço, e também em ferramentas digitais que permitam aumentar a comodidade, a autonomia e a experiência de cliente.

As linhas orientadoras para 2023 continuam a seguir os principais desígnios do processo transformacional, e são em resumo as seguintes:

- Crescer em dimensão e em rentabilidade, desenvolvendo tanto o canal direto como o canal Affinities.
- Testar e dinamizar produtos e serviços estratégicos.
- Melhorar as plataformas digitais tornando-as "best in class" no mercado onde atua, proporcionando a melhor experiência de utilização aos clientes.
- Aumentar a eficiência e automação dos seus processos.
- Aumentar a fidelização dos clientes, reduzindo a taxa de anulação.
- Tornar a marca ainda mais digital e mais reconhecida.
- Desenvolver e reconhecer os colaboradores.
- Criar valor sustentável para todos os stakeholders.

Vamos continuar a utilizar modelos inovadores que nos permitam aumentar a rentabilidade, diminuir a frequência de sinistros e a fraude, fomentando o uso de ferramentas, por parte dos nossos clientes, parceiros e sinistrados, que simplifiquem e agilizem a sua forma de interagirem com a Companhia.

Continuaremos empenhados na gestão do talento dos nossos colaboradores, criando uma cultura de mérito, onde os bons desempenhos são premiados, de forma transparente e em alinhamento constante com os objetivos estratégicos.

A transformação da Companhia terá impacto em todo o mercado logo a partir de janeiro de 2023 com o rebranding da marca, que passará a chamar-se **ok! seguros**. O renaming assenta no aproveitamento do potencial da palavra "ok!" como uma das expressões mais utilizadas e positivas do mundo. Com uma campanha de lançamento sob o conceito criativo: "**O mundo está a mudar e a ok! seguros também**", queremos anunciar ao mercado que continuamos ok! nos momentos bons e também na adversidade, de uma forma empática, direta, mais personalizada e focados na conveniência do melhor serviço self-service, menos tele e mais digitais, mas sempre ao lado de quem se quer sentir seguro.

**6.**

**PROPOSTA DE  
APLICAÇÃO DE  
RESULTADOS**

O resultado líquido da Via Directa do exercício de 2022 ascendeu a € 2.580.602,94.

Nos termos do disposto na alínea b), do número 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

---

Reserva Legal	€ 258.060,29
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 2.322.542,65

---



**7.**

**CONSIDERAÇÕES**

**FINAIS**

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da Companhia, salientando particularmente:

- Clientes, que nos distinguem com a sua preferência e confiança.
- Parceiros, que nos distinguem com a sua preferência e a excelência na relação comercial.
- Autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna.
- Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum.
- Acionista, por todo o apoio recebido.
- Elementos da Mesa da Assembleia-Geral e Conselho Fiscal, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia.
- Colaboradores que, com motivação, profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a contínua valorização da Companhia.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2023

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Presidente**

António Manuel Marques de Sousa Noronha

### **Vogal**

Gonçalo José Graça Santos

### **Vogal**

Paulo Francisco Baião Figueiredo

### **Vogal**

Rui Alexandre Silva Esteves

### **Vogal**

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

### **Vogal**

Miguel Barroso Abecasis

# **ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

## INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º, Nº 4, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

---

À data do encerramento do exercício de 2022, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais a seguinte entidade:

- Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., titular de 4.600.000 ações representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente**

António Manuel Marques de Sousa Noronha

**Vogal**

Gonçalo José Graça Santos

**Vogal**

Paulo Francisco Baião Figueiredo

**Vogal**

Rui Alexandre Silva Esteves

**Vogal**

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

**Vogal**

Miguel Barroso Abecasis

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2022			2021
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 10	6.322.612	-	6.322.612	8.678.759
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 e 10	2.245	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 e 10	4.897.254	-	4.897.254	5.811.816
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7 e 10	73.826.605	-	73.826.605	72.657.176
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8 e 10	2.116.789	-	2.116.789	2.136.759
Terrenos e edifícios		1.766.737	(1.126.920)	639.817	94.746
Terrenos e edifícios de uso próprio	9 e 10	1.766.737	(1.126.920)	639.817	94.746
Outros ativos tangíveis	10 e 11	2.790.165	(2.705.188)	84.977	53.526
Outros ativos intangíveis	12	2.708.017	(2.569.376)	138.641	187.275
Provisões técnicas de resseguro cedido		5.860.583	-	5.860.583	5.755.990
Provisão para prémios não adquiridos	13	39.762	-	39.762	36.528
Provisão para sinistros	13	5.820.821	-	5.820.821	5.719.462
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		3.804.683	(75.628)	3.729.056	2.709.758
Contas a receber por operações de seguro direto	14	2.628.669	(75.628)	2.553.041	1.982.357
Contas a receber por outras operações de resseguro	14	64.925	-	64.925	362.626
Contas a receber por outras operações	14	1.111.090	-	1.111.090	364.775
Ativos por impostos		1.038.735	-	1.038.735	230.978
Ativos por impostos correntes	15	-	-	-	64.594
Ativos por impostos diferidos	15	1.038.735	-	1.038.735	166.384
Acréscimos e diferimentos	16	32.401	-	32.401	32.660
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>105.166.828</b>	<b>(6.477.112)</b>	<b>98.689.716</b>	<b>98.351.686</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas		61.109.158	60.685.460
Provisão para prémios não adquiridos	17	17.161.607	16.788.515
Provisão para sinistros	17	43.610.714	43.684.459
De outros ramos	17	43.610.714	43.684.459
Provisão para desvios de sinistralidade	17	151.956	131.098
Provisão para riscos em curso	17	184.882	81.388
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 18	-	10.904
Outros passivos financeiros		1.055.642	412.238
Depósitos recebidos de resseguradores	18	345.464	287.433
Outros	18	710.178	124.805
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	28	1.947	1.930
Outros credores por operações de seguros e outras operações		3.350.708	1.994.759
Contas a pagar por operações de seguro direto	19	1.284.363	1.412.747
Contas a pagar por outras operações de resseguro	19	346.175	125.402
Contas a pagar por outras operações	19	1.720.170	456.610
Passivos por impostos		864.553	1.455.568
Passivos por impostos correntes	15	748.806	833.805
Passivos por impostos diferidos	15	115.747	621.763
Acréscimos e diferimentos	20	2.042.662	1.297.261
Outras provisões	21	99.869	119.493
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>68.524.538</b>	<b>65.977.613</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	22	23.000.000	23.000.000
Reservas de reavaliação		( 3.668.523 )	2.556.272
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	23	( 3.755.186 )	2.313.846
Provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	23	86.664	242.426
Reserva por impostos diferidos	23	743.073	( 658.836 )
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	23	362.554	329.167
Outras reservas	23	3.821.721	3.452.313
Resultados transitados	23	3.325.750	1.081
Resultado do exercício	23	2.580.603	3.694.077
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>30.165.178</b>	<b>32.374.073</b>
<b>TOTAL PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>98.689.716</b>	<b>98.351.686</b>

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira  
Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado  
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

António Manuel Marques de Sousa Noronha  
Presidente

Gonçalo José Graça Santos  
Vogal

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2022			2021
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		51.287.063	-	51.287.063	50.308.269
Prémios brutos emitidos	24	61.067.452	-	61.067.452	58.330.465
Prémios de resseguro cedido	24	(8.311.183)	-	(8.311.183)	(7.853.556)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	17 e 24	(1.472.440)	-	(1.472.440)	(164.640)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	13 e 24	3.234	-	3.234	(4.001)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(36.472.514)	-	(36.472.514)	(37.679.814)
Montantes pagos		(37.089.970)	-	(37.089.970)	(31.705.947)
Montantes brutos	25 e 26	(38.098.305)	-	(38.098.305)	(33.336.649)
Parte dos resseguradores	25	1.008.335	-	1.008.335	1.630.702
Provisão para sinistros (variação)		617.456	-	617.456	(5.973.868)
Montante bruto	25	516.535	-	516.535	(6.174.268)
Parte dos resseguradores	25	100.921	-	100.921	200.400
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	25	(124.352)	-	(124.352)	(92.736)
Custos e gastos de exploração líquidos		(12.900.739)	-	(12.900.739)	(9.833.984)
Custos de aquisição	26	(12.715.016)	-	(12.715.016)	(9.605.162)
Custos de aquisição diferidos (variação)	17	1.099.349	-	1.099.349	138.256
Gastos administrativos	26	(1.622.204)	-	(1.622.204)	(1.048.952)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	26	337.131	-	337.131	681.874
Rendimentos		1.399.103	7.920	1.407.023	1.125.513
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	29	1.287.897	-	1.287.897	1.056.380
De outros	29	111.206	7.920	119.126	69.133
Gastos financeiros		(100.548)	(21)	(100.569)	(65.378)
De outros	26 e 30	(100.548)	(21)	(100.569)	(65.378)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(56.706)	-	(56.706)	6.664
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	31	(56.706)	-	(56.706)	6.664
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(322.054)	(98.661)	(420.715)	317.222
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	32	(322.054)	(98.661)	(420.715)	317.222
Diferenças de câmbio	33	131.414	4	131.418	51.394
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	172.611	(672)	171.939	(33.682)	
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	34	155.762	-	155.762	(31.001)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	34	1.848	-	1.848	971
De outros	34	15.001	(672)	14.329	(3.652)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	32	(131.067)	97.680	(33.387)	(338.981)
Outros rendimentos/gastos	35	-	84.335	84.335	(35.983)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS</b>		<b>2.882.212</b>	<b>90.584</b>	<b>2.972.796</b>	<b>3.728.503</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	36	-	(368.651)	(368.651)	(48.616)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	36	-	(23.542)	(23.542)	14.190
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.882.212</b>	<b>(301.609)</b>	<b>2.580.603</b>	<b>3.694.077</b>

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira  
Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado  
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

António Manuel Marques de Sousa Noronha  
Presidente

Gonçalo José Graça Santos  
Vogal



## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros Instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	Reserva legal
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>23.000.000</b>	<b>3.451.481</b>	<b>( 788.391 )</b>	<b>( 9.814 )</b>	<b>1.227.442</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	-	214.473
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	( 926.210 )	208.397	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	31.001	( 6.975 )	-	-
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	( 71.867 )	338.981	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>23.000.000</b>	<b>2.556.272</b>	<b>( 658.836 )</b>	<b>329.167</b>	<b>1.441.915</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	-	369.408
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	( 6.069.033 )	1.365.532	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	( 155.762 )	35.047	-	-
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	1.330	33.387	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>23.000.000</b>	<b>( 3.668.523 )</b>	<b>743.073</b>	<b>362.554</b>	<b>1.811.323</b>

(continuação)

(valores em euros)

	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.479.330</b>	<b>( 1.398.108 )</b>	<b>2.144.729</b>	<b>29.106.669</b>
Aplicação do resultado	531.067	1.399.189	( 2.144.729 )	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	( 717.813 )
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	24.026
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	-	267.113
Resultado líquido do exercício	-	-	3.694.077	3.694.077
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.010.398</b>	<b>1.081</b>	<b>3.694.077</b>	<b>32.374.073</b>
Aplicação do resultado	-	3.324.669	( 3.694.077 )	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	( 4.703.500 )
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	( 120.716 )
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	-	34.718
Resultado líquido do exercício	-	-	2.580.603	2.580.603
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.010.398</b>	<b>3.325.750</b>	<b>2.580.603</b>	<b>30.165.178</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(valores em euros)

	2022	2021
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.580.603</b>	<b>3.694.077</b>
<b>Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas</b>		
Varição no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto		
Valorização	( 6.012.327 )	( 932.875 )
Alienação	( 56.706 )	6.664
Imposto diferido	1.365.532	208.397
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	( 155.762 )	31.001
Imposto diferido	35.047	( 6.975 )
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		
Valor bruto	33.387	338.981
Imposto diferido	1.330	( 71.867 )
<b>RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>( 4.789.498 )</b>	<b>( 426.674 )</b>
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO</b>	<b>( 2.208.895 )</b>	<b>3.267.403</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 504 011 944

(valores em euros)

	2022	2021
<b>1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	2.580.603	3.694.077
Ajustamentos por:		
Amortização de ativos tangíveis	40.329	20.844
Depreciação de ativos de direitos de uso	292.246	302.126
Amortização de ativos intangíveis	45.781	24.908
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(171.939)	33.682
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.469.206	168.640
Custos de aquisição diferidos (variação)	(1.099.349)	(138.256)
Provisões técnicas (variação)	(624.983)	5.959.950
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	124.352	92.736
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	23.542	(14.190)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos corrente	368.651	48.616
Juros suportados	163	153
Juros obtidos	(209)	-
Rendimentos e ganhos líquidos provenientes de ativos financeiros	(1.345.377)	(1.126.546)
Variações:		
Variação de outros devedores por operações de seguros e outras operações	(208.910)	275.900
Variação de outros credores por operações de seguros e outras operações	1.303.130	423.221
Variação de acréscimos e diferimentos ativos/passivos	745.660	(343.375)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos</b>	<b>3.542.894</b>	<b>9.422.485</b>
Pagamento/Recebimento de impostos sobre o rendimento	(389.056)	102.667
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>	<b>3.153.838</b>	<b>9.525.151</b>
<b>2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento</b>		
Rendimentos e ganhos líquidos provenientes de ativos financeiros	1.231.192	1.063.044
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	947.949	(533.403)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, líquidas de reservas de reavaliação	(7.394.225)	(6.839.952)
Variação de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	19.969	20.816
Aquisição de outros ativos tangíveis	(89.818)	(30.759)
Aquisição de outros ativos intangíveis	-	(172.432)
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de Ativos tangíveis e intangíveis	-	887
Recebimento de dividendos	114.185	63.502
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>	<b>(5.170.748)</b>	<b>(6.428.296)</b>
<b>3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento relativo às locações	(292.246)	(302.126)
Pagamento de juros relativos às locações	(47.037)	(2.032)
Juros suportados	(163)	(153)
Juros obtidos	209	-
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>	<b>(339.236)</b>	<b>(304.311)</b>
<b>4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(2.356.146)</b>	<b>2.792.544</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	8.678.759	5.886.215
<b>5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>6.322.612</b>	<b>8.678.759</b>

# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

---

A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (doravante "Via Directa" ou "Companhia") foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem como objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todas as operações e ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A Companhia poderá também participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico, e adquirir originária ou derivadamente ações ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada, qualquer que seja o objeto destas e embora sujeitas a leis especiais.

A atividade comercial da Companhia teve início em 5 de janeiro de 1998 especialmente vocacionada para o ramo automóvel, comercializando atualmente produtos de multi-riscos e acidentes e doença.

A Companhia, pessoa coletiva nº 504.011.944, tem sede em Lisboa, Portugal, na Avenida José Malhoa nº 13, 4º andar, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número.

Conforme indicado na Nota 22, a Companhia é integralmente detida pela Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. ("Fidelidade") e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

No exercício de 2014, o processo de privatização das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade, CARES - Companhia de Seguros, S.A. e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foi finalizado após a obtenção das decisões de não oposição pelas autoridades competentes. Nesse contexto, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. alienou uma participação de 80% a favor da Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun") que se tornou a acionista maioritária.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

---

### 2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2022, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.16. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e instrumentos financeiros derivados. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 2.14..

## 2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Via Directa exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que a Companhia pode exercer, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 - "Acordos Conjuntos", um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma filial, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

## 2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

## 2.4. Instrumentos financeiros

### a) Adoção da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9 substituiu a IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" para os períodos anuais após 1 de janeiro de 2018. No sentido de garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 e da IFRS 17 - "Contratos de seguros", o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2023, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Adicionalmente é também permitido que as seguradoras que adotem a IFRS 9 apliquem a abordagem de sobreposição a ativos financeiros designados. Em 1 de janeiro de 2020, a Companhia aplicou retrospectivamente a IFRS 9 com a opção da abordagem de sobreposição.

### b) Ativos financeiros

#### Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
- iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de ganhos e perdas:

- O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

#### Avaliação do modelo de negócio

A Companhia procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do portfolio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

#### Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.



Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Companhia considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, a Companhia tem em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de caixa contratuais	Modelo de negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de Caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas
	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
Outros (não-SPPI)	Adquiridos para venda a curto prazo	
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Outros	

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

## **i. Ativos financeiros ao custo amortizado**

### **Classificação**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado".

## **ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas**

### **Classificação**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas" (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas".

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

### iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

#### Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Companhia para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de ganhos e perdas, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

A Companhia classificou como "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);
- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);
- Os ativos financeiros que a Companhia optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch;
- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pela Companhia no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Rendimentos de outros" com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

### iv. Abordagem de sobreposição

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

De acordo com esta abordagem, a Companhia deve reclassificar entre os ganhos e perdas e reservas uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se a Companhia tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Consequentemente, a quantia reclassificada é igual à diferença entre:

- i) A quantia inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados aplicando a IFRS 9;
- ii) A quantia que teria sido inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados se a seguradora tivesse aplicado a IAS 39.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através de ganhos e perdas por aplicação da IFRS 9, mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39;
- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

A Companhia cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que, pelos critérios de classificação da IAS 39, eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em conta são instrumentos de capital e instrumentos de dívida que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (solely payments of principal and interest).

A Companhia aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido, ou deixe de ser detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

### v. Justo valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo time stamp dos respetivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o price to book value e modelos internos de desconto de fluxos de caixa futuros.

#### **vi. Desreconhecimento de ativos financeiros**

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia de receber os seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Companhia considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

#### **vii. Transferências entre categorias de ativos financeiros**

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas.

#### **c) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

### **Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

### **Outros passivos financeiros**

Esta categoria inclui depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

### **d) Derivados**

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

### **Derivados embutidos**

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e
- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em ganhos e perdas.

### **Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas**

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de ganhos e perdas, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;
- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos de outros". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

### **e) Perdas por imparidade**

#### **Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade**

A Companhia reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado".
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

#### **Abordagem Geral**

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de default (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de rating são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de rating são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de default.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de rating a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos 2 notações de rating a partir do momento em que o rating inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do rating.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (12 month expected credit losses).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito lifetime (lifetime expected credit losses).

À data de cada reporte, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Companhia compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

A Companhia utiliza para a avaliação creditícia os ratings de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor rating, limitado, em termos gerais, ao rating da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao rating do emitente ou alternativamente ao rating do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, a Companhia procura aferir, através de uma metodologia de scoring, um rating interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que a Companhia receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o recovery value não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

### Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

	Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Default

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;
- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito lifetime;
- **Estágio 3:** Ativos financeiros com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em default).



### Abordagem Simplificada

A Companhia avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de "Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações", tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

### Imparidade em IAS 39

Para os ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição, a Companhia tem ainda de proceder ao apuramento da imparidade de acordo com a IAS 39. Estes ativos correspondem aos ativos disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39, que em IFRS9 correspondem a ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

De acordo com a IAS 39, os ativos disponíveis para venda são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são refletidas em reservas.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade nestes ativos, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como indicador de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é julgamental com base numa análise casuística.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente existam menos valias adicionais, estas são refletidas em resultados do exercício na rubrica de "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros".

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

## 2.5. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 - 8
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	20
Outro equipamento	8

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

## 2.6. Locações

### Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

- i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
- ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
- iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento menor ou igual a 12 meses.

A Companhia optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como despesas.

### **Locador**

As locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como "Contas a receber por outras operações", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Outros rendimentos/gastos".

## **2.7. Ativos intangíveis**

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até a um período de 10 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

## **2.8. Impostos sobre lucros**

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2022 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na Demonstração de Resultados e/ou em Capital Próprio.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem à valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

## 2.9. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

## 2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 - "Benefícios dos Trabalhadores". Os principais benefícios concedidos pela Companhia correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e a benefícios de saúde.

### Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT"), têm direito a um plano de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Estes planos, para além de assegurarem garantia de capital, perfazem os requisitos de classificação de planos de contribuição definida, uma vez que a quantia dos benefícios pós-emprego recebida pelo empregado é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições.

As contribuições da Companhia, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto no novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 ("ACT 2019"), sendo registadas como um gasto do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

### **Outros benefícios de longo prazo**

No âmbito do ACT 2019, e conforme previsto nas suas cláusulas 32<sup>a</sup> a 34<sup>a</sup> e 65<sup>a</sup> a 68<sup>a</sup>, são estabelecidos novos benefícios de longo prazo, designados por Benefícios de Carreira.

### **Benefícios de curto prazo**

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de desempenho pagos aos colaboradores pelo desempenho das diferentes unidades de negócio e o seu contributo para os resultados da empresa, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## **2.11. Contratos de seguro**

### **a) Classificação de contratos**

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

### **b) Reconhecimento de proveitos e custos**

Os prémios de contratos de seguro e resseguro não vida são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da Demonstração de Resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

### **c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pró-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

#### **d) Provisão para sinistros**

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

##### **Provisão para sinistros de automóvel**

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

##### **Provisão para sinistros de Multiriscos Habitação**

No caso de sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio é gerada uma provisão inicial no momento da abertura do sinistro, em função das coberturas e dos tipos de bens afetados. O valor destas provisões é ajustado quando o gestor de sinistro recebe informação mais detalhada sobre os danos indemnizáveis, nomeadamente através de relatórios de peritagem.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

##### **Provisão para sinistros dos restantes ramos**

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

#### **Análise de suficiência da provisão para sinistros**

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com de sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

#### **e) Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o risco de fenómenos sísmicos de seguro direto, do grupo de ramos incêndio e outros danos em coisas, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

#### **f) Provisão para riscos em curso**

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

#### **g) Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

#### **h) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro**

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da Demonstração de Resultados, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

## **2.12. Comissões**

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração de Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

## **2.13. Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

## **2.14. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

### **Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros**

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. e). No que respeita à definição do rating interno é utilizada uma metodologia de scoring baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do rating interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- Vantagem competitiva. A Companhia considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada.
- Escala, alcance e diversificação. É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas.
- Eficiência operacional. A Companhia avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho.
- Rentabilidade. São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um rating interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

Em emissões que são repack, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, usamos o rating médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Na Nota 34 é apresentada uma análise de sensibilidade ao cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com o respetivo impacto caso não se considerasse o rating interno, ou seja, caso se considerasse estas obrigações como "sem rating".

### **Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros**

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.11. O cálculo da provisão para sinistros reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na Nota 39 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.



### **Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na Nota 15 é divulgado detalhe adicional sobre ativos e passivos por impostos.

### **Provisões e passivos contingentes**

Conforme referido na Nota 2.9, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela Companhia quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

### **Benefícios dos empregados**

Conforme referido na Nota 2.10, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros, detalhados na Nota 28. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

## **2.15. Eventos subsequentes**

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre as condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições existentes após a data do balanço, são divulgados nas notas às contas, se forem considerados materiais.

## 2.16. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

### 2.16.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2022 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais: Referências à Estrutura Conceptual (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Melhorias anuais das normas IFRS ciclo 2018-2020)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis: Valores recebidos antes do uso pretendido (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022

### 2.16.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	2021/2036	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros (Emenda)	25-06-2020	2021/2036	01-01-2023
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de estimativas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos relacionados com os Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação (Emenda)	07-05-2021	2022/1392	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros: Apresentação Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (Emenda)	09-12-2021	2022/1491	01-01-2023

## Norma Internacional de Relato Financeiro 17

A Companhia apresenta as principais políticas contabilísticas a aplicar nas demonstrações financeiras da mesma a partir da entrada em vigor da IFRS 17. Esta norma trata da classificação, do reconhecimento, da mensuração, da apresentação e da divulgação das responsabilidades com contratos de seguro e resseguro, vindo substituir a IFRS 4. A IFRS 17 resulta em alterações significativas ao nível da apresentação das demonstrações financeiras das empresas de seguros, com impactos relevantes nos dados, nos sistemas e nos processos utilizados para a preparação do reporte financeiro. Entra em vigor a 1 de janeiro de 2023, com data de transição a 1 de janeiro de 2022.

À presente data, não é possível determinar com razoabilidade o impacto esperado da aplicação da IFRS 17 nas demonstrações financeiras da Companhia.

### a) Modelos de mensuração

A norma permite a utilização de três métodos de mensuração diferentes (GMM – Modelo geral de mensuração; PAA – Abordagem de imputação dos prémios e VFA – Abordagem da comissão variável), dependendo das características do contrato de seguro. A análise da elegibilidade dos contratos de seguro para cada modelo de mensuração foi realizada à data de transição.

Por tipologia de produtos, o modelo adotado para a mensuração de contratos de seguro e resseguro da Companhia são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo Não-Vida	Resseguro Seguro Direto	PAA

### b) Taxa de desconto

De forma a ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros associados, a Companhia optou por aplicar uma metodologia com base nas características dos fluxos de caixa de acordo com as orientações previstas na Norma.

Dado que a IFRS 17 não é prescritiva em relação ao método de determinação das taxas de desconto, estabelecendo no entanto, um conjunto de princípios gerais a considerar, a Companhia adotou a seguinte abordagem: (i) bottom-up approach (abordagem ascendente) para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa não variam com base nos instrumentos financeiros subjacentes.

Por tipologia de produtos, a abordagem para determinação das taxas de desconto aplicada é:

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo Não-Vida	Resseguro Seguro Direto	Bottom-up

A curva de desconto através da abordagem bottom-up na Companhia obtém-se da soma entre uma curva de desconto sem risco e uma curva que quantifique o prémio de iliquidez. A IFRS 17 não indica quaisquer restrições acerca da curva sem risco a utilizar, tendo a Companhia optado por utilizar as metodologias de apuramento da curva de desconto sem risco da EIOPA, assegurando deste modo uma convergência com os critérios de Solvência. Relativamente ao cálculo do prémio de iliquidez, este é obtido sempre que exista informação de mercado com base em obrigações hipotecárias, e aplicando um ajuste de iliquidez com base no nível de iliquidez expectável dos contratos de seguro, que se considera atualmente de 50%.

### c) Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro deve refletir o risco não financeiro resultante dos contratos de seguro, nomeadamente a incerteza acerca da quantia e da tempestividade dos fluxos de caixa.

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro dos ramos Não-Vida consiste na aplicação do value at risk (VaR).

As alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro são apresentadas, na sua totalidade, nos resultados dos serviços de seguro.

#### d) Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais (Contract Service Margin (CSM)) representa o lucro futuro esperado dos grupos de contratos de seguro, que será reconhecido como rendimento durante o período de cobertura dos contratos, de acordo com um padrão de transferência consistente com o nível de serviço prestado em cada período de reporte.

No caso dos grupos de contratos de seguro mensurados pelo PAA, o rendimento do período corresponde ao montante das receitas de prémios esperados imputadas ao período, com base na passagem do tempo.

#### e) Abordagens de transição

A IFRS 17 permite a utilização de três abordagens de transição diferentes – método retrospectivo total (FRA – Full Retrospective Approach), método retrospectivo modificado (MRA – Modified Retrospective Approach) e método do justo valor (FVA – Fair Value Approach), dependendo da disponibilidade e recuperação de informação histórica.

A Companhia optou por aplicar o método retrospectivo nas situações em que é possível recuperar toda a informação histórica, nomeadamente os produtos mensurados por PAA. A transição foi calculada com referência a 31 de dezembro de 2021.

#### f) Seleção da política contabilística para rendimentos e gastos financeiros de seguros

A Companhia optou por desagregar os rendimentos e gastos financeiros de seguro do período entre a Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral, incluindo em Outro Rendimento Integral as diferenças dos fluxos de caixa atualizados com as curvas de desconto correntes à data de referência e as curvas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial de cada grupo de contratos.

### 2.16.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes - Diferimento da data de efetivação (Emenda)	15-07-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos Não-correntes com Covenants (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024
IFRS 16 - Locações: Passivo de Locação numa operação de venda com acordo de recompra (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sendo possível a esta data apurar o impacto da sua adoção nas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Caixa</b>		
Sede	932	957
	<b>932</b>	<b>957</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
Em moeda nacional	6.213.373	8.667.929
Em moeda estrangeira	108.307	9.873
	<b>6.321.680</b>	<b>8.677.802</b>
	<b>6.322.612</b>	<b>8.678.759</b>

## 4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Sector de atividade/Entidade	País	2022		2021	
		% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
<b>Associadas</b>					
<b>Segurador</b>					
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	0,01%	1.118	0,01%	1.118
Fidelidade Macau Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	0,01%	1.127	0,01%	1.127
			<b>2.245</b>		<b>2.245</b>

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alterações relativas às associadas da Companhia.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros emissores		
De emissores estrangeiros	-	883.908
	-	<b>883.908</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
De residentes	505.070	605.748
De não residentes	849.943	1.289.843
	<b>1.355.013</b>	<b>1.895.591</b>
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação		
De residentes	3.105.370	3.032.317
De não residentes	436.871	-
	<b>3.542.241</b>	<b>3.032.317</b>
	<b>4.897.254</b>	<b>5.811.816</b>

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 883.908 Euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu ganhos e perdas líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 16.776 Euros e 55.926Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ativos elegíveis para aplicação da abordagem de sobreposição de apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Instrumentos de capital</b>		
De residentes	505.070	605.748
De não residentes	849.943	1.289.843
	<b>1.355.013</b>	<b>1.895.591</b>
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação		
De residentes	3.097.213	3.025.279
De não residentes	436.871	-
	<b>3.534.084</b>	<b>3.025.279</b>
	<b>4.889.097</b>	<b>4.920.870</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ajustamento relativo à abordagem da sobreposição apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Instrumentos de capital</b>		
De residentes	( 50.151 )	( 150.828 )
De não residentes	( 163.026 )	( 165.786 )
	<b>( 213.177 )</b>	<b>( 316.614 )</b>
<b>Outros instrumentos financeiros</b>		
Unidades de participação		
De residentes	( 212.506 )	( 12.553 )
De não residentes	63.129	-
	<b>( 149.377 )</b>	<b>( 12.553 )</b>
	<b>( 362.554 )</b>	<b>( 329.167 )</b>



## 6. DERIVADOS

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2021, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.d). Nesta data, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2021	
	Montante Nominal	Valor contabilístico Passivo (Nota 18)
<b>Cobertura de justo valor</b>		
Forwards cambiais	426.840	( 10.904 )
	<b>426.840</b>	<b>( 10.904 )</b>

Para mitigar o risco de variabilidade dos instrumentos financeiros foram contratados forwards EUR/USD negociados em mercado de balcão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia deixou de ter estes instrumentos financeiros derivados em carteira. Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve um resultado líquido de 146.725 Euros com estes instrumentos financeiros.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2021 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2021	
	De 6 meses a 1 ano	Total
<b>Cobertura de justo valor</b>		
Forwards cambiais	426.840	426.840
	<b>426.840</b>	<b>426.840</b>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2021 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2021	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico
<b>Forwards cambiais</b>		
Instituições Financeiras		
Outras instituições	426.840	( 10.904 )
	<b>426.840</b>	<b>( 10.904 )</b>

## 7. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022					
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Reserva de justo valor (Nota 23)	Juros a receber	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De dívida pública						
De emissores nacionais	17.140.000	17.681.444	-	( 388.678 )	244.178	17.536.944
De emissores estrangeiros	16.950.000	17.401.852	-	( 278.144 )	107.091	17.230.799
De outros emissores públicos						
De emissores nacionais	5.800.000	5.815.484	-	( 342.188 )	28.587	5.501.883
De emissores estrangeiros	1.950.000	2.084.802	-	( 358.734 )	19.375	1.745.443
De outros emissores						
De emissores nacionais	1.400.000	1.439.605	-	( 40.979 )	30.885	1.429.511
De emissores estrangeiros	32.217.264	32.420.708	-	( 2.346.463 )	307.780	30.382.025
	<b>75.457.264</b>	<b>76.843.895</b>	<b>-</b>	<b>( 3.755.186 )</b>	<b>737.896</b>	<b>73.826.605</b>

(valores em euros)

	2021					
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Reserva de justo valor (Nota 23)	Juros a receber	Valor de balanço
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De dívida pública						
De emissores nacionais	17.140.000	17.901.931	-	1.497.537	244.178	19.643.646
De emissores estrangeiros	15.750.000	16.393.375	-	366.371	70.191	16.829.937
De outros emissores públicos						
De emissores nacionais	5.800.000	5.815.243	-	199.909	28.137	6.043.289
De emissores estrangeiros	1.950.000	2.105.836	-	( 667 )	19.375	2.124.544
De outros emissores						
De emissores nacionais	1.380.000	1.429.318	-	16.276	27.304	1.472.898
De emissores estrangeiros	25.716.000	26.031.149	11.061	234.420	266.232	26.542.862
	<b>67.736.000</b>	<b>69.676.852</b>	<b>11.061</b>	<b>2.313.846</b>	<b>655.417</b>	<b>72.657.176</b>

## 8. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022						
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 34)	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado (1)	Valias potenciais não reconhecidas
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De dívida pública							
De emissores nacionais	2.000.000	2.100.597	-	16.192	2.116.789	1.747.933	( 368.856 )
	<b>2.000.000</b>	<b>2.100.597</b>	<b>-</b>	<b>16.192</b>	<b>2.116.789</b>	<b>1.747.933</b>	<b>( 368.856 )</b>

(valores em euros)

	2021						
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 34)	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado (1)	Valias potenciais não reconhecidas
<b>Instrumentos de dívida</b>							
De dívida pública							
De emissores nacionais	2.000.000	2.122.414	( 1.848 )	16.193	2.136.759	2.153.688	16.929
	<b>2.000.000</b>	<b>2.122.414</b>	<b>( 1.848 )</b>	<b>16.193</b>	<b>2.136.759</b>	<b>2.153.688</b>	<b>16.929</b>

(1) Corresponde ao valor de mercado apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4.

## 9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de "Terrenos e Edifícios de Uso Próprio" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio Direito de Uso
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	
Valor Bruto	947.459
Amortizações e imparidade acumuladas	( 568.475 )
	<b>378.984</b>
Amortizações do exercício	( 284.238 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	
Valor Bruto	947.459
Amortizações e imparidade acumuladas	( 852.713 )
	<b>94.746</b>
Adições	819.278
Amortizações do exercício	( 274.207 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	
Valor Bruto	1.766.737
Amortizações e imparidade acumuladas	( 1.126.920 )
	<b>639.817</b>

O aumento no exercício 2022 corresponde à renovação do contrato de locação do edifício localizado na Avenida José Malhoa em Lisboa.

## 10. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos e outros ativos encontravam-se afetados do seguinte modo:

(valores em euros)

	2022		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 3)	4.102.533	2.220.079	6.322.612
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	4.686.147	211.108	4.897.254
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	73.826.605	-	73.826.605
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)	2.116.789	-	2.116.789
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	639.817	639.817
Outros ativos tangíveis (Nota 11)	-	84.977	84.977
	<b>84.732.074</b>	<b>3.158.227</b>	<b>87.890.301</b>

(valores em euros)

	2021		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 3)	4.629.655	4.049.103	8.678.759
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	5.504.148	307.668	5.811.816
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	72.657.176	-	72.657.176
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)	2.136.759	-	2.136.759
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	94.746	94.746
Outros ativos tangíveis (Nota 11)	-	53.526	53.526
	<b>84.927.738</b>	<b>4.507.288</b>	<b>89.435.026</b>

## 11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica "Outros ativos tangíveis" foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022						
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	177.662	(163.845)	-	(3.378)	177.662	(167.223)	10.439
Máquinas e ferramentas	859.727	(859.727)	-	-	859.727	(859.727)	-
Equipamento informático	1.117.777	(1.112.038)	58.342	(36.951)	1.176.119	(1.148.989)	27.130
Instalações interiores	438.835	(438.835)	-	-	438.835	(438.835)	-
Outros ativos tangíveis	43.206	(43.206)	-	-	43.206	(43.206)	-
	<b>2.637.207</b>	<b>(2.617.650)</b>	<b>58.342</b>	<b>(40.329)</b>	<b>2.695.549</b>	<b>(2.657.979)</b>	<b>37.570</b>
<b>Ativos em Locação</b>							
Equipamento							
Material de transporte	63.140	(29.170)	31.476	(18.038)	94.616	(47.209)	47.408
	<b>63.140</b>	<b>(29.170)</b>	<b>31.476</b>	<b>(18.038)</b>	<b>94.616</b>	<b>(47.209)</b>	<b>47.408</b>
	<b>2.700.347</b>	<b>(2.646.821)</b>	<b>89.818</b>	<b>(58.367)</b>	<b>2.790.165</b>	<b>(2.705.188)</b>	<b>84.977</b>

(valores em euros)

	2021									
	Saldos iniciais				Alienções e abates líquidos			Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Amortizações do exercício	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Outros movimentos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	336.202	(319.007)	-	(3.378)	(158.540)	158.540	-	177.662	(163.845)	13.817
Máquinas e ferramentas	859.727	(859.573)	-	(153)	-	-	-	859.727	(859.727)	-
Equipamento informático	1.140.324	(1.133.875)	16.602	(17.312)	(39.149)	39.149	-	1.117.777	(1.112.038)	5.739
Instalações interiores	438.835	(438.835)	-	-	-	-	-	438.835	(438.835)	-
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	43.206	(43.206)	-	-	-	-	-	43.206	(43.206)	-
	<b>2.818.293</b>	<b>(2.794.496)</b>	<b>16.602</b>	<b>(20.844)</b>	<b>(197.689)</b>	<b>197.689</b>	<b>-</b>	<b>2.637.207</b>	<b>(2.617.650)</b>	<b>19.556</b>
<b>Ativos em Locação</b>										
Equipamento										
Material de transporte	70.404	(33.526)	14.157	(17.888)	(21.420)	21.420	824	63.140	(29.170)	33.970
	<b>70.404</b>	<b>(33.526)</b>	<b>14.157</b>	<b>(17.888)</b>	<b>(21.420)</b>	<b>21.420</b>	<b>824</b>	<b>63.140</b>	<b>(29.170)</b>	<b>33.970</b>
	<b>2.888.697</b>	<b>(2.828.022)</b>	<b>30.759</b>	<b>(38.732)</b>	<b>(219.109)</b>	<b>219.109</b>	<b>824</b>	<b>2.700.347</b>	<b>(2.646.821)</b>	<b>53.526</b>

## 12. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento na rubrica "Outros ativos intangíveis" foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022							Valor líquido
	Saldos iniciais		Regularizações	Transferências Ativos em Curso	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	
Sistemas de tratamento automático								
de dados (software)	2.570.204	(2.523.596)	-	137.814	(45.781)	2.708.017	(2.569.376)	138.641
Ativos intangíveis em curso	140.667	-	(2.853)	(137.814)	-	-	-	-
	<b>2.710.870</b>	<b>(2.523.596)</b>	<b>(2.853)</b>	<b>-</b>	<b>(45.781)</b>	<b>2.708.017</b>	<b>(2.569.376)</b>	<b>138.641</b>

(valores em euros)

	2021									Valor líquido
	Saldos iniciais			Transferências Ativos em Curso	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Aquisições			Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	
Sistemas de tratamento										
automático de										
dados (software)	2.746.409	(2.723.730)	-	49.724	(24.908)	(225.929)	225.042	2.570.204	(2.523.596)	46.608
Ativos intangíveis										
em curso	17.958	-	172.432	(49.724)	-	-	-	140.667	-	140.667
	<b>2.764.367</b>	<b>(2.723.730)</b>	<b>172.432</b>	<b>-</b>	<b>(24.908)</b>	<b>(225.929)</b>	<b>225.042</b>	<b>2.710.870</b>	<b>(2.523.596)</b>	<b>187.275</b>



## 13. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022 Não Vida	2021 Não Vida
Provisão para prémios não adquiridos	39.762	36.528
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	5.032.049	4.782.438
Sinistros não declarados (IBNR)	788.772	937.024
	<b>5.820.821</b>	<b>5.719.462</b>
	<b>5.860.583</b>	<b>5.755.990</b>

O movimento ocorrido na provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>					
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>					
Doença	40.528	( 4.000 )	36.528	3.234	39.762
	<b>40.528</b>	<b>( 4.001 )</b>	<b>36.528</b>	<b>3.234</b>	<b>39.762</b>

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>							
Doença	69.596	327.935	( 332.471 )	65.061	443.913	( 381.659 )	127.315
Incêndio e outros danos	261.438	552.834	( 580.490 )	233.781	718.334	( 638.638 )	313.477
Automóvel	5.188.007	951.741	( 719.128 )	5.420.620	( 33.137 )	( 7.455 )	5.380.028
	<b>5.519.041</b>	<b>1.832.510</b>	<b>( 1.632.089 )</b>	<b>5.719.462</b>	<b>1.129.110</b>	<b>( 1.027.751 )</b>	<b>5.820.821</b>

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

## 14. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Contas a receber por operações de seguro direto</b>		
Reembolsos de sinistros	2.109.560	1.666.769
Recibos por cobrar	511.082	396.746
Mediadores	8.027	11.595
	<b>2.628.669</b>	<b>2.075.110</b>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 34)	( 61.872 )	( 76.873 )
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 34)	( 13.755 )	( 15.880 )
	<b>2.553.041</b>	<b>1.982.357</b>
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro</b>		
Contas correntes de resseguradores	64.925	362.626
	<b>64.925</b>	<b>362.626</b>
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Imposto agregado	1.021.200	208.633
Companhias de seguros	28.993	31.504
Clientes conta corrente	17.853	16.653
Impostos a recuperar	21.530	17.080
Empresas do grupo	-	4.920
Outros	21.512	90.475
	<b>1.111.090</b>	<b>369.265</b>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 34)	-	( 4.490 )
	<b>1.111.090</b>	<b>364.775</b>
	<b>3.729.056</b>	<b>2.709.758</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica "Ajustamento de recibos por cobrar" reflete os valores relativos a recibos com pagamentos por débito em conta enviados ao banco e, para os quais, a Companhia não recebeu informação quanto à sua efetiva cobrança após aplicação de uma taxa de anulação de apólices do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a receber da Longrun resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

## 15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Pagamento especial por conta	-	64.594
	-	<b>64.594</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Outros		
Imposto do selo	( 222.748 )	( 336.059 )
Imposto sobre o valor acrescentado	( 3.508 )	( 11.952 )
Taxa para o fundo de garantia automóvel	( 211.904 )	( 206.475 )
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	( 13.714 )	( 11.482 )
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	( 74.917 )	( 70.529 )
Taxa para o instituto nacional de emergência médica	( 101.697 )	( 96.815 )
Segurança social	( 51.057 )	( 38.836 )
Retenções na fonte	( 37.635 )	( 28.102 )
Outros	( 31.626 )	( 33.556 )
	<b>( 748.806 )</b>	<b>( 833.805 )</b>
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>1.038.735</b>	<b>166.384</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>( 115.747 )</b>	<b>( 621.763 )</b>
	<b>922.988</b>	<b>( 455.379 )</b>
	<b>174.182</b>	<b>( 1.224.590 )</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento do ano, registados em conta de balanço como valores a receber ou a pagar à Longrun conforme evidenciado na Nota 14, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022	2021
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	( 708.131 )	( 939.491 )
Retenções na fonte	10.896	6.979
Pagamentos por conta	532.591	300.753
Pagamento especial por conta	-	64.594
Imposto sobre o rendimento de anos anteriores	1.185.844	840.392
	<b>1.021.200</b>	<b>273.227</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante apurado da estimativa de IRC.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores" corresponde à estimativa do benefício fiscal do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) referente aos exercícios de 2021 (292.738 Euros) e de 2020 (893.107 Euros).

Com efeito, no exercício de 2021, a Companhia suportou despesas relacionadas com projetos de Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), no montante de 900.731 Euros, tendo, em maio de 2022, efetuado uma candidatura ao SIFIDE II no montante global de 292.738 Euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a candidatura apresentada referente ao exercício de 2021 ainda se encontra em avaliação pela Agência Nacional de Inovação, S.A. (ANI), tendo a Companhia contabilizado em 2022 o montante de 292.738 Euros, correspondente a 100% do crédito fiscal solicitado.

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldos iniciais	2022		Saldos finais
		Variação em		
		Reservas	Resultados	
<b>Ativo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	17.473	860.846	-	878.320
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	160	160
Perdas de crédito esperadas	416	35.047	( 35.462 )	-
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	110.681	-	34.699	145.381
Benefícios com trabalhadores	11.289	-	3.587	14.876
Por prejuízos fiscais reportáveis	26.525	-	( 26.525 )	-
	<b>166.384</b>	<b>895.893</b>	<b>( 23.542 )</b>	<b>1.038.735</b>
<b>Passivo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 621.763 )	506.016	-	( 115.747 )
	<b>( 621.763 )</b>	<b>506.016</b>	<b>-</b>	<b>( 115.747 )</b>
	<b>( 455.379 )</b>	<b>1.401.909</b>	<b>( 23.542 )</b>	<b>922.988</b>

(valores em euros)

	2021			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
<b>Ativo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	13.838	3.635	-	17.473
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	( 71.598 )	-	71.598	-
Perdas de crédito esperadas	636	( 6.975 )	6.755	416
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	167.473	-	( 56.792 )	110.681
Benefícios com trabalhadores	14.486	-	( 3.197 )	11.289
Por prejuízos fiscais reportáveis	29.283	-	( 2.758 )	26.525
Outras diferenças temporárias	1.416	-	( 1.416 )	-
	<b>155.534</b>	<b>( 3.340 )</b>	<b>14.190</b>	<b>166.384</b>
<b>Passivo</b>				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 754.658 )	132.895	-	( 621.763 )
	<b>( 754.658 )</b>	<b>132.895</b>	<b>-</b>	<b>( 621.763 )</b>
	<b>( 599.124 )</b>	<b>129.555</b>	<b>14.190</b>	<b>( 455.379 )</b>

No exercício de 2022 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa de 22,5%, exceto, quando aplicável, na componente dos prejuízos fiscais, os quais são mensurados à taxa de 21%.

## 16. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Gastos diferidos</b>		
Seguros	2.645	1.983
Quotizações APS	-	30.677
Licenças de software	29.756	-
	<b>32.401</b>	<b>32.660</b>

## 17. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022 Não Vida	2021 Não Vida
Provisão para prémios não adquiridos	17.161.607	16.788.515
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	41.290.872	39.856.929
Sinistros não declarados (IBNR)	2.319.842	3.827.529
	<b>43.610.714</b>	<b>43.684.459</b>
Provisão para desvios de sinistralidade	151.956	131.098
Provisão para riscos em curso	184.882	81.388
	<b>61.109.158</b>	<b>60.685.460</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para prêmios não adquiridos de seguro direto apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido
<b>Seguros não vida</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	14.330	( 4.285 )	10.044	12.783	( 1.502 )	11.280
Doença	39.762	( 45.401 )	( 5.638 )	36.528	( 23.305 )	13.223
Incêndio e outros danos	972.614	( 164.345 )	808.268	836.326	( 97.599 )	738.727
Automóvel	17.785.284	( 3.640.781 )	14.144.503	16.612.683	( 2.770.244 )	13.842.439
Proteção jurídica	243.012	( 49.098 )	193.914	233.095	( 37.919 )	195.176
Assistência	2.510.170	( 499.654 )	2.010.516	2.361.316	( 373.646 )	1.987.670
	<b>21.565.171</b>	<b>( 4.403.565 )</b>	<b>17.161.607</b>	<b>20.092.731</b>	<b>( 3.304.216 )</b>	<b>16.788.515</b>

O movimento ocorrido nas provisões para prêmios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>					
<b>Provisão para prêmios não adquiridos</b>					
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11.427	1.356	12.783	1.547	14.330
Doença	40.528	( 4.000 )	36.528	3.235	39.762
Incêndio e outros danos	771.955	64.371	836.326	136.287	972.614
Automóvel	16.530.400	82.283	16.612.683	1.172.601	17.785.284
Proteção jurídica	231.593	1.502	233.095	9.917	243.012
Assistência	2.342.188	19.128	2.361.316	148.854	2.510.170
	<b>19.928.091</b>	<b>164.640</b>	<b>20.092.731</b>	<b>1.472.440</b>	<b>21.565.171</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>					
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 3.632 )	2.130	( 1.502 )	( 2.783 )	( 4.285 )
Doença	( 27.201 )	3.896	( 23.305 )	( 22.096 )	( 45.401 )
Incêndio e outros danos	( 83.901 )	( 13.698 )	( 97.599 )	( 66.747 )	( 164.345 )
Automóvel	( 2.671.278 )	( 98.966 )	( 2.770.244 )	( 870.538 )	( 3.640.781 )
Proteção jurídica	( 35.474 )	( 2.445 )	( 37.919 )	( 11.179 )	( 49.098 )
Assistência	( 344.473 )	( 29.173 )	( 373.646 )	( 126.008 )	( 499.654 )
	<b>( 3.165.959 )</b>	<b>( 138.256 )</b>	<b>( 3.304.216 )</b>	<b>( 1.099.349 )</b>	<b>( 4.403.565 )</b>
	<b>16.762.132</b>	<b>26.384</b>	<b>16.788.515</b>	<b>373.091</b>	<b>17.161.607</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para sinistros de seguro direto apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
<b>Seguros não vida</b>						
<b>Outros seguros</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	4.834	1.480	6.314	1.995	3.177	5.172
Doença	118.676	8.640	127.315	60.808	4.253	65.061
Incêndio e outros danos	652.294	187.327	839.622	470.763	189.882	660.644
Automóvel	40.515.068	2.122.395	42.637.463	39.323.364	3.630.218	42.953.582
	<b>41.290.872</b>	<b>2.319.842</b>	<b>43.610.714</b>	<b>39.856.929</b>	<b>3.827.529</b>	<b>43.684.459</b>

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>							
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8.765	3.896	(7.489)	5.172	8.642	(7.499)	6.314
Doença	69.596	327.935	(332.471)	65.061	443.913	(381.659)	127.315
Incêndio e outros danos	625.562	1.470.973	(1.435.891)	660.644	1.703.962	(1.524.984)	839.622
Automóvel	36.480.810	45.619.750	(39.146.978)	42.953.582	45.220.793	(45.536.912)	42.637.463
Proteção jurídica	-	3.167	(3.167)	-	-	-	-
	<b>37.184.733</b>	<b>47.425.721</b>	<b>(40.925.995)</b>	<b>43.684.459</b>	<b>47.377.310</b>	<b>(47.451.055)</b>	<b>43.610.714</b>

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos processados pela Companhia.



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para riscos em curso de seguro direto apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Seguros não vida</b>		
Doença	2.160	-
Incêndio e outros danos	182.722	81.388
	<b>184.882</b>	<b>81.388</b>

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro direto durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo 31/12/2020	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2021	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2022
<b>Seguros não vida</b>					
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	295	( 295 )	-	-	-
Doença	-	-	-	2.160	2.160
Incêndio e outros danos	7.777	73.611	81.388	101.334	182.722
	<b>8.072</b>	<b>73.316</b>	<b>81.388</b>	<b>103.494</b>	<b>184.882</b>

## 18. PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Cobertura justo valor (Nota 6)	-	10.904
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Depósitos recebidos de resseguradores		
Não Vida	345.464	287.433
Outros		
Locações	710.178	124.805
	<b>1.055.642</b>	<b>423.142</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia vendeu os instrumentos financeiros de derivados de cobertura ao justo valor em carteira. Os movimentos ocorridos nos passivos de locações durante o exercício de 2022 foram os seguintes:

(valores em euros)

<b>Valor em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>124.805</b>
<b>Incremento do Período</b>	<b>936.526</b>
Adições	889.489
Juros	47.037
<b>Decréscimo do Período</b>	<b>351.153</b>
Pagamentos	339.283
Outros	11.870
<b>Valor em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>710.178</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o passivo de locações apresenta a seguinte maturidade:

(valores em euros)

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Locações	297.902	300.037	112.240	710.178
	<b>297.902</b>	<b>300.037</b>	<b>112.240</b>	<b>710.178</b>

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16- "Locações" (Nota 2.6).

## 19. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	1.177.995	1.320.666
Mediadores	106.368	92.082
	<b>1.284.363</b>	<b>1.412.747</b>
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>		
Contas correntes de resseguradores	346.175	125.402
	<b>346.175</b>	<b>125.402</b>
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Fornecedores conta corrente	1.648.132	316.299
Cheques emitidos e prescritos	69.895	55.300
Contas de regularização interna	1.176	4.920
Empresas do grupo	-	4.609
Outros	967	75.482
	<b>1.720.170</b>	<b>456.610</b>
	<b>3.350.708</b>	<b>1.994.759</b>

## 20. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Férias e subsídio de férias a pagar	373.148	328.356
Seguros	56.654	4.574
Prémios de desempenho da empresa	191.718	216.248
Benefícios optativos de carreira	66.114	50.173
Outros custos com pessoal	4.357	3.874
Comissões a pagar	209.928	189.700
Pagamentos diferidos - Marketing	535.036	194.830
Auditoria	93.755	47.195
Comunicações	10.100	15.700
Faturas em conferência	-	1.143
Trabalhos especializados	458.759	106.593
Outros	43.092	138.874
	<b>2.042.662</b>	<b>1.297.261</b>

## 21. OUTRAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Outras Provisões", durante os exercícios de 2022 e 2021, foram os seguintes:

(valores em euros)

	2022			Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	
Provisões para impostos	15.000	-	-	15.000
Provisões para encargos com benefícios dos empregados				
Encargos com pensões	33.936	-	( 26.911 )	7.025
Provisão para contingências judiciais	24.244	-	-	24.244
Outras	46.313	7.286	-	53.600
	<b>119.493</b>	<b>7.286</b>	<b>( 26.911 )</b>	<b>99.869</b>

(valores em euros)

	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Provisões para impostos	15.000	-	-	-	-	15.000
Provisões para encargos com benefícios dos empregados						
Encargos com pensões	37.262	-	(3.325)	(1)	-	33.936
Provisão para contingências judiciais	24.062	180	-	-	2	24.244
Outras	42.586	3.728	-	(1)	-	46.313
	<b>118.910</b>	<b>3.908</b>	<b>(3.325)</b>	<b>(2)</b>	<b>2</b>	<b>119.493</b>

Em 2022 e 2021, as constituições da rubrica "Outras Provisões" encontram-se registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

## 22. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital da Companhia é composto por 4.600.000 ações de valor nominal de 5 Euros cada.

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	2.580.603	3.694.077
Número de ações (no final do exercício)	4.600.000	4.600.000
Resultado por ação (em Euros)	0,56	0,80

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

## 23. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as reservas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 7)	( 3.755.186 )	2.313.846
	<b>( 3.755.186 )</b>	<b>2.313.846</b>
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 34)	86.664	242.426
	<b>86.664</b>	<b>242.426</b>
	<b>( 3.668.523 )</b>	<b>2.556.272</b>
Reserva por impostos diferidos		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	825.418	( 575.161 )
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	( 82.345 )	( 83.675 )
	<b>743.073</b>	<b>( 658.836 )</b>
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição		
Valias brutas (Nota 5)	362.554	329.167
	<b>362.554</b>	<b>329.167</b>
Outras reservas		
Reserva legal	1.811.323	1.441.915
Outras reservas	2.010.398	2.010.398
	<b>3.821.721</b>	<b>3.452.313</b>
Resultados transitados	3.325.750	1.081
Resultado do exercício	2.580.603	3.694.077
	<b>7.165.178</b>	<b>9.374.073</b>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para reforço da reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Os resultados dos exercícios de 2021 e 2020 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2021	2020
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	369.408	214.473
Reservas livres	-	531.067
Resultados transitados	3.324.669	1.399.189
	<b>3.694.077</b>	<b>2.144.729</b>

## 24. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	64.818	( 5.000 )	59.818	37.271	( 5.000 )	32.271
Doença	575.257	( 575.255 )	2	483.585	( 483.585 )	( 0 )
Incêndio e outros danos	2.298.090	( 1.058.610 )	1.239.480	2.017.495	( 923.259 )	1.094.235
Automóvel	50.388.969	( 1.150.000 )	49.238.969	48.323.359	( 1.000.000 )	47.323.359
Proteção jurídica	676.835	( 433.837 )	242.999	662.932	( 429.041 )	233.890
Assistência	7.063.483	( 5.088.482 )	1.975.001	6.805.823	( 5.012.670 )	1.793.153
	<b>61.067.452</b>	<b>( 8.311.183 )</b>	<b>52.756.268</b>	<b>58.330.465</b>	<b>( 7.853.556 )</b>	<b>50.476.909</b>
<b>Varição da provisão para prémios não adquiridos</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	( 1.547 )	( 0 )	( 1,547 )	( 1.355 )	( 0 )	( 1,355 )
Doença	( 3.235 )	3.234	-	4.000	( 4.000 )	( 0 )
Incêndio e outros danos	( 136.287 )	-	( 136.287 )	( 64.371 )	-	( 64.371 )
Automóvel	( 1.172.601 )	0	( 1.172.601 )	( 82.284 )	( 0 )	( 82.284 )
Proteção jurídica	( 9.917 )	-	( 9.917 )	( 1.502 )	-	( 1.502 )
Assistência	( 148.854 )	-	( 148.854 )	( 19.129 )	-	( 19.129 )
	<b>( 1.472.440 )</b>	<b>3.234</b>	<b>( 1.469.206 )</b>	<b>( 164.640 )</b>	<b>( 4.001 )</b>	<b>( 168.640 )</b>
<b>Prémios adquiridos</b>						
<b>Ramo não vida</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	63.271	( 5.000 )	58.271	35.916	( 5.000 )	30.916
Doença	572.022	( 572.021 )	2	487.586	( 487.586 )	( 0 )
Incêndio e outros danos	2.161.803	( 1.058.610 )	1.103.193	1.953.123	( 923.259 )	1.029.864
Automóvel	49.216.368	( 1.150.000 )	48.066.368	48.241.076	( 1.000.000 )	47.241.076
Proteção jurídica	666.918	( 433.837 )	233.082	661.430	( 429.041 )	232.389
Assistência	6.914.629	( 5.088.482 )	1.826.147	6.786.694	( 5.012.670 )	1.774.024
	<b>59.595.012</b>	<b>( 8.307.949 )</b>	<b>51.287.063</b>	<b>58.165.825</b>	<b>( 7.857.556 )</b>	<b>50.308.269</b>

## 25. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
<b>Ramo não vida</b>						
<b>Seguro direto</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.424	992	8.416	7.514	(3.593)	3.921
Doença	362.693	61.817	424.511	331.506	(4.557)	326.949
Incêndio e outros danos	1.502.850	177.778	1.680.628	1.402.443	42.159	1.444.602
Automóvel	36.225.337	(755.563)	35.469.775	31.595.010	6.140.259	37.735.269
Proteção jurídica	-	-	-	176	-	176
Diversos	-	(1.560)	(1.560)	-	-	-
	<b>38.098.305</b>	<b>(516.535)</b>	<b>37.581.770</b>	<b>33.336.649</b>	<b>6.174.268</b>	<b>39.510.917</b>
<b>Resseguro cedido</b>						
Doença	(362.242)	(61.817)	(424.059)	(331.084)	4.557	(326.528)
Incêndio e outros danos	(638.638)	(79.696)	(718.334)	(580.490)	27.657	(552.833)
Automóvel	(7.455)	40.592	33.137	(719.128)	(232.614)	(951.742)
	<b>(1.008.335)</b>	<b>(100.921)</b>	<b>(1.109.256)</b>	<b>(1.630.702)</b>	<b>(200.400)</b>	<b>(1.831.103)</b>
	<b>37.089.970</b>	<b>(617.456)</b>	<b>36.472.514</b>	<b>31.705.947</b>	<b>5.973.868</b>	<b>37.679.814</b>

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pela Companhia.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos com variações de outras provisões técnicas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Variação da provisão para desvios de sinistralidade	Variação da provisão para riscos em curso	Outras provisões técnicas	Variação da provisão para desvios de sinistralidade	Variação da provisão para sinistros	Outras provisões técnicas
<b>Ramo não vida</b>						
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	-	-	-	-	(295)	(295)
Doença	-	2.160	2.160	-	-	-
Incêndio e outros danos	20.857	101.334	122.192	19.421	73.611	93.032
	<b>20.857</b>	<b>103.494</b>	<b>124.352</b>	<b>19.421</b>	<b>73.316</b>	<b>92.736</b>



## 26. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos de exploração incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2022	2021
Gastos com pessoal (Nota 27)	3.067.505	2.733.092
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	4.163.819	2.965.924
Publicidade e propaganda	4.146.546	2.232.204
Comunicação	351.567	374.295
Gastos com cobrança de prémios	253.752	264.451
Licenças de software	91.922	52.320
Quotizações	71.646	110.600
Limpeza, higiene e conforto	45.239	41.769
Rendas e alugueres	13.611	12.893
Deslocações e Estadas	11.676	1.841
Combustível	11.429	7.896
Conservação e reparação	9.518	5.663
Seguros	6.841	6.668
Impressos	5.831	12.827
Gastos com trabalho independente	2.143	1.429
Outros	88.950	89.001
	<b>9.274.490</b>	<b>6.179.781</b>
Impostos e taxas	520.176	515.182
Depreciações e amortizações do exercício (Nota 8, 10 e 11)	378.355	347.877
Outras provisões	(26.911)	(3.145)
Comissões	33.845	24.690
Juros suportados	46.990	2.185
	<b>13.294.450</b>	<b>9.799.662</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de depreciações e amortizações do exercício apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Ativos sem regime de locação	Ativos sem locação	Total	Ativos sem regime de locação	Ativos sem locação	Total
Terrenos e Edifícios (Nota 9)	-	274.207	274.207	-	284.238	284.238
Depreciações de outros ativos						
tangíveis (Nota 11)	40.329	18.038	58.367	20.843	17.888	38.732
Depreciações de outros ativos						
intangíveis (Nota 12)	45.781	-	45.781	24.908	-	24.908
	<b>86.109</b>	<b>292.246</b>	<b>378.355</b>	<b>45.751</b>	<b>302.126</b>	<b>347.877</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, existiram também os seguintes encargos relacionados com as locações:

(valores em euros)

	2022			2021	
	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor	Dpreciações dos ativos de direito de uso	Depesas de contratos de curta duração
Terrenos e Edifícios	274.207	-	-	284.238	-
Material de Transporte	18.038	541	-	17.888	-
Outro Equipamento	-	-	1.070	-	893
	<b>292.246</b>	<b>541</b>	<b>1.070</b>	<b>302.126</b>	<b>893</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de juros suportados apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Locações	Outros encargos	Total	Locações	Outros encargos	Total
Terrenos e edifícios	46.685	-	46.685	2.032	-	2.032
Material de transporte	352	-	352	-	-	-
Outros	-	(47)	(47)	-	153	153
	<b>47.037</b>	<b>(47)</b>	<b>46.990</b>	<b>2.032</b>	<b>153</b>	<b>2.185</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas da Demonstração de Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Custos de aquisição</b>		
Custos imputados	11.402.944	8.512.027
Comissões de mediação	879.795	915.331
Outros	432.277	177.805
	<b>12.715.016</b>	<b>9.605.162</b>
<b>Gastos administrativos</b>		
Custos imputados	1.622.204	1.048.952
	<b>1.622.204</b>	<b>1.048.952</b>
<b>Gastos financeiros (Nota 30)</b>		
Custos imputados	90.343	51.951
Outros	10.205	13.373
	<b>100.548</b>	<b>65.324</b>
<b>Custos com sinistros - Montantes pagos</b>		
Custos imputados	178.960	186.731
Custos técnicos	37.919.345	33.149.918
	<b>38.098.305</b>	<b>33.336.649</b>
<b>Total dos custos de exploração imputados</b>	<b>13.294.450</b>	<b>9.799.662</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos não vida	106.294	230.837	337.131	93.415	588.459	681.874
	<b>106.294</b>	<b>230.837</b>	<b>337.131</b>	<b>93.415</b>	<b>588.459</b>	<b>681.874</b>

## 27. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
Remunerações		
Órgãos sociais	211.668	122.289
Pessoal	2.018.717	1.984.866
Encargos sobre remunerações	480.486	440.019
Benefícios pós-emprego	29.692	30.199
Seguros obrigatórios	32.150	30.791
Gastos de ação social	230.545	107.948
Outros gastos com pessoal	64.248	16.980
	<b>3.067.505</b>	<b>2.733.092</b>

Em 2022 e 2021, a rubrica "Remunerações - Pessoal" inclui uma constituição de estimativa de benefícios optativos de carreira no montante de 12.648 Euros e 13.707 Euros, respetivamente.

Na rubrica "Remunerações" estão incluídos 183.724 Euros relativos a prémios de desempenho de 2022, que serão liquidados em 2023, e que se encontram reconhecidos em acréscimos.

Em 2022 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2022	2021
Gestores	13	14
Técnicos	46	37
Assistentes	13	19
	<b>72</b>	<b>70</b>

## 28. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
Plano de contribuição definida	( 1.947 )	( 1.930 )
	<b>( 1.947 )</b>	<b>( 1.930 )</b>

Relativamente ao exercício de 2022, no "Plano de contribuição definida" a Via Directa teve um custo de 28.760 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 1.947 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2022 que foram pagas em janeiro de 2023.

### Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ("IRCT"), têm direito a um plano de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

Assim, para os trabalhadores admitidos no setor até 22 de junho de 1995, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice com atuais participantes do Plano de Pensões da Via Directa - Companhia de Seguros, SA, transitou para o plano de benefícios definidos do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente. A transferência para o Fundo "PIR - Fidelidade-Companhia de Seguros e Associados" ocorreu em 2014.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no ACT 2019, correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do empregado.

Adicionalmente, de acordo com o disposto na Cláusula 57<sup>a</sup> do referido IRCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á no mês seguinte àquele em que o contrato de trabalho perfizer um ano de duração e concretizar-se-á logo que o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões seja alvo da devida aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades e ativos do Plano de reforma ascendiam a:

(valores em euros)

<b>Responsabilidades em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>332.591</b>
Gastos de ano	28.760
<b>Responsabilidades em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>361.351</b>
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>330.661</b>
Contribuições para o fundo	28.743
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>359.404</b>
<b>Diferencial</b>	<b>(1.947)</b>
Nível de financiamento	99,46%

## 28. RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2020 e 2019, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		
	Juros	Dividendos	Total
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.941	106.265	111.206
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.281.964	-	1.281.964
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.933	-	5.933
	<b>1.292.838</b>	<b>106.265</b>	<b>1.399.103</b>
<b>Investimentos não afetos</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	7.920	7.920
	-	<b>7.920</b>	<b>7.920</b>
	<b>1.292.838</b>	<b>114.185</b>	<b>1.407.023</b>

(valores em euros)

	2021		
	Juros	Dividendos	Total
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.631	57.892	63.523
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.050.417	-	1.050.417
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.963	-	5.963
	<b>1.062.011</b>	<b>57.892</b>	<b>1.119.903</b>
<b>Investimentos não afetos</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	5.610	5.610
	-	<b>5.610</b>	<b>5.610</b>
	<b>1.062.011</b>	<b>63.502</b>	<b>1.125.513</b>

## 30. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de "Gastos financeiros" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
<b>Gastos de investimentos (Nota 26)</b>						
Custos imputados	90.343	-	90.343	51.951	-	51.951
Outros gastos de investimentos	10.205	21	10.226	13.373	54	13.427
	<b>100.548</b>	<b>21</b>	<b>100.569</b>	<b>65.324</b>	<b>54</b>	<b>65.378</b>

## 31. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	3.701	(60.407)	(56.706)
	<b>3.701</b>	<b>(60.407)</b>	<b>(56.706)</b>

(valores em euros)

	2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	35.059	(28.395)	6.664
	<b>35.059</b>	<b>(28.395)</b>	<b>6.664</b>

## 32. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022		Líquido
	Ganhos	Perdas	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	452.426	( 774.480 )	( 322.054 )
	<b>452.426</b>	<b>( 774.480 )</b>	<b>( 322.054 )</b>
<b>Investimentos não afetos</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	( 98.661 )	( 98.661 )
	-	<b>( 98.661 )</b>	<b>( 98.661 )</b>
<b>Ganhos líquidos ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	<b>452.426</b>	<b>( 873.142 )</b>	<b>( 420.715 )</b>
<b>Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição</b>	<b>( 266.877 )</b>	<b>233.489</b>	<b>( 33.387 )</b>
	<b>185.550</b>	<b>( 639.652 )</b>	<b>( 454.103 )</b>

(valores em euros)

	2021		Líquido
	Ganhos	Perdas	
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	232.377	( 59.127 )	173.250
	<b>232.377</b>	<b>( 59.127 )</b>	<b>173.250</b>
<b>Investimentos não afetos</b>			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	145.530	( 1.558 )	143.972
	<b>145.530</b>	<b>( 1.558 )</b>	<b>143.972</b>
<b>Ganhos líquidos ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	<b>377.907</b>	<b>( 60.685 )</b>	<b>317.222</b>
<b>Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição</b>	<b>( 365.033 )</b>	<b>26.052</b>	<b>( 338.981 )</b>
	<b>12.874</b>	<b>( 34.633 )</b>	<b>( 21.759 )</b>

### 33. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida</b>		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	128.097	48.166
Depósitos à ordem	( 4.049 )	3.217
Outros	-	7
	<b>131.414</b>	<b>51.390</b>
<b>Investimentos não afetos</b>		
Depósitos à ordem	4	3
	<b>4</b>	<b>3</b>
	<b>131.418</b>	<b>51.394</b>



## 34. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2022			Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de dívida				
Estágios 1 e 2 (Nota 23)	242.426	12.225	( 167.988 )	86.664
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)				
Instrumentos de dívida	1.848	-	( 1.848 )	-
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	76.873	-	( 15.001 )	61.872
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	20.370	( 6.614 )	-	13.755
	<b>341.517</b>	<b>5.611</b>	<b>( 184.837 )</b>	<b>162.291</b>

(valores em euros)

	2021			Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Instrumentos de dívida				
Estágios 1 e 2 (Nota 23)	211.424	177.318	( 146.317 )	242.426
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)				
Instrumentos de dívida	2.819	-	( 971 )	1.848
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	92.830	-	( 15.956 )	76.873
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	4.490	15.880	-	20.370
	<b>311.563</b>	<b>193.198</b>	<b>( 163.244 )</b>	<b>341.517</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui constituições de "Outras provisões" (Nota 21) nos montantes de 7.286 Euros e de 3.728 Euros, respetivamente, não estando as mesmas refletidas no quadro acima, mas apenas no quadro relativo à Nota 21.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	
	2022	2021
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>		
AA- até AA+	445.095	-
A- até A+	7.627.112	6.752.858
BBB- até BBB+	56.698.045	55.905.225
BB- até BB+	8.444.550	8.779.512
B- até B+	611.803	635.825
Sem rating	-	583.756
	<b>73.826.605</b>	<b>72.657.176</b>
<b>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</b>		
BBB- até BBB+	2.116.789	2.138.607
	<b>2.116.789</b>	<b>2.138.607</b>

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço durante os exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>72.657.176</b>
Novos ativos originados ou comprados	11.841.707
Ativos desreconhecidos ou vencidos	( 4.321.968 )
Juros acumulados capitalizados	( 311.420 )
Alteração do Justo valor	( 6.038.890 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>73.826.605</b>
<b>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.138.605</b>
Juros acumulados capitalizados	( 21.816 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.116.789</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição por rating e estágio de perdas de créditos esperadas com base na perda de crédito esperada foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	
	2022	2021
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>		
A- até A+	2.545	2.385
BBB- até BBB+	23.973	21.506
BB- até BB+	27.156	38.799
B- até B+	32.990	37.236
Sem rating	-	142.500
	<b>86.664</b>	<b>242.426</b>
<b>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</b>		
BBB- até BBB+	-	1.848
	-	<b>1.848</b>

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas nos exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>242.426</b>
Novos ativos originados ou comprados	11.618
Ativos desreconhecidos ou vencidos	( 73.274 )
Remensuração da perda de crédito esperada	( 94.106 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>86.664</b>
<b>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.848</b>
Remensuração da perda de crédito esperada	( 1.848 )
Movimento entre 12mECL e LTECL	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>

A 31 de dezembro de 2022, o montante registado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas", referente a títulos cujo rating de referência utilizado corresponde a um rating interno ascende a 4.833. Euros. A provisão correspondente a estes títulos, caso se considerassem como sem rating, ascenderia a 429.014 Euros.

## 35. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Rendimentos e ganhos não correntes</b>		
Rendas	56.000	-
Crédito IVA Pro-rata	28.227	-
Outros	2.104	3.304
	<b>86.331</b>	<b>3.304</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Diferenças de câmbio favoráveis	50	26
	<b>50</b>	<b>26</b>
<b>Rendimentos de outros ativos</b>		
Ganhos em outros ativos tangíveis	2.474	8.443
	<b>2.474</b>	<b>8.443</b>
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>		
Regularização de saldos	50.683	5.958
Prestação de serviços	3.531	3.469
Outros	-	2.105
	<b>54.214</b>	<b>11.532</b>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Donativos	-	(2.277)
Ofertas a clientes	(21.115)	-
Quotizações diversas	(2.400)	(6.705)
Correções a exercícios anteriores	-	(2.177)
Dívidas incobráveis	-	(60)
Regularização de saldos	(4.731)	(3.989)
Outros	(551)	-
	<b>(28.798)</b>	<b>(15.207)</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	(23.266)	(3.856)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(71)	(156)
Serviços bancários	(5.631)	(38.774)
Outros	(145)	(217)
	<b>(29.112)</b>	<b>(43.002)</b>
<b>Perdas em outros ativos</b>		
Perdas em outros ativos intangíveis	-	(887)
Perdas em outros ativos tangíveis	(824)	(191)
	<b>(824)</b>	<b>(1.078)</b>
	<b>84.335</b>	<b>(35.983)</b>

A 31 de Dezembro 2022 e 2021, o montante de Prestações de Serviços a clientes foram de 2.814 Euros e 3.469 Euros, respetivamente, sendo que as prestações de serviços dizem respeito essencialmente a Serviços de voz.

## 36. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2022	2021
Impostos correntes		
Do exercício	611.810	805.420
Derrama municipal e estadual	86.117	127.905
Tributação autónoma	10.204	6.166
	<b>708.131</b>	<b>939.491</b>
Outros		
Excesso / insuficiência estimativa de IRC	( 2.710 )	( 12.985 )
SIFIDE II	( 345.452 )	( 882.581 )
Imposto suportado no estrangeiro	8.683	4.691
	<b>368.651</b>	<b>48.616</b>
Impostos diferidos	23.542	( 14.190 )
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>392.193</b>	<b>34.426</b>
Lucro antes de impostos	2.972.796	3.728.503
Carga fiscal	13,19%	0,92%

A rubrica de "Outros" corresponde, entre outros, (i) ao SIFIDE II no montante de 345.452 Euros, sendo o montante de 52.714 Euros referente ao crédito fiscal de 2020 e o montante de 292.738 Euros relativo ao crédito fiscal de 2021 e (ii) ao excesso/insuficiência de estimativa de IRC de exercícios anteriores no montante de 2.710 Euros, o qual já foi totalmente reembolsado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	2.972.796		3.728.503	
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	624.287	21,00%	782.986
<b>Diferenças definitivas a deduzir</b>				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,67%)	( 19.781 )	(0,28%)	( 10.422 )
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	(0,05%)	( 1.838 )
<b>Diferenças definitivas a acrescentar</b>				
Menos valias fiscais	0,30%	8.935	-	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,80%	23.815	-	-
Outras	0,26%	7.785	0,37%	13.951
<b>Benefícios fiscais</b>				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,07%)	( 2.073 )	(0,10%)	( 3.819 )
Dupla tributação internacional	(0,00%)	( 69 )	(0,04%)	( 1.472 )
SIFIDE II	(11,62%)	( 345.452 )	(23,67%)	( 882.581 )
Outros	(0,34%)	( 10.059 )	(0,00%)	( 11 )
<b>Imposto suportado no estrangeiro</b>	<b>0,29%</b>	<b>8.683</b>	<b>0,13%</b>	<b>4.691</b>
<b>Tributação autónoma</b>	<b>0,34%</b>	<b>10.204</b>	<b>0,17%</b>	<b>6.166</b>
<b>Derrama Municipal</b>	<b>1,46%</b>	<b>43.507</b>	<b>1,52%</b>	<b>56.505</b>
<b>Derrama Estadual</b>	<b>1,43%</b>	<b>42.411</b>	<b>1,88%</b>	<b>70.270</b>
	<b>13,19%</b>	<b>392.193</b>	<b>0,92%</b>	<b>34.426</b>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

## 37. RELATO POR SEGMENTOS

---

A Companhia apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Um segmento operacional é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os resultados podem ser segmentados por atividades sendo que existe informação financeira distinta.

A Companhia opera apenas em Portugal e considera como segmento principal o segmento segurador, explorando seguros "Não vida". Os seguros "Não vida" incluem os seguintes ramos:

- "Automóvel", que cobre os riscos a que estão expostos os veículos terrestres a motor (automóveis, motociclos, etc.), incluindo a responsabilidade civil decorrente da respetiva circulação, bem como coberturas facultativas, tais como danos próprios, assistência em viagem e proteção jurídica;
- "Doença", que cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações;
- "Patrimoniais", que cobre os riscos relacionados com perdas de bens patrimoniais causadas por "Incêndio e outros danos" que danifiquem o património, "Crédito e Caução", relacionados com danos sofridos em caso de incumprimento de obrigações asseguradas por garantia pessoal e "Perdas pecuniárias diversas por outros riscos patrimoniais"; e
- "Diversos", que abrange os danos sofridos por "Acidentes pessoais", "Proteção jurídica - outras", "Assistência - outras" e seguros diversos não referidos anteriormente.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

(valores em euros)

	2022			
	Ramos Não vida		Não afetos	Total
	Automóvel	Outros		
<b>Ganhos e Perdas</b>				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	50.115.448	1.171.614	-	51.287.063
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(35.501.352)	(971.162)	-	(36.472.514)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(124.352)	-	(124.352)
Custos e gastos de exploração líquidos	(12.385.831)	(514.908)	-	(12.900.739)
Rendimentos	1.360.041	39.063	7.920	1.407.023
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(339.070)	(8.824)	(98.679)	(446.573)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	172.820	(208)	(672)	171.939
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	(131.067)	-	97.680	(33.387)
Outros rendimentos/gastos	-	(10)	84.345	84.335
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	(392.193)	(392.193)
	<b>3.290.989</b>	<b>(408.787)</b>	<b>(301.599)</b>	<b>2.580.603</b>
<b>Ativos</b>				
Total de ativos	95.087.392	3.641.008	229.876	98.958.276
Dos quais:				
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.245	2.245
<b>Passivos</b>				
Total de passivos	63.193.526	5.432.693	166.879	68.793.098
<b>Total segmentos</b>				<b>27.584.575</b>
<b>Capital social, reservas, resultados transitados</b>				<b>27.584.575</b>

A coluna "Outros" inclui os segmentos operacionais "Doença", "Patrimoniais" e "Diversos" uma vez que não respeitam os patamares quantitativos, definidos na IFRS 8, para produzir um segmento relatável.

(valores em euros)

	2021			
	Ramos Não vida		Não afetos	Total
	Automóvel	Outros		
<b>Ganhos e Perdas</b>				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	49.245.629	1.062.640	-	50.308.269
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(36.783.703)	(896.111)	-	(37.679.814)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(92.736)	-	(92.736)
Custos e gastos de exploração líquidos	(9.567.835)	(266.149)	-	(9.833.984)
Rendimentos	1.088.058	31.845	5.610	1.125.513
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	160.209	5.771	143.921	309.902
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(15.983)	1.908	(19.608)	(33.682)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	(193.451)	-	(145.530)	(338.981)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(35.983)	(35.983)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	(34.426)	(34.426)
	<b>3.932.925</b>	<b>(152.832)</b>	<b>(86.016)</b>	<b>3.694.077</b>
<b>Ativos</b>				
Total de ativos	93.412.909	4.820.639	320.846	98.554.394
Dos quais:				
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.245	2.245
<b>Passivos</b>				
Total de passivos	62.420.945	3.575.590	183.786	66.180.321
<b>Total segmentos</b>				<b>28.679.996</b>
<b>Capital social, reservas, resultados transitados</b>				<b>28.679.996</b>



A coluna "Outros" inclui os segmentos operacionais "Doença", "Patrimoniais" e "Diversos" uma vez que não respeitam os patamares quantitativos, definidos na IFRS 8, para produzir um segmento relatável.

O total de ativos e passivos têm um desdobramento diferente, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

### 38. ENTIDADES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

(valores em euros)

	2022					Total
	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
<b>Demonstração de Resultados</b>						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	21.815	-	21.815
Prémios de resseguro cedido	-	(1.987.090)	-	(6.183.313)	(140.781)	(8.311.183)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	286	-	286
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	0	-	3.234	-	3.234
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	649.338	-	(3.932.181)	(2.752)	(3.285.594)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	(480.527)	-	274.602	7.039	(198.886)
Rendimentos	-	-	32.005	-	-	32.005
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-	(18.249)	(36.775)	33	75	(54.915)
Diferenças de câmbio	-	-	(4.045)	-	-	(4.045)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	1.953	-	-	1.953
Outros rendimentos/gastos	-	(0)	(9)	(9)	-	(18)
	-	<b>(1.836.527)</b>	<b>(6.871)</b>	<b>(9.815.531)</b>	<b>(136.419)</b>	<b>(11.795.348)</b>
<b>Ativos</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	4.260.760	-	-	4.260.760
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.245	-	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	1.148.664	-	-	1.148.664
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	639.817	-	-	-	639.817
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	5.406.368	-	181.434	71.784	5.659.587
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	78.425	-	78.425
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	14.356	36.832	51.188
Contas a receber por outras operações	1.021.200	-	-	32.297	-	1.053.497
Acréscimos e diferimentos	-	1.504	-	-	-	1.504
	<b>1.021.200</b>	<b>6.047.689</b>	<b>5.409.424</b>	<b>308.758</b>	<b>108.616</b>	<b>12.895.687</b>
<b>Passivos</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	574	-	574
Provisão para sinistros	-	-	-	72.910	-	72.910
Passivos financeiros	-	668.529	-	180.360	71.784	920.673
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	23.723	-	23.723
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	68.081	-	278.094	-	346.175
Contas a pagar por outras operações	-	24.319	-	8.600	-	32.920
Acréscimos e diferimentos	-	5.758	6.500	(3.522)	-	8.736
	-	<b>766.687</b>	<b>6.500</b>	<b>560.739</b>	<b>71.784</b>	<b>1.405.711</b>

(valores em euros)

	2021					Total
	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
<b>Demonstração de Resultados</b>						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	23.634	-	23.634
Prémios de resseguro cedido	-	(1.715.662)	-	(6.006.540)	(131.353)	(7.853.556)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(198)	-	(198)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	(4.000)	-	(4.000)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	1.472.936	-	(2.785.789)	74.536	(1.238.317)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	(500.307)	-	272.242	6.568	(221.497)
Rendimentos	-	-	27.415	-	-	27.415
Gastos financeiros	-	(19.096)	(29.643)	5	-	(48.735)
Diferenças de câmbio	-	-	3.220	-	-	3.220
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	9	-	-	9
Outros rendimentos/gastos	-	-	(2.493)	(26)	(78)	(2.597)
	-	<b>(762.129)</b>	<b>(1.493)</b>	<b>(8.500.672)</b>	<b>(50.327)</b>	<b>(9.314.621)</b>
<b>Ativos</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	5.210.887	-	-	5.210.887
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.245	-	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	889.142	-	-	889.142
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	94.746	-	-	-	94.746
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	5.356.257	-	116.495	74.536	5.547.289
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	109.742	-	109.742
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	190.174	-	53.160	42.674	286.008
Contas a receber por outras operações	208.633	-	-	11.591	-	220.223
	<b>208.633</b>	<b>5.641.178</b>	<b>6.100.029</b>	<b>293.233</b>	<b>117.210</b>	<b>12.360.282</b>
<b>Passivos</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	860	-	860
Provisão para sinistros	-	-	-	28.512	-	28.512
Outros passivos financeiros	-	93.410	-	116.000	74.536	283.946
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	125.402	-	125.402
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	103.142	-	103.142
Acréscimos e diferimentos	-	-	4.700	(3.522)	-	1.178
	-	<b>93.410</b>	<b>4.700</b>	<b>370.393</b>	<b>74.536</b>	<b>543.039</b>

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

## Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2022 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
<b>Membros executivos</b>					
<b>Presidente</b>					
Gonçalo José Graça Santos	124.694	37.500	-	-	-

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
<b>Presidente</b>					
José António da Costa Figueiredo	11.200	-	-	-	-
<b>Vogais</b>					
José Cardoso Lameiras	8.400	-	-	-	-
António José Pereira Cardoso Mota	8.400	-	-	-	-

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2022, ascendem a 73.438 Euros, dos quais 46.690 Euros relativos à Revisão Legal de Contas e 26.748 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade referem-se à certificação do relatório o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF.

## 39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2022		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	6.322.612	6.322.612
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.897.255	(1)	4.897.254
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	73.826.605	-	73.826.605
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	2.116.789	2.116.789
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	2.617.966	2.617.966
	<b>78.723.860</b>	<b>11.059.611</b>	<b>89.783.471</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos recebidos de resseguradores	-	345.464	345.464
Outros passivos financeiros	-	710.178	710.178
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	1.630.538	1.630.538
	-	<b>2.686.180</b>	<b>2.686.180</b>

(valores em euros)

	2021		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8.678.759	8.678.759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.811.816	-	5.811.816
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	72.657.176	-	72.657.176
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	2.136.759	2.136.759
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	2.344.983	2.344.983
	<b>78.468.992</b>	<b>13.162.746</b>	<b>91.631.738</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	10.904	-	10.904
Depósitos recebidos de resseguradores	-	287.433	287.433
Outros passivos financeiros	-	124.805	124.805
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	1.538.149	1.538.149
	<b>10.904</b>	<b>1.950.387</b>	<b>1.961.291</b>

Os montantes considerados nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" correspondem essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

## GANHOS E PERDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022		
	resultados	Por contrapartida de capitais próprios	total
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	111.206	-	111.206
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.281.964	-	1.281.964
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.933	-	5.933
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	( 56.706 )	( 6.224.795 )	( 6.281.501 )
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	( 420.715 )	-	( 420.715 )
Diferenças de câmbio	131.418	-	131.418
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	155.762	-	155.762
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.848	-	1.848
de outros	14.329	-	14.329
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	209	-	209
	<b>1.225.248</b>	<b>( 6.224.795 )</b>	<b>( 4.999.547 )</b>

(valores em euros)

	2021		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	63.523	-	63.523
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.050.417	-	1.050.417
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.963	-	5.963
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas	6.664	( 895.209 )	( 888.545 )
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas			
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados			
ao justo valor através de ganhos e perdas	317.222	-	317.222
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	51.394	-	51.394
Diferenças de câmbio			
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	( 31.001 )	-	( 31.001 )
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	971	-	971
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	( 3.652 )	-	( 3.652 )
de outros	8	-	8
<b>Juros de depósitos recebidos de resseguradores</b>	<b>1.461.509</b>	<b>( 895.209 )</b>	<b>566.300</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os rendimentos e gastos com juros apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.281.964	1.050.417
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.933	5.963
	<b>1.287.897</b>	<b>1.056.380</b>
<b>Passivo</b>		
Depósitos recebidos de resseguradores	209	8
	<b>209</b>	<b>8</b>

## OUTRAS DIVULGAÇÕES

### Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2022				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	6.322.612	6.322.612
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	1.355.013	445.029	3.097.212	-	4.897.254
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de reservas	73.336.737	489.868	-	-	73.826.605
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	2.116.789	2.116.789
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	2.617.966	2.617.966
	<b>74.691.750</b>	<b>934.897</b>	<b>3.097.213</b>	<b>11.059.611</b>	<b>89.783.471</b>
<b>Passivo</b>					
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	345.464	345.464
Outros passivos financeiros	-	-	-	710.178	710.178
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	1.630.538	1.630.538
	-	-	-	<b>2.686.180</b>	<b>2.686.180</b>
	<b>74.691.750</b>	<b>934.897</b>	<b>3.097.213</b>	<b>8.373.431</b>	<b>87.097.291</b>

(valores em euros)

	2021				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	8.678.759	8.678.759
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	2.779.498	7.038	3.025.280	-	5.811.816
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de reservas	72.133.903	523.273	-	-	72.657.176
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	2.136.759	2.136.759
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	2.344.983	2.344.983
	<b>74.913.401</b>	<b>530.311</b>	<b>3.025.280</b>	<b>13.162.746</b>	<b>91.631.738</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	-	10.904	-	-	10.904
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	287.433	287.433
Outros passivos financeiros	-	-	-	124.805	124.805
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	1.538.149	1.538.149
	-	<b>10.904</b>	-	<b>1.950.387</b>	<b>1.961.291</b>
	<b>74.913.401</b>	<b>519.407</b>	<b>3.025.280</b>	<b>11.212.359</b>	<b>89.670.447</b>

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- **Nível 3** - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.



O movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2021 e 2022, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.025.280</b>
Revalorizações	
por contrapartida de resultados	( 44.832 )
por contrapartida de capitais próprios	199.954
Alienações	( 83.189 )
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.097.213</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao justo valor era o seguinte:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
<b>Ativo</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.322.612	6.322.612	-	8.678.759	8.678.759	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.116.789	1.747.933	368.856	2.136.759	2.153.688	( 16.929 )
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	2.617.966	2.617.966	-	2.344.983	2.344.983	-
	<b>11.057.366</b>	<b>10.688.511</b>	<b>368.855</b>	<b>13.160.501</b>	<b>13.177.430</b>	<b>( 16.929 )</b>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- Na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" não foi calculado o justo valor dos empréstimos hipotecários atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

#### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Via Directa

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de reporting;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

### 1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

## 2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

## 3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com caráter excecional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

## 4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

## 5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por controlar e monitorizar a alocação de ativos, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da time weighted return (TWR) e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

### Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição ao risco de crédito da Via Directa apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2022			2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes						
de depósitos à ordem	6.321.680	-	6.321.680	8.677.802	-	8.677.802
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de ganhos e perdas	-	-	-	883.908	-	883.908
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de reservas	73.826.605	-	73.826.605	72.657.176	-	72.657.176
Ativos financeiros valorizados						
ao custo amortizado	2.116.789	-	2.116.789	2.138.606	(1.848)	2.136.759
Outros devedores	2.693.594	(75.628)	2.617.966	2.437.736	(92.753)	2.344.983
<b>Exposição máxima a risco de crédito</b>	<b>84.958.668</b>	<b>(75.628)</b>	<b>84.883.040</b>	<b>86.795.228</b>	<b>(94.601)</b>	<b>86.700.628</b>

## Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o rating correspondente de acordo com a metodologia identificada na Nota 2.4. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de balanço das aplicações financeiras tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2022		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>			
A- até A+	721	-	721
BBB- até BBB+	4.276.859	2.044.100	6.320.959
	<b>4.277.580</b>	<b>2.044.100</b>	<b>6.321.680</b>

(valores em euros)

Classe de ativo	2021		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>			
A- até A+	829	-	829
BBB- até BBB+	4.053.319	3.449.980	7.503.299
BB- até BB+	1.173.674	-	1.173.674
	<b>5.227.822</b>	<b>3.449.980</b>	<b>8.677.802</b>

Em 31 de dezembro de 2021 o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2021	
	País de origem	
	Outros	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Corporate		
BB- até BB+	883.908	883.908
	<b>883.908</b>	<b>883.908</b>

(valores em euros)

Classe de ativo	2022				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>					
Corporate					
A- até A+	-	-	594.424	3.955.689	4.550.113
BBB- até BBB+	-	7.212.866	1.790.455	5.103.855	14.107.176
BB- até BB+	280.847	2.862.085	1.525.993	906.703	5.575.628
B- até B+	-	-	611.803	-	611.803
	<b>280.847</b>	<b>10.074.951</b>	<b>4.522.675</b>	<b>9.966.247</b>	<b>24.844.720</b>
Governos e outras autoridades locais					
AA- até AA+	-	-	-	445.095	445.095
A- até A+	-	857.266	-	287.277	1.144.543
BBB- até BBB+	21.030.093	16.999.662	-	386.942	38.416.697
BB- até BB+	2.008.734	-	-	-	2.008.734
	<b>23.038.827</b>	<b>17.856.928</b>	<b>-</b>	<b>1.119.314</b>	<b>42.015.069</b>
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	851.622	494.109	586.725	1.932.456
BBB- até BBB+	288.475	1.287.303	1.129.555	1.468.838	4.174.171
BB- até BB+	860.189	-	-	-	860.189
	<b>1.148.664</b>	<b>2.138.925</b>	<b>1.623.664</b>	<b>2.055.563</b>	<b>6.966.816</b>
	<b>24.468.338</b>	<b>30.070.804</b>	<b>6.146.339</b>	<b>13.141.124</b>	<b>73.826.605</b>

(valores em euros)

Classe de ativo	2021				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<b>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas</b>					
Corporate					
A- até A+	-	-	676.564	3.683.720	4.360.284
BBB- até BBB+	-	5.723.433	514.026	3.244.012	9.481.471
BB- até BB+	-	3.596.389	1.633.513	613.005	5.842.907
B- até B+	-	-	635.825	-	635.825
Sem rating	583.756	-	-	-	583.756
	<b>583.756</b>	<b>9.319.821</b>	<b>3.459.928</b>	<b>7.540.738</b>	<b>20.904.243</b>
Governos e outras autoridades locais					
A- até A+	-	1.044.976	-	-	1.044.976
BBB- até BBB+	23.639.471	17.909.505	-	-	41.548.976
BB- até BB+	2.047.463	-	-	-	2.047.463
	<b>25.686.934</b>	<b>18.954.481</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.641.415</b>
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	904.740	-	442.857	1.347.598
BBB- até BBB+	-	1.825.015	565.021	2.484.741	4.874.777
BB- até BB+	889.142	-	-	-	889.142
	<b>889.142</b>	<b>2.729.757</b>	<b>565.021</b>	<b>2.927.598</b>	<b>7.111.518</b>
	<b>27.159.832</b>	<b>31.004.058</b>	<b>4.024.949</b>	<b>10.468.336</b>	<b>72.657.176</b>

(valores em euros)

Classe de ativo	2022	
	País de origem	
	Portugal	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</b>		
Governos e outras autoridades locais		
BBB- até BBB+	2.116.789	2.116.789
	<b>2.116.789</b>	<b>2.116.789</b>

(valores em euros)

Classe de ativo	2021	
	País de origem	
	Portugal	Total
<b>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</b>		
Governos e outras autoridades locais		
BBB- até BBB+	2.136.759	2.136.759
	<b>2.136.759</b>	<b>2.136.759</b>

## Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2022								Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.322.612	-	-	-	-	-	-	-	6.322.612
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	32.250	6.666.276	3.827.623	9.798.223	36.048.659	20.346.097	3.603.802	9.122.320	89.445.248
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	20.625	7.125	55.500	555.500	1.521.375	81.241	2.241.366
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	2.617.966	-	-	-	-	-	-	-	2.617.966
	<b>8.972.828</b>	<b>6.666.276</b>	<b>3.848.248</b>	<b>9.805.348</b>	<b>36.104.159</b>	<b>20.901.597</b>	<b>5.125.177</b>	<b>9.205.806</b>	<b>100.629.437</b>
<b>Passivo</b>									
Depósitos recebidos de resseguradores	360	720	1.080	347.623	-	-	-	-	349.782
Outros passivos financeiros	(2.706)	-	-	300.607	408.626	3.650	-	-	710.178
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	1.630.538	-	-	-	-	-	-	-	1.630.538
	<b>1.628.192</b>	<b>720</b>	<b>1.080</b>	<b>648.230</b>	<b>408.626</b>	<b>3.650</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.690.498</b>



(valores em euros)

	2021								Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.678.759	-	-	-	-	-	-	-	8.678.759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2.813	902.813	-	-	-	-	905.625
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	461.969	324.956	1.137.405	1.511.246	33.520.941	24.940.465	11.705.379	9.692.579	83.294.939
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	2.344.983	-	-	-	-	-	-	-	2.344.983
	<b>11.485.711</b>	<b>324.956</b>	<b>1.140.218</b>	<b>2.414.059</b>	<b>33.520.941</b>	<b>24.940.465</b>	<b>11.705.379</b>	<b>9.694.824</b>	<b>95.226.552</b>
<b>Passivo</b>									
Depósitos recebidos de resseguradores	299	599	898	289.229	-	-	-	-	291.026
Outros passivos financeiros	(1.908)	-	-	108.289	13.840	4.584	-	-	124.805
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	1.538.149	-	-	-	-	-	-	-	1.538.149
	<b>1.536.540</b>	<b>599</b>	<b>898</b>	<b>397.519</b>	<b>13.840</b>	<b>4.584</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.953.980</b>

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que dizem respeito a fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Via Directa na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

## Risco de mercado

### Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2022			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	6.321.680	932	6.322.612
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.897.254	4.897.254
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	65.473.900	8.352.705	-	73.826.605
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.116.789	-	-	2.116.789
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	2.617.966	2.617.966
	<b>67.590.689</b>	<b>14.674.385</b>	<b>7.518.397</b>	<b>89.783.471</b>
<b>Passivo</b>				
Depósitos recebidos de resseguradores	-	345.464	-	345.464
Outros passivos financeiros	-	710.178	-	710.178
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	1.630.538	1.630.538
	-	<b>1.055.642</b>	<b>1.630.538</b>	<b>2.686.180</b>

(valores em euros)

	2021			Total
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	8.677.802	957	8.678.759
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	883.908	-	4.927.908	5.811.816
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	64.178.022	8.479.154	-	72.657.176
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.136.759	-	-	2.136.759
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	2.344.983	2.344.983
	<b>67.198.689</b>	<b>17.156.956</b>	<b>7.276.093</b>	<b>91.631.738</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	10.904	10.904
Depósitos recebidos de resseguradores	-	287.433	-	287.433
Outros passivos financeiros	-	124.805	-	124.805
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	1.538.149	1.538.149
	-	<b>412.238</b>	<b>1.549.053</b>	<b>1.961.291</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2022					
	Varição +200 bp's	Varição +100 bp's	Varição +50 bp's	Varição -50 bp's	Varição -100 bp's	Varição -200bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de reservas	(2.995.061)	(1.527.339)	(771.326)	787.065	1.590.309	3.247.179
Ativos financeiros valorizados						
ao custo amortizado	(203.840)	(105.856)	(53.956)	56.108	114.468	238.369
	<b>(3.198.901)</b>	<b>(1.633.195)</b>	<b>(825.282)</b>	<b>843.173</b>	<b>1.704.777</b>	<b>3.485.548</b>

(valores em euros)

	2021					
	Varição +200 bp's	Varição +100 bp's	Varição +50 bp's	Varição -50 bp's	Varição -100 bp's	Varição -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de ganhos e perdas	(14.814)	(7.474)	(3.754)	3.789	7.612	15.366
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de reservas	(4.423.576)	(2.266.521)	(1.147.389)	1.176.582	2.383.331	4.891.423
Ativos financeiros valorizados						
ao custo amortizado	(295.531)	(154.358)	(78.912)	82.561	168.963	354.124
	<b>(4.733.922)</b>	<b>(2.428.353)</b>	<b>(1.230.055)</b>	<b>1.262.932</b>	<b>2.559.906</b>	<b>5.260.913</b>

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros descontados à curva da taxa da dívida pública portuguesa, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

### Risco de Moeda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda.

(valores em euros)

	2022			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.214.305	99.135	9.173	6.322.612
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.897.254	-	-	4.897.254
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	73.826.605	-	-	73.826.605
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.116.789	-	-	2.116.789
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	2.617.966	-	-	2.617.966
	<b>89.672.920</b>	<b>99.135</b>	<b>11.418</b>	<b>89.783.473</b>
<b>Passivo</b>				
Depósitos recebidos de resseguradores	345.464	-	-	345.464
Outros passivos financeiros	710.178	-	-	710.178
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	1.630.538	-	-	1.630.538
	<b>2.686.180</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.686.180</b>

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição às flutuações do risco cambial EUR/USD, EUR/GBP, EUR/JPY, EUR/USD. Assim, o impacto da sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros da Companhia com exposição ao risco cambial a variações positivas e negativas é reduzido.

(valores em euros)

	2021			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.668.886	490	9.383	8.678.759
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.245	2.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.811.816	-	-	5.811.816
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	72.214.318	442.857	-	72.657.176
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.136.759	-	-	2.136.759
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	2.344.983	-	-	2.344.983
	<b>91.176.762</b>	<b>443.347</b>	<b>11.628</b>	<b>91.631.737</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	10.904	-	-	10.904
Depósitos recebidos de resseguradores	287.433	-	-	287.433
Outros passivos financeiros	124.805	-	-	124.805
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	1.538.149	-	-	1.538.149
	<b>1.961.290</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.961.290</b>

## 40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor

### Subscrição de riscos

Quando o potencial cliente contacta a Companhia, via telefone, Internet ou no canal presencial, a seleção de riscos desenrola-se com base num questionário. Este é efetuado com base em indicações dadas por uma aplicação de simulação que permite a recolha da informação essencial à avaliação do risco e eventual apresentação de uma cotação. A própria aplicação bloqueia o desenvolvimento do questionário caso o cliente não pertença ao grupo de clientes/risco que a seguradora pretende selecionar. Existe um Manual de Subscrição para cada ramo, onde estão discriminadas todas as regras de aceitação e as respetivas delegações da estrutura organizacional da Via Directa.

No sentido de minimizar o risco subjacente ao processo de subscrição, sempre que aplicável, o DCD (Departamento de Client Development) em articulação com o DPD (Departamento de Product Development) procedem à confirmação de todas as características do risco declaradas, com particular destaque, no ramo automóvel, para a verificação do histórico de sinistralidade através do recurso automático à Segurnet e/ou da apresentação de certificado de tarifação. Sempre que necessário efetuam-se as correções que se mostrem necessárias para adequar o prémio ao risco a segurar.

### Risco Específico de Seguros - Provisionamento das Responsabilidades

No momento de abertura do sinistro é constituída uma provisão no sistema informático com base num valor médio, o qual pode ser ajustado a qualquer momento. Para tal, são utilizadas as seguintes metodologias:

- Provisão para sinistros ocorridos e participados;
- Provisão para sinistros não declarados no ano de ocorrência (IBNR);
- Provisão para despesas com regularização de sinistros.

Paralelamente a este processo, o atuário responsável realiza uma análise às provisões constituídas, considerando as metodologias usadas para o cálculo das provisões e a experiência histórica da seguradora associada a cada uma das responsabilidades. Importa referir que, no âmbito destas análises, é validado o cumprimento dos normativos que vigoram relativos ao cálculo de provisões.

### **Risco Específico de Seguros - Gestão de Processos de Sinistros**

A gestão dos processos de regularização de sinistros da Companhia é efetuada pelas respetivas direções de sinistros da Fidelidade, pela Fidelidade Assistance e pela Multicare, em obediência à Política de Gestão de Sinistros das Companhias prestadoras de serviço.

No caso do ramo automóvel a abertura de sinistro só ocorre após receção da DAAA (Declaração Amigável de Acidente Automóvel) ou outro documento, desde que estejam reunidas todas as validações necessárias.

Em 2016 passou a ser possível participar sinistros através das aplicações "app Ok! teleseguros" e e-SEGURNET da APS, via telemóvel e em 2022 passou a ser possível também a participação de sinistros através da aplicação Auto Digital, que é uma inovadora aplicação da Via Directa, com um conceito white label que permite fazer vistorias através de realidade aumentada e/ou participar um sinistro de uma forma rápida e em qualquer lugar.

Um grande número de documentos recebidos pela Companhia é já recebido em imagem. Os restantes documentos relativos a sinistros que sejam recebidos ainda como documentação física são transformados em imagem e indexados a um processo, caso este já exista, ou dão lugar à criação de uma ocorrência.

Sempre que o Gestor de Sinistro recebe uma nova ocorrência na sua fila de trabalho inicia um processo de análise da mesma de forma a efetuar a caracterização e o enquadramento do sinistro. Desta análise podem resultar três situações:

- Existe documentação/dados em falta o que não permite a transformação da ocorrência em processo de sinistro;
- Existe documentação/dados em falta, mas aquela que está disponível contém os elementos suficientes que possibilitem a transformação da ocorrência em processo de sinistro;
- Não existe qualquer documentação em falta e a ocorrência é transformada de imediato em processo de sinistro após terem sido validados alguns itens como seja:
  - Sinistralidade (Verificação de Registo de ocorrência ou processo);
  - Existência de situações de fraude associadas;
  - Consulta e análise de Prémios da Apólice (Controlo regularização de prémios de apólice);
  - Consulta e análise de Coberturas.

Adicionalmente, a abertura do sinistro no sistema informático implica a constituição automática de uma provisão inicial, a qual depende do tipo de sinistro aberto, da cobertura afetada e do tipo de dano.

Neste contexto, importa referir que o sistema informático implementado na Companhia permite um acompanhamento da evolução do estado do processo, nomeadamente através de mensagens e agendamentos sucessivos, criados ou pelo próprio gestor, nalguns casos, ou com automatismo, e que são relativos a atividades necessárias e que irão por sua vez provocar ações, adequadas e atempadas, para a resolução do sinistro no estrito cumprimento dos prazos legais estabelecidos.

Por fim, no âmbito da monitorização do risco inerente a este processo, são produzidos vários mapas e informação estatística, com periodicidade variada e pré-definida contribuindo nomeadamente para a sua monitorização, controlo de risco e cumprimento de objetivos.

### **Risco Específico de Seguros - Resseguro e Formas Alternativas de Transferência de Risco**

No que diz respeito à gestão do resseguro, a Companhia possui tratados de excesso de perdas para os Ramos automóvel, multirrisco e acidentes pessoais cuja resseguradora é a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA. De acordo com estes tratados de resseguro os custos com sinistros que ultrapassem os valores estabelecidos nos mesmos, são da responsabilidade da Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

Cabe igualmente à Fidelidade, no âmbito dos Tratados de Resseguros dos Ramos auto, multirriscos e acidentes pessoais, a gestão dos sinistros da Via Directa.

No ramo de multirriscos, a companhia possui também um Tratado de resseguro Surplus/excedente de capitais em julho de 2015 foi celebrado um tratado de quota-parte com a Peak Re sobre a retenção para a cobertura de fenómenos sísmicos.

No que respeita ao Ramo doença, a Companhia possui um tratado de resseguro quota-parte com a Multicare, que prevê a cedência de 100% dos prémios brutos emitidos e também a cedência de 100% dos sinistros.

### **Concentração de Risco**

Até 2011 a Seguradora dedicou-se à comercialização de seguros do ramo automóvel, complementado com coberturas do ramo diversos, modalidades assistência em viagem e proteção jurídica. No ano de 2012 iniciou a comercialização de novos produtos nos ramos de acidentes pessoais e multirriscos habitação e em 2013 do ramo doença em parceria com a Multicare.

Os principais canais usados na comercialização são a internet, o telefone e os pontos de venda direta, com uma loja em Lisboa e outra no Porto. A Via Directa estabeleceu também algumas parcerias para comercialização dos seus produtos, com destaque para a parceria com a MDS - Corretores de Seguros, SA sob a designação de "Seguros Continente" que representa aproximadamente 10,8% do volume de produção de 2022.

O ramo Automóvel representou em 2022, 84,4% dos prémios brutos adquiridos totais, enquanto as coberturas de Proteção Jurídica e Assistência representaram, respetivamente, 1,1% e 11,9%. Em relação aos ramos cuja comercialização se iniciou mais recentemente, Multirriscos Habitação representa 3,7%, Doença 1,0% e Acidentes Pessoais 0,2%.

A seguradora desenvolve várias ações tendo em vista a seleção e mitigação dos riscos nomeadamente através de:

- Regras de subscrição claras e sistemas de controlo do risco na fase de aceitação do mesmo;
- Limitação do capital em risco na Seguradora, em 2022, através de tratado de resseguro com a Fidelidade:
- No ramo Automóvel, a Seguradora estava protegida por um tratado do tipo excesso de perdas com uma retenção de 500.000 Euros, com um montante máximo recuperável de 2.500.000 Euros;
- No ramo Multirriscos Habitação, a Seguradora estava protegida por um tratado de resseguro de excedentes de capitais com uma retenção de 50.000 Euros e por um tratado de excesso de perdas com um limite de 6.500.000 Euros por evento e ano, em excesso de 1.000.000 Euros;
- No ramo Acidentes Pessoais, a Seguradora estava protegida por um tratado do tipo excesso de perdas com uma retenção de 90.000 Euros, até um montante máximo recuperável de 160.000 Euros por pessoa e 2.410.000 Euros por evento;
- Mitigação total do risco associado às coberturas de Assistência e Proteção Jurídica, através de tratados do tipo fronting em que a resseguradora (Fidelidade Assistência) assume o risco e a gestão dos sinistros;
- Mitigação total do risco associado ao ramo Doença, através de um tratado de resseguro a 100% com a Multicare.

### **Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios**

#### **Ramo Acidentes Pessoais**

Relativamente ao ramo Acidentes Pessoais, em 2022 os prémios foram suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, não tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 12,89% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 17,91% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 7,9% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, o rácio de custos sobre prémios atingiu 39,59%.

### **Ramo Doença**

No ramo Doença, em 2022 os prémios foram insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 77,49% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 22,43% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 1,86% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, a Seguradora obteve um rácio de custos sobre prémios de 101,09%.

### **Ramo Multiriscos Habitação**

No ramo Multiriscos Habitação, em 2022 os prémios foram insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 70,97% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 24,19% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 19,76% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, a Seguradora obteve um rácio de custos sobre prémios de 113,66%.

### **Ramo Automóvel**

Em 2022 a Seguradora efetuou o cálculo da provisão para riscos em curso para o ramo Automóvel como um todo, sem desagregação entre as componentes de Responsabilidade Civil e Outras Coberturas, alterando assim a segmentação utilizada em anos anteriores. Assim, no ramo Automóvel, os prémios foram globalmente suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, não tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as normas em vigor. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 73,02% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 22,19% dos prémios brutos adquiridos e o programa de resseguro resultou num custo correspondente a 1,81% daqueles prémios. Considerando os resultados de investimentos, o rácio de custos sobre prémios ascendeu a 94,94%.

### **Ramo Diversos**

No ano 2022, os prémios da Seguradora para o ramo Diversos, onde se enquadram as coberturas de Assistência e Proteção Jurídica, foram suficientes para fazer face à exploração do ramo, antes e após resseguro cedido, não sendo por isso necessário proceder à constituição de provisão para riscos em curso. Relativamente às responsabilidades associadas a sinistros, dado que as mesmas são integralmente assumidas pela resseguradora, não há lugar à constituição de provisão para sinistros.

### **Análise de sensibilidade**

De modo a efetuar uma análise de sensibilidade, consideraram-se 2 cenários:

- No cenário 1 estuda-se a variação necessária nos custos com sinistros no exercício, para que o nível de prémios adquiridos afetos a custos alcance 100%;
- No cenário 2 verifica-se qual o impacto de um aumento da taxa de sinistralidade para 95%, avaliando-se a capacidade de suficiência dos prémios.

Para ambos os cenários, mantêm-se os valores verificados em 2022 relativamente aos custos de aquisição, administrativos, resultados de resseguro e de investimentos (restantes custos).

Não foi aplicado qualquer cenário aos ramos Assistência e Proteção Jurídica dado que a Via Directa cede 100% dos sinistros destes ramos à Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros S.A..



## Ramo Acidentes Pessoais

Em 2022 os prémios revelaram-se suficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo Acidentes Pessoais, representando 39,59% dos prémios brutos adquiridos.

Com base nos pressupostos anteriormente referidos, os resultados relativos à análise dos 2 cenários alternativos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida aumentou para 73,31%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos aumentaria para cerca de 121,69%.

## Cenários de Consumo do PBA do ramo Acidentes Pessoais - 31-12-2022

(valores em euros)

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	63.271		63.271		63.271	
Custos com Sinistros (Exercício)	( 8.157 )	12,89%	( 46.382 )	73,31%	( 60.108 )	95,00%
Restantes Custos (*)	( 16.890 )	26,69%	( 16.890 )	26,69%	( 16.890 )	26,69%
<b>Total de Custos</b>	<b>( 25.047 )</b>	<b>39,59%</b>	<b>( 63.271 )</b>	<b>100,00%</b>	<b>( 76.998 )</b>	<b>121,69%</b>

(\*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos

A carteira existente no ramo é ainda diminuta e por esse motivo existem oscilações acentuadas na taxa de sinistralidade.

A sinistralidade da seguradora neste ramo é inferior à registada no mercado.

## Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Acidentes Pessoais - valores de mercado

(valores em euros)

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	130.084	38.163	29,34%
2012	127.836	40.393	31,60%
2013	109.980	38.933	35,40%
2014	93.833	37.564	40,03%
2015	110.645	44.967	40,64%
2016	102.499	29.257	28,54%
2017	122.521	39.701	32,40%
2018	122.165	39.362	32,22%
2019	124.227	32.713	26,33%
2020	113.398	31.929	28,16%
2021	122.228	33.936	27,76%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

## Ramo Doença

No ramo Doença, os custos associados à exploração do ramo, representam 101,09% dos prémios brutos adquiridos, tendo sido insuficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo.

Com base nos pressupostos anteriormente referidos, os resultados relativos à análise dos 2 cenários alternativos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida diminuiu para 76,4%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos aumentaria para cerca de 118,6%.

### Cenários de Consumo do PBA do ramo Doença - 31-12-2022

(valores em euros)

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	572.022		572.022		572.022	
Custos com Sinistros (Exercício)	( 443.256 )	77,49%	( 437.048 )	76,40%	( 543.421 )	95,00%
Restantes Custos (*)	( 134.974 )	23,60%	( 134.974 )	23,60%	( 134.974 )	23,60%
<b>Total de Custos</b>	<b>( 578.230 )</b>	<b>101,09%</b>	<b>( 572.022 )</b>	<b>100,00%</b>	<b>( 678.395 )</b>	<b>118,60%</b>

(\*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos

A sinistralidade da seguradora é superior à registada no mercado nos últimos anos.

### Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Doença - valores de mercado

(valores em euros)

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	828.020	663.371	80,12%
2012	842.641	657.195	77,99%
2013	857.753	670.697	78,19%
2014	896.600	681.487	76,01%
2015	966.675	733.777	75,91%
2016	1.051.882	772.075	73,40%
2017	1.200.316	882.178	73,50%
2018	1.293.924	951.732	73,55%
2019	1.417.367	1.046.260	73,82%
2020	1.502.842	1.020.670	67,92%
2021	1.694.003	1.241.055	73,26%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

## Ramo Multirrisco Habitação

No ramo Multirrisco Habitação, os prémios brutos adquiridos em 2022 foram insuficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo, representando 113,66% dos prémios brutos adquiridos.

Os resultados obtidos nos 2 cenários propostos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida diminui para 57,3%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos aumentaria para 137,7%.

## Cenários de Consumo do PBA do ramo Multirrisco Habitação - 31-12-2022

(valores em euros)

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	2.161.803		2.161.803		2.161.803	
Custos com Sinistros (Exercício)	( 1.534.194 )	70,97%	( 1.238.805 )	57,30%	( 2.053.712 )	95,00%
Restantes Custos (*)	( 922.998 )	42,70%	( 922.998 )	42,70%	( 922.998 )	42,70%
<b>Total de Custos</b>	<b>( 2.457.191 )</b>	<b>113,66%</b>	<b>( 2.161.803 )</b>	<b>100,00%</b>	<b>( 2.976.710 )</b>	<b>137,70%</b>

(\*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos

Os custos com sinistros no exercício representam 70,97% dos prémios brutos adquiridos. Os valores históricos observados no mercado são inferiores aos registados na Seguradora, conforme tabela abaixo.

## Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Multirrisco Habitação - valores de mercado

(valores em euros)

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	373.113	178.475	47,83%
2012	389.251	179.365	46,08%
2013	400.113	234.219	58,54%
2014	408.133	216.031	52,93%
2015	435.250	175.998	40,44%
2016	442.075	212.724	48,12%
2017	478.568	251.540	52,56%
2018	443.657	236.011	53,20%
2019	466.377	201.885	43,29%
2020	484.766	231.285	47,71%
2021	512.799	246.767	48,12%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

## Ramo Automóvel

Em 2022, globalmente, os prémios revelaram-se suficientes para cobrir os custos associados à exploração do ramo, representando 94,94% dos prémios brutos adquiridos.

Com base nos pressupostos anteriormente referidos, os resultados relativos à análise dos 2 cenários alternativos são os seguintes:

- Cenário 1: A sinistralidade implícita obtida aumentou para 78,07%;
- Cenário 2: O total do prémio bruto adquirido afeto a custos aumentaria para 116,93%.

### Cenários de Consumo do PBA do ramo Automóvel – 31-12-2022

(valores em euros)

Cenários para o exercício	Real	% do PBA	Cenário 1	% do PBA	Cenário 2	% do PBA
Prémio Bruto Adquirido	49.216.368		49.216.368		49.216.368	
Custos com Sinistros (Exercício)	( 35.936.506 )	73,02%	( 38.424.686 )	78,07%	( 46.755.550 )	95,00%
Restantes Custos (*)	( 10.791.682 )	21,93%	( 10.791.682 )	21,93%	( 10.791.682 )	21,93%
<b>Total de Custos</b>	<b>( 46.728.188 )</b>	<b>94,94%</b>	<b>( 49.216.368 )</b>	<b>100,00%</b>	<b>( 57.547.232 )</b>	<b>116,93%</b>

(\*) Soma dos custos de aquisição e administrativos com os resultados de resseguro e de investimentos

Os custos com sinistros no exercício representam 73,02% dos prémios brutos adquiridos. Desde 2020 a sinistralidade de mercado é inferior à registada pela seguradora em 2022.

### Peso dos custos com sinistros no prémio bruto adquirido para o ramo Automóvel – valores de mercado

(valores em euros)

Ano	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros	Sinistralidade
2011	1.464.252	1.056.591	72,16%
2012	1.385.293	951.070	68,65%
2013	1.309.683	856.237	65,38%
2014	1.264.974	853.029	67,43%
2015	1.317.206	959.836	72,87%
2016	1.235.765	931.598	75,39%
2017	1.453.568	1.105.950	76,09%
2018	1.399.697	1.057.707	75,57%
2019	1.487.388	1.126.836	75,76%
2020	1.528.016	972.139	63,62%
2021	1.564.302	1.051.504	67,22%

Fonte: "Estatísticas de Seguros" da ASF (milhares de euros) a preços correntes

## 41. GESTÃO DE CAPITAL

---

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

### **Pilar I - Requisitos quantitativos**

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

### **Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão**

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

### **Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas**

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Via Directa obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Via Directa está obrigada;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Via Directa está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Via Directa definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do "Relatório sobre a solvência e a situação financeira", que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia, relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira", importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, diversos órgãos da Fidelidade que desempenham funções chave transversais ao Grupo em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Gabinete de Capital Planning and Financial Optimization, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

## 42. EVENTOS SUBSEQUENTES

---

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.



# **RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

## INTRODUÇÃO

A Via Directa – Companhia de Seguros, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “Via Directa”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2022 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do n.º1 do artigo 32º da Norma Regulamentar n.º 8/2016 – R, de 16 de agosto.

## INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

### A. ESTRUTURA ACIONISTA

#### I. Estrutura de capital

##### 1. Estrutura de capital

O capital social da Via Directa, no montante de 23.000.000,00 euros, é representado por 4.600.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a Via Directa, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, nos termos do artigo 341º do Código das Sociedades Comerciais. No entanto, a Via Directa apenas emitiu ações ordinárias. O capital social da Via Directa é integralmente detido pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

##### 2. Restrições à transmissibilidade das ações

As ações representativas do capital social da Via Directa são livremente transmissíveis.

##### 3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2022, a Via Directa não detinha quaisquer ações próprias.

##### 4. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

##### 5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de ações ou de direitos de voto

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de ações ou de direitos de votos da Via Directa.

#### II. Participações Sociais detidas

##### 6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2022, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	4.600.000	100%	100%	Aquisição

## 7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham obrigações da Sociedade.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. Assembleia Geral

#### a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

#### 8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2021/2023, é constituída a 31 de dezembro de 2022 por:

Cargo	Nome
Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Carla Cristina Curto Coelho

#### b) Exercício do direito de voto

#### 9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 7º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto, não sendo consideradas, para efeitos de participação em Assembleia Geral, as transmissões de ações efetuadas durante os 15 dias que precedam a reunião de cada assembleia.

Os acionistas sem direito de voto que exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração podem, porém, discutir, fazer propostas e intervir nos trabalhos da assembleia. Os acionistas sem direito de voto e que não exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração, não podem assistir às Assembleias Gerais, mas podem nelas fazer-se representar, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não é permitido o voto por correspondência.

#### 10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

### 11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Os Estatutos não contemplam quaisquer deliberações acionistas que só possam ser tomadas maiorias qualificadas.

## II. Administração

### Conselho de Administração

#### a) Composição

### 12. Identificação do modelo de governo adotado

A Via Directa adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização que integra um Conselho Fiscal e uma SROC.

### 13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente do Conselho de Administração é escolhido pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando seja designado pela Assembleia Geral que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

### 14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de nove membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

A 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração é constituído por seis membros, designados para exercer funções no triénio 2021/2023, dos quais quatro são membros não executivos e dois são executivos, situação que se espelha no Quadro seguinte:

Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Presidente	30-03-2021	2021/2023	Não Executivo
Paulo Francisco Baião Figueiredo	Vogal	30-03-2021	2021/2023	Não Executivo
Rui Alexandre Silva Esteves	Vogal	30-03-2021	2021/2023	Executivo
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	Vogal	30-03-2021	2021/2023	Não Executivo
Gonçalo José Graça Santos	Vogal	25-05-2021	2021/2023	Executivo
Miguel Barroso Abecasis	Vogal	01-07-2022	2021/2023	Não Executivo

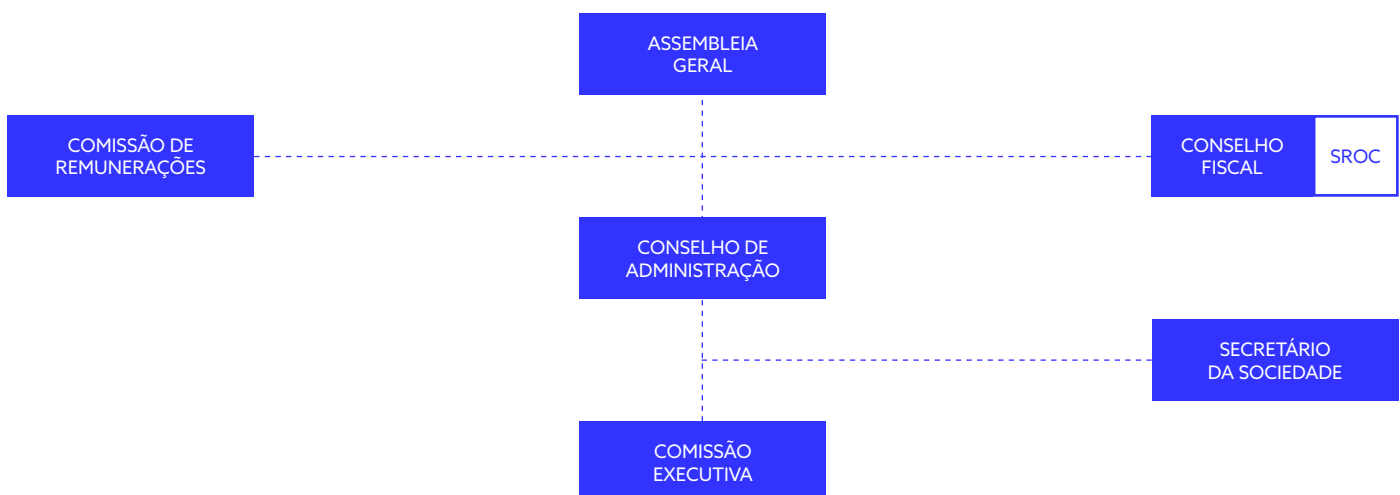
Em 1 de setembro de 2021, o Conselho de Administração nomeou, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva, nos termos previstos no artigo 407º n.ºs 3 e 4 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, composta por dois membros. A Comissão Executiva desempenha as funções de gestão corrente da Companhia que o Conselho de Administração não tenha reservado para si.

A Comissão Executiva tem, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte composição:

Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Gonçalo José Graça Santos	Presidente	01-09-2021	2021/2023
Rui Alexandre Silva Esteves	Vogal	01-09-2021	2021/2023

### 15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Via Directa durante o exercício de 2022:



#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem, nos termos do artigo 17º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de gestão, de representação da Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, praticando todos os atos tendentes à realização do objeto social, competindo-lhe, em especial:

- Estabelecer, manter, transferir ou encerrar escritórios, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações, partes sociais, obrigações ou outros títulos de natureza igual ou semelhante, bem como títulos da dívida pública;
- Adquirir e alienar quaisquer outros bens móveis, assim como obrigá-los por qualquer forma;
- Adquirir bens imóveis, bem como aliená-los e obrigá-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações e pleitos jurisdicionais, bem como estabelecer convenções de arbitragem;

- f) Constituir mandatários nos termos da lei;  
g) Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos ou na lei.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

#### Comissão Executiva

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração, delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, com os limites definidos no n.º 4 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

### III. Fiscalização

#### Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

##### a) Composição

#### 16. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2021/2023.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

#### 17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022:

Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
José António da Costa Figueiredo	Presidente	30-03-2021	2021/2023
José Cardoso Lameiras	Vogal	30-03-2021	2021/2023
António José Pereira Cardoso Mota	Vogal	30-03-2021	2021/2023
Anabela de Jesus Nunes Prates	Suplente	30-03-2021	2021/2023

### IV. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

#### 18. Identificação da sociedade de revisores oficiais de contas e do sócio revisor oficial de contas que a representa

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC, n.º 1579, registada na CMVM sob o n.º 20161189.

### **19. Indicação do número de anos em que a Sociedade de revisores oficiais de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e ou grupo**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada em 15 de maio de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2012/2014, tendo sido reconduzida em 31 de março de 2015 para exercer funções até ao final do triénio 2015/2017, em 28 de março de 2018 foi novamente reconduzida para exercer funções até ao final do triénio 2018/2020 e em 30 de março de 2021 para exercer funções até ao final do triénio 2021/2023.

### **20. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à sociedade**

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta recorrentemente os seguintes serviços exigidos por lei:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF;
- Parecer sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, quanto aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros, nos termos do n.º 4º do art.º 36 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF; e
- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos do n.º 4 do art.º 90 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF.

Para além dos trabalhos acima referidos, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, qualquer outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

## **C. ORGANIZAÇÃO INTERNA**

---

### **I. Estatutos**

#### **21. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade**

As alterações dos Estatutos da Via Directa regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

### **II. Comunicação de irregularidades e mecanismos de prevenção da corrupção**

#### **22. Política de comunicação de irregularidades e mecanismos de prevenção da corrupção**

A Via Directa tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, desde cedo reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária. Considerando a entrada em vigor, no exercício de 2022, da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção de denunciadores de infrações e implementação de canais e procedimentos de denúncia internos, procedeu-se a uma revisão dos já instituídos meios de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade, à luz das obrigações legais decorrentes do regime geral de proteção de denunciadores



Desde logo, foi aprovada a Política de Comunicação de Irregularidades, a qual se encontra devidamente divulgada no site da Sociedade, bem como instituído o Canal de Denúncia do Grupo Fidelidade, materializado no estabelecimento de uma plataforma interna, um endereço eletrónico e um endereço postal destinados à receção das irregularidades previstas regime geral de proteção de denunciante.

Podem comunicar irregularidades todos os colaboradores com vínculo laboral, independentemente da modalidade, formandos e estagiários, voluntários, ex-colaboradores, mediadores, prestadores de serviço, fornecedores, consultores, titulares de participações sociais e as pessoas pertencentes a órgãos de administração ou de gestão ou a órgãos de fiscalização ou de supervisão de pessoas coletivas.

A denúncia de irregularidades desencadeia um processo de receção, tratamento e investigação das mesmas, de acordo com os princípios gerais e garantias legais do denunciante (descritas na Política de Comunicação de Irregularidades), o qual culmina na produção de um relatório, recebendo sempre o denunciante resposta à denúncia efetuada, nos termos e prazos estabelecido na Lei e na Política de Comunicação de Irregularidades.

A Sociedade assegura os mecanismos de formação relativamente à Política de Comunicação de Irregularidades, de modo a construir uma cultura de responsabilidade e de ética profissional, pessoal e empresarial.

É ainda de referir que considerando a entrada em vigor, em 7 de junho de 2022, do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, a Sociedade:

- Adotou um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas destinado a identificar as situações potenciadoras de riscos, incluindo os de fraude e de corrupção, bem como elenca as medidas de prevenção que visam minimizar a respetiva probabilidade de ocorrência e impacto, bem como os respetivos responsáveis pela sua aplicação;
- Consolidou o já existente Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais.

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### 23. Órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e ou pela implementação de sistemas de controlo interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora ("RJASR"), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Via Directa se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência ("ORSA") permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

Relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Em termos de estrutura organizativa, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., que exercem funções de forma transversal ao Grupo: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de Compliance, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos Vida e Não Vida, e Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes, também, assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio ("PCN") de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

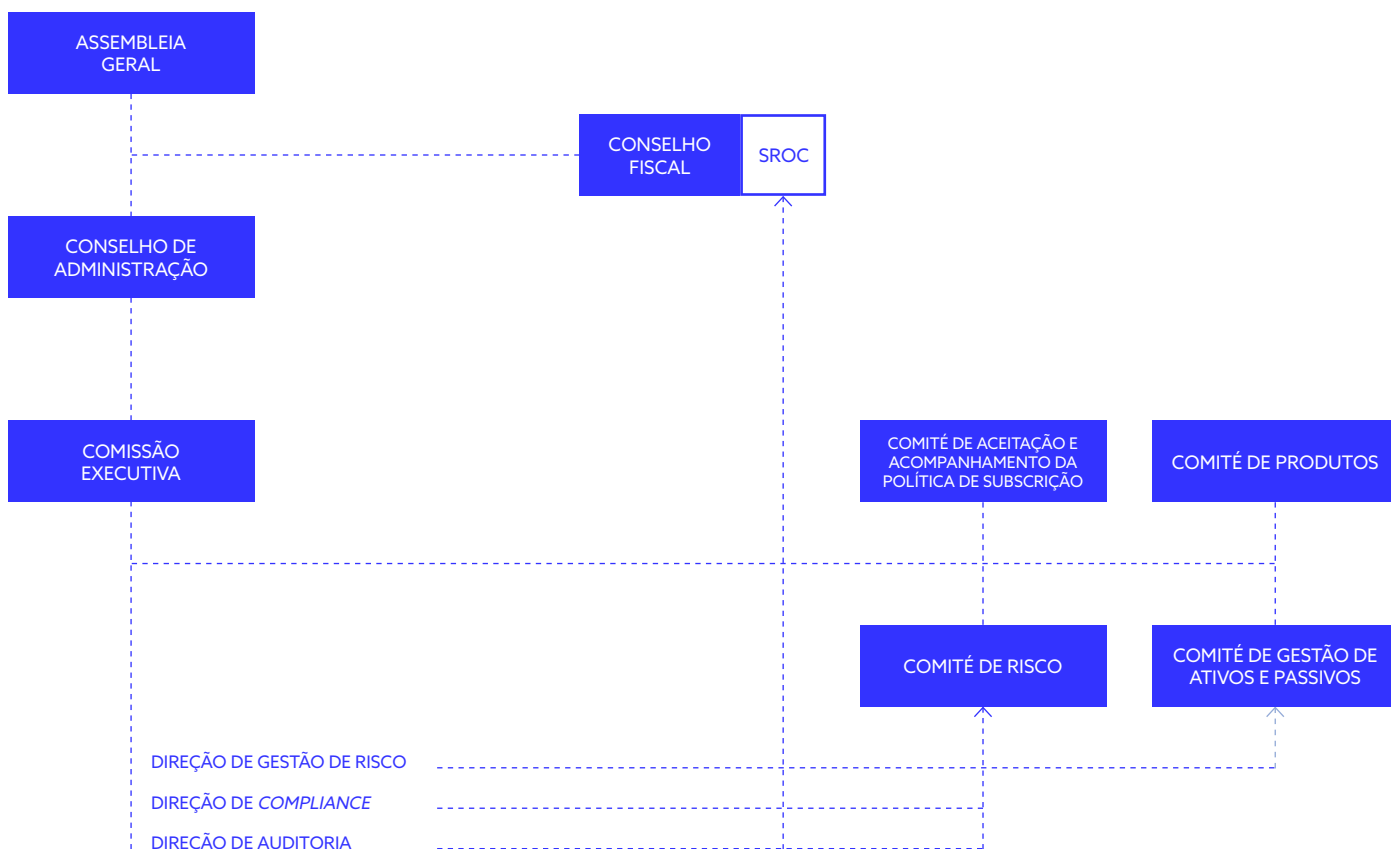
Quanto às obrigações de informação ao público, a Companhia, em 2022, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2021" contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital no exercício de 2021. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo, submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2022, a Companhia efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência ("ORSA"), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime Solvência II, bem como a sua consolidação ao longo dos anos da sua vigência, colocam a Companhia num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

**24. Explicitação das relações de dependência hierárquica e ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade**

A dependência hierárquica e ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e da Direção de Compliance encontra-se espelhada no Quadro seguinte:



## 25. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócio e da Direção de Contabilidade e Informação Financeira que garantem a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão, é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Auditoria, a Direção de Compliance e a Direção Financeira e Qualidade asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

Por força do regime Solvência II, foram criadas novas obrigações de informação ao público e ao supervisor, nomeadamente, a divulgação anual de um relatório sobre a solvência e a situação financeira da Companhia.

## 26. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada nas Notas às Demonstrações Financeiras (Notas 39, 40 e 41).

## 27. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O sistema de gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

## IV. Sítio de Internet

### 28. Endereço(s)

O endereço da Via Directa na Internet é o seguinte:

[www.viadirecta.pt](http://www.viadirecta.pt)

### 29. Local onde se encontra informação sobre a sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet atrás indicado.

### 30. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade.

### 31. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

### 32. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis no Secretariado da Sociedade.

## D. REMUNERAÇÕES

---

### I. Competência para a determinação

#### 33. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

A fixação da remuneração dos restantes colaboradores cabe ao Conselho de Administração.

### II. Comissão de Remunerações

#### 34. Composição da comissão de remunerações

A Comissão de Remunerações, foi nomeada em 30 de março de 2021 para exercer funções no triénio 2021-2023, tendo a seguinte composição a 31 de dezembro de 2022: Presidente Rogério Miguel Antunes Campos Henriques e Vogal Joana Maria Brandão Queiroz Simões Ribeiro.

### 35. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de Política de Remunerações, não tendo havido recurso a serviços prestados por consultores externos neste domínio.

## III. Estrutura das remunerações

### 36. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2022, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a Política de Remuneração assentava, então, nos seguintes princípios:

"A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada à luz da Política de Remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é a seguinte:

- Quando o exercício do cargo seja remunerado e com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da Sociedade, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável;
- A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares, sendo paga em 14 prestações mensais, nelas se incluindo os correspondentes subsídios de férias e de Natal, nos termos da legislação em vigor;
- A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente, em relação ao exercício findo, não devendo representar mais do que uma percentagem da remuneração fixa mensal bruta em vigor no termo desse exercício, de forma a estarem adequadamente equilibradas;
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas podem auferir uma remuneração fixa, se assim for deliberado;
- Os membros do Conselho Fiscal auferem, apenas, uma remuneração fixa;
- Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade."

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta deste Relatório do Governo da Sociedade.

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais foi, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 6 do artigo 89.º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 26 de abril, objeto de revisão anual, aprovada por deliberação da Comissão de Remunerações de 8 de dezembro de 2022, e tem os seguintes objetivos e orientações:

- Incentiva uma gestão e controlo eficaz de riscos, com a manutenção de uma base de fundos próprios adequada, evitando uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e assegurando coerência com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da Sociedade, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários;

- É adequada à dimensão, natureza, âmbito e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela Sociedade e bem assim face aos riscos assumidos ou a assumir;
- É estruturada de forma clara, transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total competitiva e equitativa, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os peers da Sociedade;
- Incorpora, no que respeita aos administradores executivos, uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos mesmos, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e na gestão e controlo eficaz dos riscos por ela assumidos, e alinhados com os interesses da Sociedade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários;
- Integra indicadores relacionados com a sustentabilidade, de acordo com as melhores práticas, atendendo ao objetivo estratégico definido nessa matéria;
- A componente variável tem em consideração os benefícios para a organização, pelo que, em casos excecionais, a saber: i) não existir uma base adequada de fundos próprios; ii) a sua atribuição limitar indevidamente a capacidade da Sociedade de reforçar os seus capitais próprios; iii) quando se verifique que a sua atribuição não é conforme ao estabelecido na legislação, regulamentação ou orientações aplicáveis, pode não ser atribuída.
- Por outro lado, a remuneração variável está sujeita a mecanismos de redução ou reversão sempre que se comprove que um administrador executivo com dolo ou negligência grave participou ou foi responsável por uma atuação de que resultaram perdas significativas para o Grupo. A aplicação do mecanismo da reversão tem caráter supletivo em relação ao mecanismo da redução de tal forma que em caso de verificação de um evento significativo a aplicação do mecanismo da redução será prioritária e apenas quando esta seja esgotada, for insuficiente ou decorrer da verificação de que o administrador executivo contribuiu significativamente para que o desempenho financeiro do Grupo seja negativo, ou para a aplicação de sanções regulatórias ou ainda em caso de fraude, dolo ou negligência grave que tenha provocado perdas significativas, deverá ser considerado o recurso ao mecanismo da reversão.

Com base nestes princípios, a remuneração dos membros dos órgãos sociais foi estruturada da seguinte forma:

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quando o exercício do cargo seja remunerado, auferirá uma remuneração fixa anual, paga de uma única vez até 30 de junho de cada ano, se assim for deliberado pela Comissão de Remunerações. O Secretário da Mesa da Assembleia Geral não auferirá qualquer remuneração.

Os membros do Conselho Fiscal auferem uma remuneração mensal fixa, paga catorze vezes por ano.

Os membros não executivos do Conselho de Administração apenas auferirão uma remuneração fixa, quando assim for deliberado pela Comissão de Remunerações, podendo as remunerações, quando existam, ser distintas entre eles e inclusive uns serem remunerados e outros não.

Com vista a permitir o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, a remuneração daqueles, quando o exercício do cargo seja remunerado, incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos administradores, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e na gestão e controlo eficaz dos riscos por ela assumidos, e alinhados com os interesses da Sociedade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários.

O Quadro abaixo apresenta o modelo de atribuição e pagamento das componentes fixa e variável da remuneração dos administradores executivos, quando o exercício do cargo seja remunerado.

O somatório da remuneração variável de curto prazo ("RVCP") com a remuneração variável de longo prazo ("RVLP"), atribuíveis quando se verificarem os pressupostos da sua atribuição, poderá representar entre 23% e 43% da remuneração total anual, sendo que a RVLP poderá representar entre 33% e 60% da remuneração variável total.

Componentes	Modelos de atribuição e pagamento da remuneração dos administradores executivos ano de referência (Ano N)				
	Ano N	abril N+1	abril N+2	abril N+3	abril N+4
Remuneração Fixa	Pagamento				
Rem. Variável de Curto Prazo		Atribuição e pagamento			
Rem. Variável de Longo Prazo		Atribuição (Grant)			Pagamento

A componente fixa da remuneração é paga em numerário, em 14 prestações mensais, nelas se incluindo as correspondentes aos subsídios de férias e de Natal nos termos da legislação em vigor.

A componente variável é dividida em duas parcelas, denominadas Remuneração Variável de Curto Prazo ("RVCP") e Remuneração Variável de Longo Prazo ("RVLP"), ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação das contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos, ambas condicionadas ao desempenho individual de cada administrador executivo e organizacional.

Para efeitos de atribuição da RVCP, o orçamento anual do grupo segurador, elaborado em base consolidada, define anualmente um conjunto de indicadores financeiros, bem como as respetivas metas a atingir, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Companhia e na gestão e controlo eficazes dos riscos por ela assumidos.

Aos indicadores financeiros contemplados no orçamento acrescem os não financeiros, incluindo indicadores de Environmental, Social and Governance ("ESG"), bem como operacionais e estratégicos, fixados anualmente.

A RVCP é calculada no início de cada ano, pela Comissão de Remunerações, em função do atingimento das metas definidas para este conjunto de indicadores, por referência a 31 de dezembro do ano anterior.

A RVCP, quando devida, é de pagamento imediato, em numerário, em abril do ano seguinte ao ano de referência.

O sistema de RVLP tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses da Sociedade e dos acionistas, bem como reter e incentivar os administradores a contribuírem para o crescimento a longo-prazo e resultados da Sociedade.

A atribuição da RVLP é realizada através de unidades remuneratórias ("Performance Stock Units" ou "PSU's"). O número inicial de unidades remuneratórias a atribuir corresponde ao valor monetário associado a esta componente, que poderá representar entre 33% e 60% do total da remuneração variável, dividido pelo valor da unidade remuneratória à data de atribuição ("Granting Date"), o qual é calculado em conformidade com a fórmula definida para o efeito, tomando por base os indicadores e respetiva metodologia de cálculo, tendo como data de referência o final do exercício do ano anterior.

O número de unidades remuneratórias, à data da atribuição, tem por base targets definidos.

A atribuição da RVLP será comunicada, através de um Certificado emitido pela Sociedade, descrevendo o seguinte:

- A data de atribuição;
- O número total de PSU's atribuídas;
- A data da atribuição ("Granting Date")
- A data de aquisição ("Vesting Date");
- As condições de performance que condicionam a aquisição das PSU's na Vesting Date;
- Quaisquer outros termos e condições que sejam pertinentes.

O número definitivo de PSU's a atribuir no final do Vesting Period (3 anos) será calculado em função do Return on Equity ("ROE") médio ao longo deste período de três anos. O número inicial de PSU's será ponderado por um multiplicador de desempenho, que é definido tendo por base o ROE do Grupo Fidelidade comparativamente com outras empresas de seguros de referência (peers), Não Vida e Vida, com presença global no mercado, maioritariamente europeu (excluindo resseguradoras), nos termos definidos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais.

As PSU's serão automaticamente convertidas e pagas em numerário decorridos 3 anos ("Vesting Period") sobre a data de atribuição, sendo, por isso, o seu valor concreto apurado no ano N+4, em que N é o ano a que se reporta a RVLP em causa.

Se algum administrador executivo, durante o período de diferimento da RVLP, cessar funções como administrador por motivos que lhe não sejam imputáveis, designadamente, doença, morte, incapacidade, ou por não renovação do mandato, antecipar-se-á o momento do vencimento dos montantes atribuídos para a data em que ocorrer a cessação de funções, sendo as PSU's, anteriormente atribuídas, convertidas e pagas em numerário nessa data.

Se durante o período de diferimento da RVLP algum administrador executivo renunciar ao cargo de administrador por sua iniciativa, salvo quando tal ocorra no quadro da normal rotatividade entre as empresas do Grupo, ou se cessar o mandato por falta que lhe seja imputável, a componente da RVLP ainda não adquirida é cancelada.

Em caso de alteração de controlo acionista que determine uma alteração do Grupo em que a Sociedade se integra, os administradores beneficiários de PSU's poderão optar por antecipar para a data em que ocorrer tal alteração o momento de vencimento dos montantes acumulados, sendo as PSU's, anteriormente atribuídas, convertidas e pagas em numerário nessa data.

Tendo em conta os objetivos considerados no modelo de remuneração, os administradores executivos, quando exerçam o cargo de forma remunerada, não devem celebrar contratos destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da sua remuneração. Adicionalmente, as unidades remuneratórias da remuneração variável ou quaisquer direitos a elas relativos não podem ser vendidos, cedidos, transferidos, dados em penhor ou onerados por qualquer forma.

Não existem outras formas de remuneração, relativamente aos administradores executivos, para além da remuneração fixa e variável supra-descritas.



Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de administradores e qualquer cessação de funções, por acordo, carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de aprovação pela Comissão de Remunerações.

As verbas atribuídas pela Sociedade, quando seja o caso, a título de participação nos lucros, são consideradas, para efeitos da Política de Remuneração, para o cômputo da remuneração variável de curto prazo, pese embora não revistam tal natureza. Aos administradores executivos são atribuídos, ainda, um conjunto de benefícios de natureza não remuneratória, nos seguintes termos:

- Utilização de telemóvel e equipamento informático, nas condições em cada momento em vigor;
- Utilização de viatura: integrando, para além da utilização de viatura, ao abrigo de um contrato de renting nas condições vigentes em cada momento, custos associados e seguros;
- Seguro de Saúde: nas mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade;
- Seguro de Vida: nas mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade;
- Outras condições e benefícios contratuais e extra-contratuais: nos exatos termos que, em cada momento, sejam aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade.

Os aspetos acima divulgados, no âmbito da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, em cumprimento do estabelecido no artigo 91º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 26 de abril, devem ser complementados, no que respeita aos colaboradores, com a informação constante da Política de Remuneração dos Colaboradores do Grupo Fidelidade, cujo teor aqui se dá por reproduzido, cuja revisão foi aprovada por deliberação da Comissão Executiva da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., de 20 de dezembro de 2022, e que está disponível em [www.fidelidade.pt](http://www.fidelidade.pt).

## IV. Divulgação das remunerações

### 37. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade

O montante anual da remuneração bruta fixa auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros executivos do Conselho de Administração	Remuneração Fixa (EUR)	Remuneração Variável (EUR)*
António Manuel Marques de Sousa Noronha	0	0
Paulo Francisco Baião Figueiredo	0	0
Rui Alexandre Silva Esteves	0	0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	0	0
Gonçalo José Graça Santos	124.694	37.500
Miguel Barroso Abecassis	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>124.694</b>	<b>37.500</b>

\*Paga em 2022 e relativa ao exercício de 2021

### 38. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2022.

### 39. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	Valor (EUR)	Observações
José António da Costa Figueiredo	11.200	
José Cardoso Lameiras	8.400	
António José Pereira Cardoso Mota	8.400	
Anabela de Jesus Nunes Prates	0	Suplente
<b>TOTAL</b>	<b>28.000</b>	

### 40. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

## V. Acordos com implicações remuneratórias

### 41. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo acionista da sociedade

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

### 42. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

### 43. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores ou os membros dos órgãos sociais.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

---

### I. Mecanismos e procedimentos de controlo

#### 44. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Via Directa adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

#### 45. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

#### 46. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação de domínio ou de grupo, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

### II. Elementos relativos às transações

#### 47. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se divulgada na Nota 38 às Demonstrações Financeiras.

**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**

## **Certificação Legal das Contas**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 98.689.716 euros e um total de capital próprio de 30.165.178 euros, incluindo um resultado líquido de 2.580.603 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

### 1. Mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 17 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 43.610.714 euros (64% do total do Passivo). Conforme divulgado na nota 2.11 d), estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo e representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.</p> <p>Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e uma vez que se trata de uma estimativa significativa determinada com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para Sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração das provisões para sinistros (não vida);</li> <li>▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a provisões para sinistros (não vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;</li> <li>▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros (não vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados nos anos anteriores e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador;</li> <li>▶ Com o apoio dos nossos especialistas em cálculo atuarial, efetuaram-se testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no passivo da Companhia (automóvel), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência; e</li> <li>▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para Sinistros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</li> </ul>

## 2. Valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 39, o ativo inclui Instrumentos Financeiros valorizados ao justo valor no montante de 78.723.860 euros os quais representam cerca de 80% do total do ativo.</p> <p>A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas.</p> <p>Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo da Companhia, ascendem a cerca de 3.097.213 euros (3% do ativo), os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico como nível 3 (Nota 39).</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado às metodologias e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;</li> <li>▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia com as observadas em fontes de informação externas;</li> <li>▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor; e</li> <li>▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</li> </ul>

### 3. Aplicação da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, com a abordagem de sobreposição prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A Companhia aplica a IFRS 9 com abordagem de sobreposição, conforme prevista na IFRS 4, reclassificando entre os ganhos e perdas e outro rendimento integral uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se a Companhia tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição ascende a 4.889.097 euros (Nota 5) e, para estes, a Companhia efetuou testes de imparidade como se a IAS 39 fosse aplicável e as perdas de imparidade são reconhecidas tendo por base indícios tais como, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.</p> <p>O detalhe das políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados na Nota 2.4 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na classificação e imparidade dos Ativos Financeiros, incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na imparidade dos ativos financeiros;</li> <li>▶ Testes à elegibilidade dos ativos financeiros para aplicação da abordagem de sobreposição e testes à valorização e imparidade para uma amostra de instrumentos de capital, para assegurar a correta reclassificação das quantias entre ganhos e perdas e outro rendimento integral;</li> <li>▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade; e</li> <li>▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre estas matérias nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</li> </ul>

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;



- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de junho de 2014 para um mandato relativo ao exercício de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de março de 2018 para um terceiro mandato compreendido entre 2018 e 2020. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, realizada em 30 de março de 2021, para um novo mandato compreendido entre 2021 e 2023;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 13 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579  
Registado na CMVM com o n.º 20161189


**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
VIA DIRECTA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.  
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, **14** de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL,



José António da Costa Figueiredo - Presidente



José Cardoso Lameiras – Vogal



António José Pereira Cardoso Mota - Vogal

**VIA DIRECTA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2022**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

**PARECER**

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 14 de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL,



José António da Costa Figueiredo - Presidente



José Cardoso Lameiras – Vogal



António José Pereira Cardoso Mota - Vogal

